SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
02/03/2026 - 33ª - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) - Boa tarde a todos, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que se realiza nesta data, 2 de março.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 32ª Reunião.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) - Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Os Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram...

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) - Presidente, a leitura da ata...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - O Regimento não obriga a leitura da ata, Excelência, só a apreciação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional.*

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) - O art. 111, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. DAMIÃO FELICIANO (Bloco/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) - Contra o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Ah, pois não.

Então, quanto ao voto do Deputado Damião Feliciano...

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. *Fora do microfone*.) - É um voto vencido...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - O senhor também gostaria de se manifestar contra, Excelência? *(Pausa.)*

Pois não.

Deputado Ricardo.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. *Fora do microfone*.) - Dois votos vencidos, da Bahia e da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Dois votos contra.

Por meio da imprensa, tomamos conhecimento de que alguns membros deste Colegiado solicitaram a suspensão dos requerimentos aprovados na reunião anterior. Os membros teriam pedido expressamente uma liminar sem que fosse concedido o prazo para esta Presidência se manifestar, ou seja *inaudita altera pars*. A intervenção da Presidência da Casa em um órgão fracionário, sobretudo em uma CPMI que dispõe de autonomia constitucional, precisa ser vista com muitas restrições. Compreendo que a análise dessa petição do Governo pelo Presidente Davi, sem contraditório e ampla defesa por esta Presidência, com todas as vênias, não seria adequada nem razoável ou democrática.

Mais uma vez, a condução da reunião passada deu-se em consonância com a prática legislativa e prática regimental de todas as reuniões de Comissão do Plenário. Há precedentes do Presidente Davi Alcolumbre, de 2019, em idêntico sentido - palavras do Presidente Davi à época.

Diante do exposto, de público solicito que o Presidente Davi Alcolumbre, antes de qualquer decisão, confira prazo razoável para que esta Presidência tome conhecimento do recurso do Governo e possa se manifestar, exercendo o contraditório e a ampla defesa, como manda a Constituição da República. Confio que o Presidente desta Casa certamente nos atenderá e, no mérito, reconhecerá a adequação das aprovações desta Comissão, as quais, refrise-se, seguiram exatamente os procedimentos regimentais adotados no Plenário e nas demais Comissões.

Informo aos senhores que, conforme a atualização da pauta realizada na terça-feira, o depoimento do Presidente da Dataprev foi reagendado para a próxima quinta. Em ofício enviado à Comissão, a Dataprev sustentou que o Presidente voltaria de uma viagem à Índia e, em função disso, não estaria em boas condições para o depoimento, disponibilizando para prestá-lo na quinta-feira.

Diante da razoabilidade do pedido, esta Presidência acolheu, e estamos reagendando.

Com relação ao empresário Cecílio Galvão - o empresário que recebeu cerca de 4 milhões, de associações de aposentados suspeitas de participação no esquema de descontos indevidos -, desde 24 de fevereiro, a Secretaria realizou reiteradas diligências para a vinda do convocado, ligações telefônicas, mensagens, envio de *e-mails* e expedição de telegramas e correspondências para diversos endereços vinculados ao convocado, inclusive aqueles fornecidos pela Polícia do Senado. Não houve qualquer retorno, a despeito da convocação regular.

Diante da ausência de resposta e do não comparecimento injustificado, esta Presidência determinou a condução coercitiva para esta data, atendida por decisão da Justiça Federal.

Registre-se que a primeira manifestação do convocado somente ocorreu no sábado, 28 de fevereiro, às 11h16, após ter sido informado de que a condução coercitiva estava em curso pela Polícia Federal.

Ontem, domingo, Cecílio, por meio do escritório Bialski Advogados, às 6h20 da tarde, enviou à Secretaria petição nestes termos:

(i) comunica a recusa em prestar depoimento, sob o argumento de sigilo profissional;

(ii) requer a dispensa do depoimento;

(iii) solicita cópia do material relacionado ao peticionário;

(iv) pleiteia o adiamento da oitiva e o cancelamento ou suspensão da condução coercitiva, com esclarecimento quanto à condição de testemunha ou investigado.

Esta Presidência apreciou ontem mesmo a petição, nos termos da Decisão nº 8, de 2026, da CPMI.

Foram indeferidos fundamentadamente todos os pedidos, exceto o de acesso a documentos ligados ao convocado, este imediatamente atendido pela Secretaria.

Há manifesto intuito protelatório do depoente e desrespeito às prerrogativas desta Comissão.

Assim, fica mantida a convocação do Sr. Cecílio e a condução coercitiva para a próxima quinta-feira.

Quanto à alegação de impossibilidade de depoimento em razão da condição de advogado, a decisão foi clara ao consignar que a recusa é inadmissível, pois o convocado não foi chamado na condição de advogado em causa específica, e há jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a condição de advogado não o exime de depor perante CPI. O direito à não autoincriminação, por sua vez, já está assegurado a qualquer depoente.

Foi indeferido o pedido de dispensa e igualmente indeferido o pedido de adiamento. A convocação é vinculativa, regularmente expedida, com antecedência legal, e deve ser cumprida.

No que se refere ao pedido de cópia dos documentos, foi deferido, tendo sido imediatamente disponibilizado ao peticionário todo o material diretamente a ele relacionado por meio de *link* específico do SharePoint, logo após o pleito, conforme consignado na decisão.

Também foi indeferido o pedido de cancelamento ou suspensão da condução coercitiva. A decisão reiterou que a condução em curso não seria sustada e que não cabe à Presidência, monocraticamente, alterar a condição de convocado fixada pelo Colegiado.

Portanto, o que se verifica é uma sequência de tentativas frustradas de contato desde o dia 24 de fevereiro; uma manifestação tardia apenas após a iminência de medida coercitiva; constituição de defesa na véspera da oitiva; e apresentação de pedido de recusa e adiamento às 6h20 da tarde de um domingo, quando o depoimento estava regularmente agendado para o dia seguinte.

Esta Presidência reafirma que a Comissão agiu com respeito ao contraditório, à ampla defesa e às prerrogativas profissionais, tendo inclusive disponibilizado imediatamente os documentos solicitados. Ao mesmo tempo, não pode admitir manobras protelatórias que esvaziem ou tirem o poder investigatório conferido constitucionalmente a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. *(Pausa.)*

Então, já estamos sendo informados, atualizados aqui, de que a Polícia Federal já encontrou o Sr. Cecílio Galvão no Estado de São Paulo. Agora já acertaremos a data para quinta-feira, para que ele possa vir, Relator. Já temos aqui a definição.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Hoje ele não pode ser conduzido, não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Hoje não teria condições, até tirá-lo de São Paulo para estar aqui... Na quinta-feira...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Oitiva...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Presidente, questão de ordem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, questão de ordem, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Art. 111, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Qual é o artigo, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Art. 111.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Senhor?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Cento e onze.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Art. 111, Excelência. Qual o Regimento, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Tanto do Senado, 111, mas está também previsto no Regimento da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para questão de ordem.) - Há previsão expressa no art. 111, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - ... de que os Parlamentares podem solicitar a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Parlamentares solicitaram a leitura da ata, e V. Exa. indeferiu. Portanto, eu estou solicitando, baseado no art. 111...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - ... que V. Exa. cumpra o Regimento e nos informe o conteúdo da ata, de que até então nós não temos conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Senador Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para contraditar.) - Digo a V. Exa. que a decisão que a V. Exa. tomou, primeiro, é absolutamente ordinária, comezinha, acontece aqui em todas as reuniões, não tem nada de excepcional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) - V. Exa. começa a reunião deste dia de hoje pedindo que os Srs. Parlamentares, que deveriam ter lido a ata, aprovem ou não a ata. Então, o senhor não fez nada de extraordinário em relação a esse processo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Só um instante, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) - Depois o que está sendo arguido como uma ilegalidade, na verdade, está ancorado no Regimento do Senado, e nós temos o Regimento Comum, que certamente é sobre o que V. Exa. está se debruçando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Isso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) - ... que determina, no art. 19, que "Das reuniões das Comissões Mistas lavrar-se-ão atas, que serão submetidas à sua apreciação". Não se fala aqui de leitura. Então, só para corroborar que V. Exa. agiu de forma adequada. E alguém dormiu no ponto. De novo, parece.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Muito obrigado, Senador.

Senador Rodrigues com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) - Presidente, seria comezinha se, na reunião anterior, não tivessem ocorrido eventos extraordinários. Ocorreram. É natural ser feito o registro da ata e, por lógica, a ata ser automaticamente aprovada, só que nós não estamos falando de uma situação normal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - Na última reunião desta CPMI, teve grave divergência entre a maioria Parlamentar deste Plenário e a condução de V. Exa. É diante disso que nós estamos querendo que a ata expresse o que ocorreu. Se a ata expressar o que ocorreu de uma parte, não é a ata que retrata a realidade do que foi aquela reunião. Portanto, só para subsidiar, nesses termos, o pedido do Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Também para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Deputado Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para contraditar.) - O direito não socorre os que dormem. Já tinha dado 16h, o senhor estava aqui já fazia um tempo. O senhor anunciou a deliberação sobre a ata, como o senhor faz em todas as reuniões. Nós votamos a ata, com dois votos contrários expressados por colegas Parlamentares que aqui estavam. Quem não estava aqui, me desculpa, tem horário para cumprir, tem horário para iniciar.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone*.) - Chegue mais cedo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E aí pedem a V. Exa. que reabra uma discussão já preclusa, já concluída. Não tem o menor sentido, Sr. Presidente. Aliás, sobre um tema que tentaram resolver aqui na pancadaria, para vergonha do Congresso Nacional. Tentaram resolver aqui, na quinta-feira passada...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, assim não dá. Tentaram... Enquanto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Por favor, Líder Pimenta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É na pancadaria e na interrupção. É uma falta de educação!

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Presidente, o Governo está muito alterado. Presidente, o Governo está muito alterado. Talvez uma água aqui na mesa para o Deputado Pimenta. Está bastante alterado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Vamos deixar o colega terminar, por favor. Vamos deixar o colega terminar, Excelência? Vamos deixar o colega...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Nem temos colega aqui, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Só um instantinho. Deixa o colega terminar, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, aqui eu concluo, mas de uma forma muito objetiva. Todo respeito a V. Exa., V. Exa. está sendo aqui realmente um magistrado na condução das reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Muito obrigado, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor se portou da forma mais digna para quem estava aqui, inclusive, sendo acossado na quinta-feira passada por Parlamentares absolutamente descontrolados, que não aceitaram o resultado de uma votação democrática, de acordo com o Regimento. E aí chega a nova reunião, não deixam nem a gente falar, tentam rediscutir algo que já tinha sido, inclusive, votado, porque dormiram no ponto e, mais uma vez, não estavam na sala.

Já não basta que, depois da pancadaria da quinta passada, não apareceram mais, até foi bom porque a gente pôde realmente fazer uma investigação, fazer perguntas e não ficar ouvindo narrativas, como normalmente se faz, mentirosas.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Então, Sr. Presidente, aqui, parabéns pela sua condução. Com todo o respeito a V. Exa. e com todo o respeito que cada um dos Parlamentares aqui merece, vamos para a oitiva, para os "pela ordem", que seja, mas não vamos fazer dessa CPI aqui...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Presidente, quero me inscrever.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ... aquilo que tentam fazer todos os dias com a nossa República, que está numa verdadeira esculhambação.

Parabéns pela seriedade com que o senhor conduz os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Obrigado.

Pela ordem, Deputado Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Não é pela ordem, quero me inscrever como os demais Senadores estão se inscrevendo. Dois minutos.

Pode falar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pode. Perfeitamente, Excelência. Dois minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) - Quem foi que fez um questionamento de ordem?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) - Em primeiro lugar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Deixe ele terminar. Eu vou responder daqui a pouco.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - O Regimento prevê a possibilidade da leitura da ata, e dois Parlamentares que estavam no Plenário no momento do questionamento solicitaram a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - V. Exa. pode deferir ou não deferir, V. Exa. tem sua interpretação. Agora, foi feita, no momento adequado, essa solicitação pelos dois Parlamentares e essa solicitação não foi acolhida.

Em segundo lugar, Presidente, eu quero, mais uma vez aqui, dizer aos senhores e às senhoras que em nenhum momento nós nos insurgimos aqui contra o fato de ter sido votado o requerimento A ou B. Nós nos insurgimos aqui contra uma evidente fraude ocorrida neste plenário.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Nós estávamos aqui entre 14 Parlamentares, eu inclusive fui à mesa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - ... comuniquei a V. Exa., antes da votação, que nós estávamos aqui, no momento, com nove Deputados e cinco Senadores, informei a V. Exa. para que, no momento da verificação, não ocorresse nenhuma dúvida. Portanto, V. Exa. sabia que tinham 14 Parlamentares aqui naquele momento e mesmo assim, na hora da contagem, o senhor optou por contar sete. Todos, as imagens da TV Câmara, da imprensa, do Brasil inteiro registram e sabem que aconteceu aqui uma fraude. Os editoriais dos grandes jornais, toda a imprensa do país, aguardam uma decisão que vai ser tomada pelo Presidente da Casa.

Agora eu quero deixar claro aqui, Sr. Presidente, que nós nos insurgimos não com relação a nenhum requerimento em especial, mas diante daquilo que nós consideramos uma violência contra o Regimento, contra a democracia, e vamos continuar sustentando o nosso ponto de vista porque nós entendemos que o senhor cometeu aqui uma ilegalidade...

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA) - A palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - ... que o senhor cometeu aqui uma ilegalidade e que, portanto, essa ilegalidade deve ser anulada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois bem, a questão da ata já é assunto precluso, a ata foi aprovada, mas em respeito à questão de...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Os Deputados pediram ou não na hora a leitura?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pediram, mas já tinha sido aprovada, inclusive.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Mas pediram a leitura?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pediram, inclusive, à contrariedade dos votos deles.

Eu vou responder aqui, naturalmente, em respeito à questão de ordem de V. Exa. e do Senador Randolfe.

O art. 19 do Regimento Comum, diploma que rege o funcionamento das Comissões Mistas, diz que as atas serão submetidas à apreciação da Comissão, sem especificar o momento nem informar se serão lidas.

Portanto, cabe ao Presidente, no exercício de sua competência regimental de ordenar e dirigir os trabalhos da Comissão, decidir o momento adequado para apreciação da ata da reunião anterior.

Ainda, não há qualquer obrigação regimental da leitura da ata, considerando que o Regimento Comum traz, a lume do art. 19, um silêncio eloquente quanto a esse aspecto, ou seja, deixa-se ao alvitre do próprio Presidente a decisão de ler ou não ler a ata.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) - Perfeito, Presidente, só queremos que fique registrado que foi feito um pedido e V. Exa. negou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - V. Exa. me permite...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - O.k., tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - ... dar a resposta à questão de ordem?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Sim, Presidente, já entendi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Por gentileza.

Assim, não resta caracterizada qualquer omissão a ser suprida pelo Regimento do Senado ou da Câmara dos Deputados.

Ainda, se houver qualquer divergência ou dúvida quanto ao teor da ata, pode o Parlamentar encaminhar seu pleito à Secretaria por escrito, sem interromper os trabalhos do Colegiado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Muito obrigado, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Nós só queremos que fique registrado que nós solicitamos a leitura e V. Exa. indeferiu, tá bom?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, perfeitamente.

Pela ordem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) - Presidente, registre-se o recurso da decisão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Não cabe recurso aqui, Excelência. É irrecorrível. Estou sendo orientado aqui claramente. É matéria constitucional o assunto, Excelência... Está no art. 132 do Regimento Comum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Fora do microfone*.) - Me permita uma correção?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Claro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Fora do microfone*.) - O assunto não é constitucional, ele é regimental. E veja, V. Exa. fez a leitura de um dispositivo do Regimento Comum que não abriga o tema e esqueceu de ler, subsidiariamente, o Regimento do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - ... que resolve a questão. Portanto, recorro da decisão de V. Exa. *(Fora do microfone.)* a quem tiver que recorrer, seja ao Plenário da Comissão, seja à Presidência do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - ... seja ao Plenário do Senado, seja ao Plenário do Congresso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Só um instante, senhores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - Recurso é direito - esse sim. O direito a recorrer é um direito constitucional que assiste a quem quer exercê-lo, a qualquer tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - É aqui e é em qualquer lugar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

"Art. 132 É irrecorrível a decisão da Presidência em [qualquer] questão de ordem, salvo se estiver relacionada com dispositivo constitucional."

Com relação à decisão do Presidente Davi, se vai ou não, senhores, eu não vou entrar nesse mérito. Eu tomei a minha decisão de acordo com o Regimento, muito bem orientado pela Advocacia do Senado. Fiz a contagem duas vezes, com muita clareza e com muita transparência: estavam em pé sete Parlamentares. Posteriormente, na foto, outros que estavam na lateral, sentados, se levantaram. Isso aí é uma questão que já está passada. Mas eu entendo, e com muita tranquilidade, que esta Comissão seguiu todos os procedimentos necessários para que a gente possa dar sequência ao trabalho.

Agora eu espero que a gente possa ir em frente e continuar dando respostas ao povo brasileiro.

Pela ordem...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - O Delegado Caveira solicitou primeiro.

Dois minutos. Pois não.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. Pela ordem.) - Sr. Presidente, primeiramente gostaria de parabenizar V. Exa. pelos excepcionais trabalhos prestados ao Brasil, agindo como um legítimo magistrado e afastando todo e qualquer engodo da esquerda, desses Deputados e Senadores que estão aqui apenas para turvar, prejudicar os trabalhos desta Casa de Leis. Alguns deles, nós sabemos que não sabem fazer operações básicas da matemática, que é somar os números que apareceram para todo o Brasil, que foram sete, apenas, Parlamentares que se levantaram naquele momento. E nós sabemos

da incompetência e condição cognitiva que a esquerda e o PT não têm. Além de roubar, desviar, agora querem turvar os trabalhos aqui.

Seja peixe grande, peixe pequeno, nós aqui, da Comissão Parlamentar de inquérito, temos obrigação de esclarecer e meter todo e qualquer ladrão do dinheiro do povo na cadeia.

Infelizmente, a Polícia Federal sequer teve a hombridade de pedir a prisão preventiva desses peixes grandes, mas a Comissão Parlamentar de Inquérito, através de V. Exa., Presidente Carlos Viana, através do nosso querido e combativo Relator Alfredo Gaspar, fez um trabalho excepcional, e nós vamos continuar desmascarando os ladrões do dinheiro do povo. E não vamos aceitar a violência com quem quer que seja.

Luiz Lima foi agredido, e esta Comissão tem que fazer alguma coisa. Nós não podemos aceitar a esquerda atacar os Parlamentares aqui e ficar em branco.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Gaspar. Bloco/UNIÃO - AL) - Com a palavra Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Pela ordem.) - Sr. Presidente, tenho três questões. Vou tratar da primeira.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Gaspar. Bloco/UNIÃO - AL) - Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Primeiro para dizer que na minha vida eu não tenho sangue para determinadas coisas, mas queria parabenizar a atitude de sensatez, de equilíbrio e de humildade do Deputado Luiz Lima.

Parabéns, Deputado Luiz Lima. V. Exa. deu exemplo de humildade e equilíbrio. O Brasil precisa disso.

A segunda questão. A segunda questão, Sr. Presidente, é que a gente não pode ter uma norma para cada situação de interesse do Governo. Olha, em 28 de maio de 2019, durante a votação da MP 870...

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Gaspar. Bloco/UNIÃO - AL) - Silêncio, por favor. Silêncio, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Esse Senador que se encontra aqui, muito honrado por sinal, Senador Girão...

(Soa a campainha.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - ... se insurgiu contra uma declaração de aprovação da MP. Agora aqui está exatamente o condão que tem que ser aplicado aqui pelo Presidente Davi Alcolumbre, porque, em 2019, numa matéria em que se insurgiu o Senador Eduardo Girão e exigiu a contagem de votos simbólica, o Sr. Davi Alcolumbre mandou contar cada Senador que se encontrava no Plenário e que era a maioria no Plenário.

Sabe quantos Senadores tinham no Plenário? Vinte e nove. Qual foi a resposta de Davi Alcolumbre? Olhem o painel, e no painel tinham 78. "Davi Alcolumbre, fiz a conta, tinham 30, painel 78". Eu pergunto, vai fazer diferente do que já fez quando era interesse para mudar o que estava bem posto? Então, Davi Alcolumbre deu o antecedente necessário para a decisão do presente. Eu só espero que use exatamente o mesmo parâmetro.

Aqui está o Senador opositor, Senador Eduardo Girão, que teve que aceitar a decisão do Presidente do Senado. Qual foi a decisão? Trinta presentes, maioria presente aqui, mas no painel tinha 78, ou seja, foi considerado, e ninguém, até hoje, ninguém, nem situação, nem oposição, ninguém recorreu da decisão do Presidente Davi Alcolumbre, e ficou estabelecido esse parâmetro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Senador...

Pois não. Desculpe, desculpe, Relator! Pode continuar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Terceiro, Sr. Presidente. Esse advogado está se recusando a comparecer à CPMI, inclusive com muitos pedidos de interferência para ele não estar presente. Agora que ele foi localizado, eu vou fazer um apelo a V. Exa.: tenho certeza de que todos nós ficaremos na madrugada, se for preciso, esperando a vinda imediata desse depoente hoje - eu acho importantíssimo pela questão de tempo -, queria que V. Exa. intermediasse essa vinda por meio da Polícia Federal. Eu acho que isso vai adiantar os nossos trabalhos, Presidente, e fará a desobstrução da pauta.

Eram esses três assuntos que gostaria de levantar.

Obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - ... não apenas hoje, nem na última sessão, mas durante toda a CPMI.

Eu ouvi falar aqui a palavra "fraude" por um colega nosso. Fraude, Sr. Presidente, é quem não assinou a CPMI vir ocupar aqui para blindar pessoas que precisam dar explicação do roubo de aposentado, de viúva, de pensionistas, de deficientes no nosso Brasil. Isso é fraude, isso é golpe! E continuam brigando para blindar, mas isso é matéria vencida, como pelo senhor foi colocado aqui, agora há pouco tempo.

Com relação ao Deputado Alfredo Gaspar, muito bem lembrado, Deputado Alfredo Gaspar: eu participei, eu acho, de todas as CPIs e CPMIs desde que assumi o mandato. Tenho que agradecer publicamente aqui ao Partido Liberal, porque nós fazemos essa dupla, o Bloco Vanguarda aqui no Senado.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - E, graças a Deus, eu consegui participar, na maioria das vezes, como titular, inclusive. E não foi uma, nem duas vezes, não, Deputado Alfredo Gaspar. Foram várias votações que nós tivemos aqui em que o painel foi contado exatamente da mesma forma como o senhor fez. Então, esta Comissão está sendo coerente com decisões anteriormente definidas, deliberadas.

E eu quero aproveitar os minutos que faltam: foi só a gente quebrar o sigilo do Lulinha, curiosamente, e a questão da Anac, do voo dele, Deputado Luiz Lima, já interlocutores, segundo o *Estadão*, confirmam que ele viajou com o Careca do INSS, pago pelo Careca do INSS. Foi só a gente aprovar! Você imagine o que a gente vai pegar mais na frente.

Inclusive, Deputado, Presidente Senador Carlos Viana, o Presidente Davi Alcolumbre tem o dever moral de prorrogar esta CPMI por pelo menos 60 dias...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - ... para que a gente possa se aprofundar e levar a verdade para o povo brasileiro dos poderosos de plantão que estão desmandando em relação ao INSS, ao dinheiro dessas pessoas.

Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Deputado Adriana Ventura, por favor.

Logo...

O Chrisóstomo após V. Exa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu gostaria de parabenizá-lo também, pela postura, pela firmeza...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Muito obrigado, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - ... o Brasil precisa disso; acho que o Brasil está vendo -, o nosso Relator Alfredo Gaspar e todos os que compõem esta CPMI.

Agora, eu tenho aqui, Presidente... Em toda sessão, eu tenho falado sobre algumas frustrações, mas eu, pessoalmente, hoje... Nesta CPMI, a gente já falou dos operadores, a gente já falou dos intermediários, mas hoje eu quero falar dos grandes blindadores. E, quando eu falo de grandes blindadores, eu estou falando dos peixões, os peixes grandes.

E aí eu quero começar pelo Ministro Gilmar Mendes, porque, em menos de 14 horas, ele ressuscitou uma ação arquivada desde 2023 para impedir a quebra de sigilo da empresa do Dias Toffoli. Então, a gente... Também determinou a inutilização de dados. Então, quero aqui prestar minha solidariedade ao Senador Alessandro Vieira...

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Quero prestar minha solidariedade também ao Senador Contarato, mas o STF cada vez mais está mostrando que a blindagem vale mais que a reputação! E, quando a investigação chega perto,

a engrenagem trava. Então, que vergonha, que tristeza para o Brasil! E eu pergunto o que os Senadores aqui vão fazer, porque é dever do Senado fazer alguma coisa contra esses absurdos!

E a outra coisa, o outro grande blindador, que eu espero que eu esteja enganada, é o Senador Davi Alcolumbre. Ele tem que prorrogar esta CPMI. Além de prorrogar, que é automático - aliás, a gente fez um ofício, que nós iremos conversar com ele -, ele também precisa fazer com que a CPMI do Banco Master seja instalada. Então, estão falando de acordão, que um deu a mão para o outro, que blindou, que é o acordão da República... Então, eu peço e faço um apelo para os Senadores aqui: vamos, por favor, dar um presente para o Brasil e parar com essa pouca vergonha dessa blindagem!

E, só para finalizar, Presidente, nós temos... Eu estava contando aqui o número de sessões... Aí eu queria realmente um auxílio de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu estava contando aqui as sessões, e, pela minha contagem, antes da leitura desse relatório, da apresentação prevista, nós temos cinco sessões. Os peixes grandes não vieram. Então, eu queria objetivamente que a gente determinasse hoje condução coercitiva de Contag, que convoque o Wolney, se ele não quiser vir, e que traga os peixes grandes para cá, porque, por enquanto, até os que foram citados não sentaram nessa cadeira. E eu acho isso um desrespeito com o Brasil. A gente está ouvindo laranja do laranja do laranja, quando, na verdade, os peixes grandes estão por aí.

Então, eu faço um apelo a V. Exa.: primeiro, que a gente vá falar com o Senador Davi Alcolumbre, que tem tempo para ouvir bobagem de pancadaria daqui, mas para prorrogar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Obrigado, Excelência...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - ... a CPMI ele não recebe a gente.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Pela ordem.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu entendo agora por que o desespero dessa esquerda.

Eu estive em São Paulo ontem e eu estava lá dizendo para o povo brasileiro: "Acorda, Brasil! Acorda, Brasil, para o que está acontecendo neste Governo! Acorda que é tempo". E há tempo para nós mudarmos em 26. É por isso o desespero, porque nós descobrimos bilionários roubando pobres aposentados, pensionistas, pessoas doentes, com deficiências, até as crianças e pessoas atípicas - esses que eles estão roubando!

Presidente, eu vou lhe falar uma coisa. Eu fiquei muito feliz! Eu saí do trio elétrico e fui para o chão, fui lá falar com o povo...

(Soa a campainha.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Eu vou lhe falar uma coisa. Eu fui abraçado por diversos paulistas, pessoas de outros estados que estavam lá. E sabem...

Olhe, Presidente, aí é... Estão me atrapalhando. Aí fica... Como é que eu falo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Não... Por favor, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Está bem.

Olhe aí. O senhor está vendo aí?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Excelência, pode dar sequência, por favor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Estão me atrapalhando, não é, Presidente?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) - É, Presidente, está ruim mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Mais um minuto para o Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Então, Presidente, eu desci para o chão, as pessoas vieram me abraçar, muita gente, eu fiquei impressionado. Não era só por mim. O foco do povo era dizer: "Que bom! Aquela CPI, aquela CPMI está fazendo um trabalho para os brasileiros, Coronel! Nós estamos felizes! Continue firme!". Que maravilha,

senhores! Isso mostra que o Presidente, o Relator e os Parlamentares da oposição aqui presentes estão realmente fazendo um trabalho...

(Soa a campainha.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - ... protegendo os aposentados, pensionistas, pessoas com deficiência física, também as crianças e pessoas atípicas, porque a esquerda não quer fazer isso, eles querem só fazer bagunça. Aliás, sentaram o cacete aqui no Deputado Luiz Lima. O Brasil viu isso. Eles gostam disto, de bagunça, de confusão. Nós, não; nós queremos verdades. Eu vim de São Paulo mais feliz do que eu fui, porque eu fui feliz, porque lá eu ia apresentar para eles, para o Brasil, para que acorde. Eu, vários Parlamentares e também o pré-candidato a Presidente da República que estava lá, Flávio Bolsonaro, nós alertamos o Brasil: acorda, Brasil! Há tempo, vamos mudar isso em 26!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Deputado Mauricio Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS. Pela ordem.) - Presidente, boa tarde. Boa tarde aos colegas.

Em primeiro lugar, Presidente, para quem nos acompanha de casa e não consegue sentir a temperatura aqui do Plenário quero trazer uma informação, porque são eles que pagam os nossos salários: clima muito hostil aqui entre os colegas, um nervosismo que exala da bancada da esquerda, porque, conforme qualquer Parlamentar nosso fala, eles ficam com xingamentos, ficam com palavras de baixo calão. E a gente sabe por quê, colega Caveira: porque, na semana passada, a gente quebrou diversos sigilos, convocamos pessoas a que eles deram a vida aqui para blindar, e, num descuido deles, não conhecendo o Regimento, levaram um olé da oposição, e, mesmo tendo toda a blindagem que eles tentaram, perderam.

Se algum brasileiro em casa ainda não entendeu o que está acontecendo aqui, eu quero relembrar.

Primeiro, eles não assinaram a CPMI - não houve assinaturas da esquerda -; depois, eles não assinaram a prorrogação desta CPMI - ou seja, eles estão tentando empurrar com a barriga para que nada seja investigado -; e, por último, semana passada...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - ... protagonizaram uma cena pitoresca que vai entrar para os Anais desta Casa como algo bizarro, quando nós, de forma democrática e baseados no Regimento Interno da Casa, aprovamos 87 requerimentos para investigar a bandidagem que eles tentaram blindar.

Então, se alguém não entendeu ainda quem está defendendo bandido, é só tentar ouvir aqui, nos bastidores - se é possível, em casa -, o nervosismo da turma da esquerda. Presidente, chega a ser constrangedor como eles estão exacerbadamente alterados. E aí vêm com mentiras, por exemplo, dizer que editoriais de jornais defenderam que o senhor cometeu alguma ilegalidade. Não li nenhum editorial nesse sentido, Presidente; não sei se o senhor viu, mas é mais uma mentira da esquerda.

E, para finalizar, Presidente, eu quero que o senhor nos diga se é hoje o dia em que nós vamos entrar na Justiça para prorrogar esta CPMI, porque a minha paciência já terminou.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Deputado Marcon, em resposta, nós enviamos, na quinta-feira, um ofício ao Presidente Davi, solicitando uma resposta formal sobre o requerimento. E nós estamos aguardando naturalmente um prazo de pelo menos uma semana, para que a gente tenha uma resposta.

O mandado de segurança já está pronto. Caso nós não tenhamos nenhuma definição, na quarta ou quinta-feira, já entraremos com a solicitação junto ao Supremo Tribunal Federal, para atendimento do nosso pedido.

Deputado Ribeiro Neto.

O SR. RIBEIRO NETO (Bloco/PRD - MA. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu quero só que conste na ata da sessão que eu fiz o pedido para que a leitura da ata fosse feita, elencando o art. 111, porque eu fui em busca da informação, e não está constando esse pedido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. RIBEIRO NETO (Bloco/PRD - MA) - Viu? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - O nome estará lá, Excelência.

Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) - Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa., percebendo, inclusive, a dificuldade de entrar em contato, de fazer contato com alguns depoentes, que nós pudéssemos trazer aqui, à CPMI, havendo a concordância entre os demais pares, o Weslley Aragão Martins, fruto do Requerimento 0441, de 2025. Esse requerimento foi apresentado no ano passado - tem vários Parlamentares aqui que apresentaram o requerimento -, mas ainda não foi pautado; consequentemente, não foi aprovado o requerimento de convite do Sr. Weslley Aragão Martins, que foi Gerente-Executivo em São Luís, do INSS.

O que fundamenta esse convite é o grande número de concessões de seguro-defeso no Estado do Maranhão. Apesar de não ter sido pautado - consequentemente, não ter sido deliberado e aprovado o requerimento -, nesses últimos dias, o Weslley Aragão Martins, por meio das redes sociais...

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - ... se manifestou, afirmando que não haveria nenhum tipo de problema em apresentar documentos e prestar esclarecimentos a esta CPMI.

Então, partindo do pressuposto de que há a espontaneidade de ele comparecer, de prestar esclarecimentos, de mostrar as suas informações sobre os fatos, eu queria aqui deixar registrado, para que V. Exa. e os demais pares pudessem verificar a possibilidade de ele ser convidado aqui, espontaneamente comparecer à CPMI para prestar essas informações.

Ainda sobre o Estado do Maranhão, nós aprovamos, em 6 de novembro do ano passado, um requerimento para a realização de uma audiência pública no Estado do Maranhão sobre a questão do INSS, do seguro-defeso, das fraudes do INSS. Foi aprovado no dia 6 de novembro o requerimento 1.534, de 2025, e nós gostaríamos de realizar esta audiência agora, no mês de novembro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Muito obrigado, Deputado Duarte Jr. O requerimento será colocado para votação. V. Exa. pode fazer, inclusive, a modificação para convite. Será colocado em data a ser anunciada.

Com a palavra o Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Pela ordem.) - Presidente, primeiro eu quero começar com a boa notícia de que provavelmente eu não serei preso. Eu já disse aqui, nesta CPMI, que o Senador Weverton Rocha tinha pedido a minha prisão no Supremo Tribunal Federal, e agora saiu o parecer da Procuradoria-Geral da República em meu favor, dizendo que eu não devo ser preso por dizer que o Senador Weverton Rocha... Lembra dele, Deputada Adriana? É o do PDT do Maranhão, Vice-Líder do Governo Lula. A Procuradoria-Geral da República não acha que eu deva ser preso por dizer que ele foi o primeiro citado nas investigações da CPMI do INSS. Ele deveria estar sentado ali, aliás, para a gente questioná-lo, deveria ser um dos convocados, e a PGR também considera que eu não devo ser preso por dizer que o Senador comprou uma mansão de R$15 milhões, incompatível com o patrimônio que ele declarou.

Deve ir a julgamento nesta semana. Se eu não aparecer aqui na quinta-feira, vocês já sabem o que aconteceu, mas muito provavelmente ainda estarei solto. Espero que, na realidade, o Senador em breve esteja preso.

(Soa a campainha.)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) - Bom, aproveito para falar, Presidente, da notícia de que o Senador... Essa é uma informação que alguns de nós, da CPMI, já recebemos há alguns meses; a gente estava esperando maturar para ver o quanto a gente conseguiria espremer disso, mas agora se tornou público pelo *Estadão* que o Senador Weverton Rocha teria comprado aí o *jet ski* - até aí tudo bem -, mas quem pagou foi o careca do INSS. Então, tudo o que eu já vinha falando sobre este sujeito está se concretizando.

E para fechar, eu adicionaria mais um ponto. Nós não vimos só, colegas, o desespero da base do Governo por causa da quebra de sigilo do Lulinha. A gente viu desespero também porque teve quebra dos grandes bancos, que a gente tinha tentado quebrar em outra oportunidade, tentado convocar em outra oportunidade, a base do Governo PT, que tanto diz combater a Faria Lima, que tanto diz que nós somos os defensores da elite, e os defensores da elite votaram para colocar a Faria Lima ali, depondo. Votaram para quebrar o sigilo da Faria Lima. Agora, os defensores do povo defenderam blindar, mas felizmente, na semana passada, perderam.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem.) - Presidente Carlos Viana, parabéns pelo seu trabalho. Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Obrigado, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - Não, é que nós estamos conversando aqui com os assessores do Partido Novo e é uma situação, uma linha muito tênue.

O Presidente do Senado, o Sr. Davi Alcolumbre, eu acho que ele deveria até se declarar suspeito, porque já houve requerimentos aqui, pedindo quebra de sigilo do Sr. Paulo Boudens, que foi seu chefe de gabinete e que foi apontado aqui pela Polícia Federal de receber R$3 milhões da Arpar, considerado uma conta de passagem do Careca do INSS. Então, eu acho que o Presidente do Senado poderia ficar isento nessa posição.

E hoje saiu uma matéria aqui no *O Estado de S. Paulo:* "Lulinha admite que 'Careca do INSS' pagou viagem a Portugal" e "Lulinha admite [...] voo e hotel pagos por Careca do INSS em viagem a Portugal".

Ontem eu estava em Copacabana, no Posto 5, subi no trio elétrico, falei da nossa experiência aqui na CPMI do INSS. Por mais que a gente tenha mostrado o que é a Contag...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - ... o que é a Conafer, do que é a Sindnapi - três sindicatos de fachada que têm uma ligação forte com PT e PDT -, por mais que a gente mostre os números, a mídia tradicional do nosso país não revelou com transparência. Quando a gente quebra o sigilo fiscal e bancário do filho do Presidente da República, no qual uma delação do ex-sócio do Careca do INSS, o principal operador, acusa ele de receber mesada... Impressionante como a repercussão a gente percebe nas pessoas em Copacabana.

Copacabana é um bairro em que você tem do mais carente ao mais rico; do religioso ao ateu; do petista, do cara de direita ao cara de esquerda. Isso aqui é uma bomba política, por isso e por outras, a reação, na quinta-feira, de políticos do PT, que ficaram desnorteados, ficaram perdidos, porque isso aqui, sim... Não é à toa que o Deputado Flávio Bolsonaro lidera as pesquisas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) - Sr. Presidente, estamos aqui ansiosos para continuar os trabalhos da CPMI e, ao mesmo tempo, lembrar que quem quer investigação neste país é justamente quem está sentado aqui nas fileiras da oposição a esse desgoverno do Lula.

Até o Lulinha, filho do Presidente, implicado num escândalo com mensagens sendo trocadas entre uma lobista e o Careca do INSS, mencionando uma mesada na ordem de R$300 mil.

Então, Sr. Presidente, nós precisamos lembrar que esse cidadão aqui está, inclusive, fora do país. E ficaram desesperados quando quebramos o sigilo do Lulinha. Não só do Lulinha, como também aprovamos outros 85 requerimentos de uma vez só, graças, aliás, à estratégia do Governo. A gente precisa agradecer nesse ponto, porque foi graças ao requerimento do Governo - de aprovação em bloco - que nós conseguimos aprovar tudo de uma vez só. Então, fica aqui o nosso agradecimento. Até relógio quebrado dá as horas certas duas vezes por dia. Nesse ponto aí, a estratégia...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ... acabou auxiliando a oposição e auxiliando quem quer investigar.

E a gente vai ficar aqui na expectativa, do dia de hoje, para saber se o Governo vai manter aqui a sua base para fazer as perguntas - em vez de narrativas, como sempre fazem - ou se vão abandonar os trabalhos como na quinta-feira passada, deixando quem quer realmente trabalhar fazer as suas inquirições.

Senador Carlos Viana, também agradeço a informação que o senhor trouxe aqui a este Plenário de que o senhor vai pedir, se necessário for, ao Supremo Tribunal Federal a prorrogação da CPMI do INSS. Nós obtivemos 175 assinaturas de Deputado Federal, ou seja, mais do que as 171 necessárias - 29 de Senadores mais do que as 27 necessárias -, nenhuma do PT, nem na Câmara, nem no Senado, e não foi por falta de oferecer.

Agora, Sr. Presidente, eu espero que isso não seja necessário, que o Senador Davi Alcolumbre faça cumprir o Regimento e não nos deixe aqui, Senador Girão, nessa expectativa, porque, olha só, não se sabe nem onde está esse requerimento, Senador Carlos Viana. Nós não temos nenhum recebido na mesa, até o momento, desse nosso requerimento. Está no

espaço sideral, em algum lugar, eu imagino, porque nós demos o *enter* lá no sistema com as assinaturas, mas até agora a mesa não deu o recebido. Parabéns pela atitude de V. Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E contamos com a elucidação do caso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Muito obrigado, Excelência.

Senador Izalci Lucas, como último inscrito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) - Presidente, primeiro, parabenizar V. Exa. e o Relator pelo trabalho, também todos os Parlamentares, mas eu pediria a V. Exa. algumas informações. Primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - ... com relação aos sigilos que foram quebrados, por exemplo, aquele que estava em posse do Presidente. Do Ministro André Mendonça, a informação que tivemos é que ele quebrou o sigilo do Lulinha em janeiro, então, possivelmente, a Polícia Federal já tenha concluído os trabalhos. Se nós já recebemos alguma coisa, tem já alguma indicação de quando vai chegar essa documentação. É que a gente tem um tempo muito curto para concluir esse trabalho. E concordo com o que foi dito pela Deputada Adriana, nós estamos chamando aqui os laranjas do laranja, do laranja, e os peixes grandes a gente não está chamando. O Ministro mesmo ficou de vir aqui já, pela terceira vez, não veio. Nós temos aí também outros atores e seria importante chamá-los, dando prioridade para essas pessoas que vão acrescentar. Os consignados estão aí. Nós nem começamos a analisar o consignado, que é o mais importante. Então, é o apelo que faço, V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Primeiro, a questão sobre os dados do sigilo do Sr. Vorcaro. Vou atualizar a Comissão. Eu fui informado pelo Delegado Andrei, da Polícia Federal, de que há uma determinação, por parte da decisão do Ministro André Mendonça, de que sejam repassados somente os dados ligados aos consignados. Eu pedi à Advocacia do Senado, que nos acompanha, para que fizesse uma leitura detalhada da decisão e não se encontrou lá nenhum tipo de determinação do Ministro com relação a dados que não devam ser enviados a esta CPMI.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Só para colaborar, eu participo da Comissão da CAE, estive com o Ministro, junto com vários outros, inclusive a Senadora Damares e outras, e de fato ele disse que só iria disponibilizar para a CPI aquilo ligado ao consignado. Foi dito pelo Ministro para a equipe da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Mas, de um jeito ou de outro, o que vale é o que está no papel, e no papel não está claro isso. Então, eu determinei à advocacia que oficie o Ministro, mais uma vez, para que ele nos deixe claro quais são os pontos que a Polícia Federal deve ou não deve seguir, porque, nesse caso, a Polícia Federal é uma ferramenta, são apoiadores do nosso trabalho. Eles não têm, por si só, a determinação, ou a liberdade, ou a prerrogativa de decidirem o quê, ou o que deixa de vir ou não. Essa é uma decisão que tem que ser feita por esta Comissão e pelo Supremo Tribunal Federal. Então, assim que nós tivermos a clareza dessas informações, nós possivelmente receberemos os dados.

Eu quero dizer, Deputado Marcel van Hattem, que eu sou contra ficarmos recorrendo ao Supremo Tribunal Federal - eu sou contra. Eu entendo que esta Casa tem que ter altivez - sabe? -, autonomia para tomar decisões.

Mas, diante de uma situação como essa - em que o requerimento está totalmente preenchido dentro dos requisitos, há as assinaturas, e nós não temos nenhuma resposta -, não há outra saída senão nós recorrermos dessa decisão como um Poder.

Isso prejudica muito a imagem do Parlamento. Eu não gosto disso. Eu penso que a gente tem que ter aqui capacidade de resolver as questões com mais rapidez.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) - Presidente, eu também acho que devemos resolver aqui, mas tem que resolver com o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - ... e não burlando o Regimento.

O tumulto que aconteceu semana passada, ele tem um culpado: a proclamação fraudada do resultado eleitoral. Não tinham sete pessoas; isso já foi mostrado em qualquer imagem, em qualquer fotografia. Tinham 14, Presidente.

V. Exa. já é antigo, aqui, para saber que, quando a votação é simbólica, ela é maioria simples; ela não é maioria de painel e nem maioria absoluta. Maioria absoluta é projeto de lei complementar, e nem é PEC. Qualquer requerimento é maioria simples. Tem que se saber quantos estão a favor, presentes, e quantos estão contra, presentes. É isso que diz o Regimento, e foi 14 a 7.

Qualquer um viu isso, e é verdade. Até jornais - que hoje são jornais que atacam o Presidente Lula - colocaram no editorial o Telecatch inútil que foi feito aqui. E a responsabilidade foi do Presidente, que declarou um resultado fraudado.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - Por isso nós recorremos até o Presidente Davi Alcolumbre. Foi uma fraude de resultado, obviamente, e construída, infelizmente, não porque não queria, mas por má-fé.

Tanto que a votação - a primeira - já foi uma votação simbólica, e o Senador pediu verificação, já com a intenção de que não houvesse outra votação em painel. E todas as outras votações que nós vimos aqui, todas foram em painel, a não ser que elas tenham sido unânimes e tenham sido acordadas. Mudou-se a regra para poder fazer uma fraude. Foi isso o que aconteceu aqui.

Eu vou apresentar um requerimento - espero que a V. Exa. coloque o requerimento em votação - até para ver que V. Exa. estava errado em relação a essa questão da maioria. Eu vou apresentar um requerimento para que possa ser vista uma nova Presidência para esta Comissão. O senhor deveria ser impitimado com o resultado que teve aqui. Coloque esse requerimento para votar, que eu vou apresentar.

Aproveite e coloque o requerimento do Zettel, da Clava Forte, do Flávio Bolsonaro, que o senhor tem engavetado, e agora eu sei por quê. O senhor está na lista que veio lá da Papudinha, dos Senadores do Bolsonaro. Talvez isso tenha mudado a relação que você tem com este Plenário.

Eu esperava uma desculpa do senhor hoje - infelizmente, essa desculpa não veio -, mas o tumulto foi culpa sua.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) - Olha, tem gente que mente dizendo que os atos de ontem estavam cheios. Só se forem cheios de assessores, porque povo, que é bom, nada. Aliás, um ato que não tinha pauta em defesa do povo, mas sim atacar as instituições, inclusive do candidato presidencial.

Agora, também tem gente aqui que inova, que está dizendo que, num Plenário da Câmara, num Plenário do Senado, num Plenário de qualquer Comissão, os votantes têm que ser 100% dos presentes.

É a primeira vez que eu vejo isso - alguém dizer "100% dos que deram presença no painel" -, ainda mais numa votação simbólica. Levar uma votação simbólica - 87 requerimentos de uma vez -, ou é má-fé, ou é irresponsabilidade. Ou as duas coisas juntas, porque isso foi feito.

Numa Comissão, senhores e senhores aposentados, de muita importância, em que nós queremos chegar de fato à verdade...

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - ... botaram 87 requerimentos para votar de maneira simbólica, sem colher individualmente o voto de cada Deputado e Senador.

Isso foi feito na semana passada e ainda deram um golpe, fazendo uma contagem totalmente fajuta. Fajuta, ou não sabe contar além do sete, do número enigmático. Não sabe contar além do sete, porque parou duas vezes no sete, não conseguiu chegar no oitavo. Se fosse, talvez, uma criança de cinco anos, provavelmente ela também chegaria ao 14º Deputado e Senador aqui presente, mas não, parou-se no sete.

E digo, Deputado Rogério Correia, fazendo coro, perdeu condições de presidir a Comissão; e, Deputado Paulo Pimenta, muito menos de prorrogar a Comissão, porque qual segurança eu tenho que na próxima votação meu voto será respeitado? Os demais Senadores e Deputados, o que querem aqui é blindar a família Bolsonaro, Tarcísio, Zettel e companhia, seus aliados que meteram a mão, através também do Clava Forte, no dinheiro dos aposentados e pensionistas. Será porque é um banco de origem mineira que não querem trazer o requerimento?

Se quer colocar na pauta, faço um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Coloque na pauta o Zettel semana que vem e vamos colher voto nominal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

Senador Rogerio Marinho.

É o nosso último inscrito, gente, nós já vamos dar sequência na oitiva.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu... *(Fora do microfone.)* Eu, na verdade, me sinto na obrigação de falar, porque nós aqui somos assistidos principalmente por aqueles que foram lesados nesse crime hediondo. E é sempre bom rememorar o que aconteceu que nos proporcionou este momento. Houve denúncia, Sr. Presidente, de que havia malversação de recursos - aliás, malversação de recursos, dilapidação de patrimônio e corrupção em Governo do PT é uma redundância, mas tudo bem. Então, houve denúncia no *Metrópoles* e esse jornal proporcionou a abertura de um inquérito policial, de uma investigação policial.

Nós, da oposição, buscamos assinaturas para abrirmos essa CPMI que aqui está. Eu quero lembrar a sociedade e aqueles que aqui estão desavisados e com amnésia seletiva que nenhum Parlamentar do PT assinou este documento.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) - Pelo contrário, se interpuseram, debateram, tentaram boicotar, inclusive, a instalação desta Comissão, que ocorreu depois de muita luta.

Depois, Sr. Presidente, aqueles que nos assistem agora, o que ocorre é que isso aconteceu, de V. Exa. ser o Presidente desta Comissão e tendo representado com muita dignidade, apesar dos esforços que o Governo fez de se apropriar, inclusive, desta Comissão para instrumentalizá-la, a exemplo do que faz com a atividade pública, a serviço de um partido que quer se perpetuar no poder e esconder os seus desmandos.

Mas o maior desinfetante é a luz do sol. Esse desespero todo, Sr. Presidente, é por isso. O Sr. Lulinha teve o sigilo quebrado e ele alega - e aqui está uma página no *Estado de S. Paulo* - que ele não tinha nada a ver com o INSS, apenas recebeu dinheiro de alguém que tinha a ver com o INSS; que ele, na verdade, praticava *lobby* no Governo do pai dele, como se isso fosse uma coisa normal, para vender maconha medicinal aqui no Brasil; e, por isso, viajou de primeira classe para Portugal, hospedou-se em um hotel de luxo em Portugal, ao lado de um operador do sistema. E eles acham que isso é normal. Nós não podemos banalizar esse tipo de situação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) - Não é ético, não é moral e não é normal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Muito obrigado, Excelência.

Oitiva...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - Presidente. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - Para concluir?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - Sou o penúltimo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - Eu tenho a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) - Presidente, filho de Presidente da República fazer *lobby* realmente é indevido, assim como... E tem que ser apurado, rigorosamente apurado.

Eu acho um absurdo, por exemplo, o filho do ex-Presidente Bolsonaro ter feito *lobby* junto ao BNDES, o Senador Flávio Bolsonaro, hoje candidato a Presidente da República - pré-candidato -, para o Sr. Danilo Trento, que também deveria ter sido investigado por esta CPMI, e pudesse adentrar o BNDES para participar de uma fraude de uma vacina que não existia, mesmo porque eles negavam vacina.

Então, Presidente, não há aqui... Há uma falácia e uma narrativa em torno dos fatos. Não há problema nenhum... V. Exa. já expediu os requerimentos das quebras que foram aprovados na quinta-feira. Não é com isso que estamos preocupados.

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - O mérito da quinta-feira, Presidente, é que, além daqueles Requerimentos 1 a 84, o senhor tinha que ter colocado esses outros 20; o senhor devia ter colocado o do Fabiano Zettel; o senhor devia ter colocado o da Clava Forte, uma *fintech*. É uma *fintech*, né, Deputado Rogério?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - *Fintech*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - O senhor poderia ter colocado uma *fintech* que tem relações, inclusive, com outras instituições em Minas Gerais; o senhor deveria ter colocado o da Sra. Natália Zettel; o senhor deveria ter colocado o da Sra. Letícia dos Reis, que tem relação - relações - com o Sr. Careca do INSS e conduz o escritório de advocacia do Senador Flávio; o senhor deveria ter colocado o do Ibaneis Rocha. Enfim, tinha outros 20 requerimentos que não foram apreciados.

O nosso questionamento não era em relação aos oitenta e tantos, era aos 20 que não entraram. E, Presidente, cada um tem sua... V. Exa. tem a sua posição; V. Exa. tem uma posição e tem sua base social em Minas, que é identificada com o bolsonarismo - é a posição de V. Exa. -, mas a gente tem que ter um mínimo de pacto de relação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - Sete não é maior que quatorze - V. Exa. sabe.

O mesmo jornal *O Estado de S. Paulo*, que meu colega...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Senhores, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - ... Rogerio Marinho acabou de citar, é o colega...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - Não, mas é para citar mesmo; não tem problema, não. É para garantir seu art. 14. Pode usar à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Só um instante.

Vamos deixar o colega encerrar, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - Pode usar à vontade.

O mesmo *O Estado de S. Paulo*...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Para encerrar, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - ... colega Rogerio, que V. Exa. citou, fez um editorial destacando que a eleição, que a votação da última quinta-feira não condisse com a realidade, não condisse com os votos, não condisse com o que aqui aconteceu; inclusive, o mesmo jornal *O Estado de S. Paulo* apelando que não resta ao Presidente do Congresso Nacional outra decisão, a não ser a anulação daquilo.

Presidente, tudo faz parte do jogo político, só que no jogo político, inclusive no jogo político, tem que ter regras...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) - ... uma elementar a ser cumprida: sete não é maior que quatorze.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

Antes de passar o art. 14 ao Senador Marinho, eu quero lembrar a todos que não há, no Regimento, em qualquer um deles, a possibilidade de que um Presidente de Casa possa anular decisões de uma Comissão. Não existe no Regimento. Isso não está em momento algum colocado. Se o existir, será, a meu ver, uma decisão perigosa e que gera um precedente muito ruim, como nós temos reclamado muito do próprio Supremo Tribunal Federal.

Mas vamos lá.

Art. 14, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) - Qual o tempo que eu tenho? Qual o tempo que eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para explicação pessoal.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Olha, nós estamos vendo aqui, nesta Comissão, uma tentativa canhestra de desviar o foco da investigação.

A cada reunião de que nós participamos aqui, fica mais claro que está sendo desvendado um dos maiores crimes - e mais hediondos - praticados por este Governo, contra aposentados no Brasil, porque nós já estávamos acostumados, Sr. Presidente, com uma escala, eu diria, estratosférica.

Quando se fala de petrolão, de mensalão e, agora, de "aposentão", esse superlativo caracteriza a forma como o Partido dos Trabalhadores tem administrado este país. Nós tivemos, na história, exemplos muito ruins de como o aparelhamento público e a utilização da máquina do Estado, para fazer com que um partido se perpetue no poder, danificam a sociedade, a democracia e prejudicam os mais pobres deste país.

É verdade: há um debate político dentro da investigação que é conduzida brilhantemente, nesta Comissão, pelos Srs. Parlamentares, mas, em especial, pelo eminente Relator, o Sr. Alfredo Gaspar. Há um debate político, mas esse debate político, Sr. Presidente, não pode se afastar dos ditames e dos princípios que todos nós juramos respeitar, que é servir ao nosso país. E, agora, independentemente do aspecto político, nós precisamos entender, nós precisamos eviscerar, nós precisamos colocar luz do sol sobre o que, de fato, ocorreu nas entranhas do Ministério da Previdência, em especial no INSS.

Nós ouvimos aqui vários Parlamentares se revezarem, dizendo: "Olha, isso começa em 2019". Eu já tive a oportunidade, em vários momentos, de mostrar à sociedade, àqueles que nos acompanham, que notícias a respeito de roubo, de dilapidação de patrimônio público no sistema previdenciário, na verdade, são concomitantes - quer dizer, ao mesmo tempo em que o aparecimento do próprio sistema previdenciário.

Agora, existe uma diferença fulcral, que é importante que seja colocada aqui: existem governos que convivem, que se acumpliciam, que se sentem confortáveis com a corrupção; existem governos que combatem a corrupção. Nós iniciamos o Governo do Presidente Bolsonaro com a Medida Provisória 871, de combate à fraude, que foi combatida - desculpem-me a redundância - pelo PT e pela esquerda, que trabalhou contra durante o processo de discussão e de votação. E não seria de se estranhar, porque está na gênese, está no DNA de um partido que é corporativo, que utiliza os elementos da sociedade para se locupletar, para continuar da forma como age historicamente.

Então, tirar dinheiro de trabalhador contra a sua vontade aconteceu no imposto obrigatório, acontece na contribuição assistencial e também acontece, Sr. Presidente, por ocasião dessa imposição que foi feita agora, recentemente, pelo Supremo Tribunal Federal, que determina que todo trabalhador brasileiro é obrigado a remunerar o seu sindicato, mesmo sem ser filiado, por ocasião de acordo ou convenção coletiva, numa substituição clara do moribundo, do já findado imposto sindical obrigatório.

Então, Sr. Presidente, esta Comissão já mostrou um extraordinário trabalho na hora em que acabou com essa contribuição sindical, com essa contribuição assistencial, que aqui existia...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) - ... com o desconto associativo. Falta acabar com a contribuição assistencial.

E, Sr. Presidente, está muito claro aqui que eles não querem...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) - ... investigar. Toda hora, ao mesmo tempo em que blindam aqueles que deveriam ser alvos da investigação, trazem pessoas que nada têm com o tema, como se houvesse parâmetro de comparação: "Ah, você está quebrando o sigilo de alguém ligado ao PT, vamos quebrar o sigilo de alguém ligado ao Partido Liberal".

Mas qual é a lógica desse processo? Não tem nenhuma assimetria; apenas uma, Sr. Presidente: eles têm o interesse de evitar que nós cheguemos ao âmago da questão. Mas o que eles não sabem, talvez, é que isso já aconteceu. Os documentos que estão nesta Comissão, as provas colhidas, os depoimentos daqueles que estão presos hoje... Volto a repetir: a cúpula da estrutura do INSS, o Presidente, o Procurador, o Diretor de Benefícios, todos presos. Não tenho dúvida de que vão apontar para a sociedade o que de fato ocorreu e quem se locupletou.

Então, Sr. Presidente, siga em frente. V. Exa. está fazendo um grande trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Obrigado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) - ... um trabalho de magistrado. E a tentativa hoje aqui é de desestabilizar V. Exa. e as decisões que V. Exa. tomou, todas amparadas no Regimento e na jurisprudência desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Muito obrigado.

Apenas para lembrar, foi citado pelo Parlamentar, por um dos Parlamentares, o nome do Sr. Danilo Trento. O Sr. Danilo Trento foi convocado a esta Comissão e foi beneficiado por um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal, que permitiu a ele não vir à Comissão. Mas eu quero lembrar que o sigilo, o RIF, os sigilos fiscal e bancário do Sr. Danilo Trento foram quebrados e estão todos à disposição dos Parlamentares para a verificação no sistema a que os senhores têm acesso. Portanto, não há qualquer tipo de blindagem aqui em se falar nesse assunto, a qualquer um dos lados. E nós aprovaremos os requerimentos à medida que a investigação indicar que há ligações daquelas pessoas com o caso em que nós estamos aqui sob responsabilidade.

Oitiva da Sra. Aline Bárbara Mota de Sá Cabral, Secretária do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes e promovida a gerente administrativa das empresas.

Requerimento 1.955, do Deputado Alfredo Gaspar.

Esta Presidência recebeu, há pouco, decisão proferida pelo Ministro André Mendonça, na Petição 14.462, na qual reconhece a compulsoriedade, ou seja, obrigatoriedade de comparecimento da depoente na qualidade de testemunha; assegura o direito ao silêncio relativamente às perguntas cujas respostas possam incriminar risco de autoincriminação - implicar, me perdoem, risco de autoincriminação -; define que caberá exclusivamente à depoente a avaliação desse risco; assistência de advogado; vedação de qualquer medida coercitiva ou constrangimento físico ou moral pelo exercício da garantia da não autoincriminação.

Eu quero saudar também o advogado, Dr. Leandro Raca, que está presente aqui, seja bem-vindo, e vou solicitar ao advogado que, em qualquer momento que V. Exa. necessitar parar para orientar sua cliente, o senhor pode fazer uso do tempo; em qualquer momento em que houver uma fala que o senhor entenda como sendo de assédio ou de desrespeito, por gentileza, falar com esta Presidência, para que a gente possa evitar outras situações que nós já tivemos aqui. O.k.?

Passo agora à leitura do termo de compromisso da depoente.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sua palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que lhe souber e for perguntado?

O SR. LEANDRO RACA - Ela não vai firmar o termo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Excelência, ela está aqui como testemunha. Ela não está aqui como investigada, e, ainda que ela não faça o termo, essa é apenas uma questão formal. Ela está obrigada a falar a verdade em todas as questões.

O SR. LEANDRO RACA - Ela vai falar a verdade, sem dúvida ela vai falar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Sim...

O SR. LEANDRO RACA - ... é que ela não vai firmar o termo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Bom, é um direito da pessoa - né? - de não falar.

A senhora tem 15 minutos para uma apresentação pessoal e de defesa, Sra. Aline.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (Para depor.) - Boa tarde.

Meu nome é Aline Bárbara Mota de Sá Cabral. Tenho 38 anos. Sou bacharel em Secretariado Executivo e especializada em Ciência Política.

Entre junho de 2023 e outubro de 2025, trabalhei para o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, inicialmente como Secretária, até setembro de 2024, e, posteriormente, como Gestora de Pessoas da empresa ACDS.

Como Secretária, atendia as necessidades pessoais do Sr. Antônio, como emissões de passagens aéreas e acompanhamento de obras em imóveis particulares. O Sr. Antônio não tinha o hábito de compartilhar os detalhes de agendamentos de reuniões e assuntos tratados.

Como Gestora de Pessoas da ACDS, cuidava das questões relacionadas aos recursos humanos da empresa, que prestava serviços de *telemarketing* e tinha cerca de 160 funcionários. Tive contato com prestadores de serviços de contabilidade exclusivamente para tratar das folhas de pagamento desses funcionários.

Considerando que há investigações em curso sobre os fatos tratados nesta CPMI, e que eu não tenho acesso a tais procedimentos, por orientação da minha defesa, exercerei o meu direito de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Doutor, eu vou pedir a V. Sa. que oriente a Sra. Aline que, nas questões em que as informações são públicas, ela tem a obrigação de responder, por gentileza.

O SR. LEANDRO RACA (*Fora do microfone.*) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Relator.

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar. *(Pausa.)*

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar aqui, antes de mais nada, que o Parlamento não pode ser casa de mãe joana. Todo dia tem uma norma sob encomenda para atender o interesse do Governo de plantão. Ou o Parlamento se faz respeitar, ou o Parlamento está sob a égide da Constituição, ou então o Parlamento não serve para absolutamente nada.

Foi dito aqui e repetido - e por isso estou voltando a esse assunto - que foi praticada uma fraude. Olha, que fraude é essa? A fraude em que o Presidente do Senado criou o precedente e ninguém contestou. Qual é o precedente? Em votação simbólica, contando-se o número a menor de Parlamentares presentes do que está no painel, a votação é válida. Para quem quiser me desmentir: em 28 de maio de 2019, na MP 870, sem um recurso, sem nenhuma contestação. Parem de inventar narrativa sob medida.

A outra coisa, Presidente, é: dependendo de quem critica, eu aprendi a receber como medalha de ouro. Na vida, dependendo de quem critica, é uma verdadeira medalha de ouro.

A outra coisa, Presidente, a outra coisa que eu acho bom a sociedade brasileira tomar conhecimento: por que essa violência é em cima de uma decisão legal do Presidente Carlos Viana? Como eu disse, Presidente, na vida a gente nasce uma vez e nasce para ter palavra e ter honra; uma vez perdida a palavra e a honra, eu acho que a vida não vale nem mais a pena ser vivida. Sabe por que o senhor está sendo atacado, Sr. Presidente? Porque montaram uma estratégia errada para encobrir sujeira e vou ler aqui de quem. Abraão Lincoln, pedido de prisão preventiva, nós aprovamos, mas queriam enterrar. Zema crédito, requerimento de quem? De um Deputado do estado, foi dito aqui que era perseguição política, mas o Presidente manteve na pauta, foi aprovado. Veja, quebra do sigilo dos passageiros de três aeronaves do Vorcaro. Ei, a República toda dizendo que Vorcaro pertence a partido A, B, então vamos saber a verdade? Vamos ver quem voou sobre as asas de Vorcaro, mas tem gente desesperada.

Sr. Presidente, aqui teve troca de soco de gente que não aguenta nenhum revide, mas me atrapalhar não vai não.

Requerimento ao INSS pedindo informações aqui do Deputado Duarte Jr.. Requerimento da Prime. A Prime foi uma empresa de aviação que voou com muitas autoridades da República, sendo paga por Vorcaro. Querem, querem porque querem enterrar a verdade. Olha, requerendo a convocação de um ex-Deputado de Sergipe, autoria do Deputado que é oposição, foi colocado. Sr. Gustavo Marques Gaspar, assessor de Weverton Rocha, Senador da República. Augusto Ferreira Lima, sócio do Master, queriam impedir, olha só. Márcio Alaor de Araújo, tido aqui como papa do consignado, queriam enterrar esse requerimento. Presidente do Santander, já tinham blindado, agora vai ser convocado. Marcelo Kalim, do C6 Consignado, a base do Governo já tinha blindado, agora vai ser convocado, é justiça igualitária. Sra. Lea Bressy, de quem o Presidente do INSS atual pediu a exoneração e o Governo Federal não concedeu, convocada.

Sr. João Muniz Leite estava blindado, convocado. FoliuMed estava blindada, convocada. A filha do ex-Ministro José Carlos Oliveira, que a situação pediu. Está aqui quebrado o sigilo. Rodrigo Moraes, da Arpar, bilhões de reais lá na teia da Arpar com outras coligadas. Foram bilhões de reais na teia a que a Arpar está interligada - bilhões de reais! Danielle Miranda Fonteles, R$12 milhões, R$4 milhões de câmbio. A irmã dela, funcionária do Careca, mas não é por isso que ela está sendo convocada, não; é porque ela recebeu R$12 milhões direto do Careca. Roberta Luchsinger, sigilo financeiro afastado, tudinho estava blindado. O CEO do PicPay - o PicPay em que o PT e o Governo fizeram uma medida no INSS direcionada, que investiu só na instituição quase R$300 milhões - estava blindado, agora vem depor. Sigilo bancário do Banco Master - o Brasil inteiro quer saber, ia ser enterrado - está aqui, foi aprovado. Credcesta, em que começou a safadeza do consignado do Master, estava querendo ser enterrada a sujeira, foi de novo colocado e aprovado.

Minha gente, tem tanta coisa para eu ler aqui, para eu mostrar ao Brasil que o Presidente está sendo criticado pelo acerto, não é pelo erro, e o Brasil precisa rememorar isso. Quando a gente acerta, não é fácil, mas quando a gente acerta no núcleo do crime organizado, é preciso ter muita fé em Deus e coragem para seguir adiante. Presidente, parabéns! Tenho muito orgulho da sua postura. Podem desmanchar, Presidente, mas irão desmanchar em detrimento dos interesses do Brasil.

Eu vou dizer uma coisa, vocês não sabem, o Senador acabou de falar: "Protegendo Danilo Trento", tem Deputado aqui que pediu a convocação do Danilo Trento. Cinco dias depois, não aguentou a pressão, pediu a retirada. Cecílio Galvão, que está fugindo do depoimento, tem Deputado aqui que pediu a convocação de Cecílio Galvão, não aguentou a pressão do pedido e retirou.

Sabe qual é a melhor maneira de você fazer uma investigação? É saber exatamente quem tem algo a dever com a retirada de pedido. Por todo mundo aqui que pediu e retirou, eu reapresentei como forma de não permitir fazer favor com o destino do povo brasileiro.

Então, Presidente, eu queria apresentar aqui o primeiro dado. Presidente, aqui estão falando de igreja, estão falando de religião. O primeiro milagre desta CPMI aconteceu.

Por terem sido aprovados aqueles requerimentos, o recado já chegou. Milagre! Olha, se eu pudesse dizer, milagre. Aqui todo mundo dizia: "É mentira, Lulinha não tem nada a ver com o Careca do INSS". Os porta-vozes da República já mudaram a versão: "Filho do Presidente da República, Lulinha, admite a interlocutores que teve voo e hotel pagos pelo Careca do INSS em viagem a Portugal".

Os senhores estão vendo como a quebra do sigilo já antecipa resultados? Como a verdade começa a aparecer no milagre da luz do sol? Quando está tudo escuro, ninguém confessa nada. Mas agora, que está uma luta grande para mostrar a verdade, dois locais afastaram o sigilo: a CPMI do INSS e o STF. Não tem como negar, está aqui. Poxa, eu pergunto: por que não pagaram para mim uma viagem na primeira classe para Portugal? Por que não pagaram para os outros 220 milhões de brasileiros? Poxa, um lobista, ladrão de aposentado e pensionista, usou esse dinheiro para pagar, para o filho do Presidente da República, uma passagem que custa milhares de reais em um hotel maravilhoso. Olha só, por que não foi para o brasileiro comum? Foi logo para o filho do Presidente da República.

Então, Presidente, essa pancadaria todinha é porque o senhor manteve uma decisão justa, e essa decisão começou a demonstrar a verdade: o filho do Presidente da República, infelizmente, de forma desavergonhada, estava em conluio com o Careca do INSS fazendo *lobby*, não apenas no Brasil, mas do outro lado do Atlântico. Isso, para mim, já seria suficiente para ser um escândalo sem precedentes na República. Mas a corrupção está tão comum no Brasil, a corrupção está tão costumeira, a lama está espalhando em tanta gente que talvez a guerra em Irã e Israel tenha mais valor do que a guerra de roubar o dinheiro do povo aposentado e pensionista. Eu só queria reafirmar, Presidente: o senhor está em um momento muito importante da sua vida pública. Esse momento não vai ser manchado por mentiras nem por lado que tem interesse obscuro de esconder a verdade.

A outra coisa, Presidente, é que iria renovar o apelo: Cecílio Galvão está sendo blindado por muita gente; se puder trazê-lo hoje, será muito importante para a República. Se a Polícia Federal puder conduzi-lo de São Paulo - ou de onde ele estiver - para esta CPMI hoje, será um grande feito para avançarmos nas investigações.

Mas, Presidente, estamos aqui com a Sra. Aline. Eu digo ao senhor, e não me acostumo: como uma testemunha tem direito a *habeas corpus*? Eu nunca vi isso na minha vida - não vou faltar com a verdade -, e olha que eu já ouvi milhares. Eu não ouvi uma, duas, dez, não. Nos meus 24 anos de Ministério Público, eu ouvi milhares de testemunhas. Sabe quantas chegaram com *habeas corpus*?

Olha, eu ouvi testemunha acusando Deputado, Prefeito, acusando empresário; testemunha de todo jeito. Sabe quantas chegaram ou tiveram a concessão de *habeas corpus*? Na minha existência como Promotor, nenhuma. Mas nós estamos vivendo novos tempos no país. Então, ela chega aqui com um *habeas corpus*, mas vamos deixar muito claro, Presidente: mesmo um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal tem limites. Ela, como testemunha dos fatos que sabe e não a incriminam, não dá direito ao silêncio. Então... Por isso, eu vou começar a indagar.

Sra. Aline, a senhora ainda é muito jovem, e me parece que a senhora também trabalha desde sempre, ou seja, a senhora é uma brasileira que busca sobreviver e hoje está sentada aqui depondo, como outros vieram depor, como testemunha.

A senhora pode me dizer um pouco da sua carreira profissional? A senhora começou a trabalhar com quantos anos?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (Para depor.) - Comecei a trabalhar com 18 anos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Dezoito anos. Em quê, D. Aline?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Como secretária na Associação Nacional do Ministério Público Militar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora, como secretária na Associação do Ministério Público Militar, a senhora com 18 anos - olha aí, mostra que é uma pessoa que desde cedo vem lutando -, a senhora percebia quanto?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Tem muitos anos... Isso foi em 2006.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Mais ou menos de cinco salários mínimos?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não... Acredito que bem menos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Bem menos. A senhora poderia me descrever a sua trajetória profissional de trabalho?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Após ser secretária na associação, que era um contrato temporário, eu trabalhei para uma empresa de produtos hospitalares, também como secretária...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Posso perguntar à senhora se, nessa segunda empresa, o nível de remuneração manteve-se...?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim, baixo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Baixo.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Até porque, naquela época, o salário mínimo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Sim, senhora.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - E, depois, eu trabalhei numa empresa de tecnologia, também como responsável administrativa da filial em Brasília...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Sim, senhora.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - ... depois...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - O salário manteve-se também uniforme?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Melhorou mais?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim, porque eu havia iniciado meus estudos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - E isso colocou a senhora num patamar, como eu falei, acima ou abaixo de cinco salários?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não; abaixo de cinco salários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Sim, senhora.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - E, depois disso, eu fui trabalhar numa construtora e...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Em que posição, dona Aline?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Na área financeira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Na área financeira?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - É, atendendo clientes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - O que é que significa isso? - só para eu ter conhecimento, D. Aline. A senhora recebia o dinheiro que o cliente pagava do imóvel?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, não. Eu fazia cálculos de IGPM, de correção. Era uma construtora que vendia imóveis na planta...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Tá.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - ... e eu atendia os clientes com dúvidas em relação aos boletos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Sua relação profissional colocava a senhora num patamar salarial melhor do que os outros empregos?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Abaixo ou acima de cinco salários?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Abaixo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Abaixo. Depois da construtora, a senhora foi para onde?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Depois da construtora, eu passei um tempo me dedicando à minha família. Eu tive um padrasto que ficou doente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Tá.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - ... e veio a falecer, minha mãe ficou doente e eu passei alguns anos me dedicando exclusivamente ao trato familiar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - E a senhora voltou quando ao mercado de trabalho?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Em 2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Em 2022. Quando a senhora voltou ao mercado de trabalho, a senhora foi trabalhar onde?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Num escritório de advocacia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - De quem, D. Aline?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Foi uma passagem rápida pelo Escritório Mudrovitsch.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Mudrovitsch?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Lá a senhora atuava em qual função?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Secretária.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Secretária?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - E o patamar de remuneração continuou abaixo de cinco salários?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora ficou lá até quando, D. Aline?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Foi um mês, cerca de um mês. Foi muito rápido...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora saiu de lá para onde?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu fui trabalhar na JGP. Recebi a...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Onde?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - JGP Consultoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - O que é que significa isso, realmente?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Era uma empresa de consultoria em estudos ambientais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Estudos ambientais. E lá a senhora trabalhava em qual função?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu era chefe de escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Chefe de escritório. O patamar salarial continuou abaixo ou aumentou?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Aumentou um pouco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Acima de cinco salários?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, próximo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Sim, senhora. Depois de lá, a senhora foi para onde?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Aí eu fui trabalhar na empresa do Sr. Antônio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - O Sr. Antônio é a pessoa que a gente conhece aqui como Careca do INSS?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora poderia dizer em qual circunstância a senhora foi admitida... Qual empresa?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Na BSB.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - BSB é Brasília, é?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - É Brasília Consultoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Brasília Consultoria. A senhora pode dizer como é que foi a contratação da senhora? A senhora procurou emprego? Alguém a procurou?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim, eu vi a vaga pelo LinkedIn.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - LinkedIn?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - E a senhora procurou quem?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - O Rubens é quem fez a publicação da vaga.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - O Rubens. E a senhora, lá, procurou o Rubens?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não. Aí eu me candidatei à vaga pelo LinkedIn e ele me retornou falando que eu participaria do processo seletivo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Tá. E a senhora foi aceita no processo seletivo, não é isso?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - E qual foi a função que a senhora passou a exercer?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Secretária.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Secretária de que área, lá?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Secretária do Antônio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Quer dizer, a senhora não conhecia o Antônio Camilo, mas depois que foi admitida a senhora já foi ser secretária dele?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Em qual local de Brasília a senhora foi ser secretária dele?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - No Setor Bancário Norte.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Lá, quando a senhora chegou, quantas empresas funcionavam no mesmo endereço da Brasília Consultoria?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Quando a senhora chegou lá, qual foi o papel que designaram para a senhora realizar como secretária?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Poxa, eu fico perguntando... A senhora é tão nova, a senhora é uma pessoa trabalhadora, a senhora é uma pessoa que aos 18 anos já estava dando duro, a senhora representando uma classe que tem milhões de pessoas. Me diga uma coisa, qual é o crime de dizer o papel que desenvolvia como secretária? Porque eu acho que isso não envergonha a senhora.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, eu não acho que me envergonha. O que me envergonha é estar aqui diante de homens que querem que eu saiba de coisas que eu não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Mas olha só, se a senhora não sabe, não tem homens aqui querendo que a senhora saiba. O que a gente está querendo saber da senhora é só a verdade. Se a verdade for a senhora não saber, nós aceitamos. O que eu não acho justo é a senhora não saber e se calar para dizer que não sabe, porque parece que sabe.

Então, assim, qual é o papel da secretária do Sr. Antônio? Era praticar crime?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, não era praticar crime.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Pronto, pronto. Exatamente, é isso que a gente está aqui discutindo. A senhora não cometeu crime nenhum; a senhora foi, através de um currículo, chegou lá e foi admitida. É isso que a gente está discutindo aqui.

Qual o papel da senhora enquanto secretária?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu cuidava de coisas pessoais, como atender a família, e emissão de passagens.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Pronto, vamos parar aí nessa parte de emissão de passagens. Eu acho isso importante. Importante porque eu tenho umas perguntas para fazer à senhora, mas todas baseadas na verdade. Não foi a senhora que meteu a mão no dinheiro de aposentado e pensionista. A senhora é uma profissional.

Bota aqui o organograma. *(Pausa.)*

Fica bem mais fácil a senhora esclarecer, porque com certeza, a senhora não está sendo aqui acusada de nada. *(Pausa.)*

É, assim, não.

Pronto, aqui já está.

Olha só, fiz um pequeno levantamento da sua vida profissional. A senhora, todas as vezes que ia tirar passagem para o Sr. Antônio Carlos Camilo, a senhora dava um número de contato. E a gente conseguiu cruzar passagem com o número de contato e a senhora. A senhora acabou de dizer que esse era um dos seus papéis, não é isso? Deixe-me lhe perguntar, a senhora conhece, por exemplo, o número (61)98263-845131?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora conhece o número 61, prefixo, 123, são quatro 9, 99992-2557?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora conhece o número (61)98263-845111?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu não vou ler tudo, não, porque vai ficar cansativo, mas esses números aqui foram passados pela senhora como contatos da senhora, está certo?

E aí, a gente chega a uma série de pessoas. A senhora conhece Tânia Carvalho dos Santos?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Quem é Tânia?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Esposa do Antônio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora conhece Cláudia Augusto Santos?

(Pausa.)

Augusta.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Quem é?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Cunhada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Cunhada. Pronto.

A senhora já disse aqui - eu não vou repetir... Careca do INSS, a senhora não era secretária dele? *(Pausa.)*

Pronto.

Agora, o que me interessa é isso aqui.

Bota para cima.

O que me interessa são essas outras figuras.

Vamos lá.

A senhora já esteve alguma vez com Maurício Camisotti?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora conhece Carolina Fonteles?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora conhece Daniella Fonteles? *(Pausa.)*

A senhora conhece Daniella Fonteles? *(Pausa.)*

A senhora conhece Daniella Fonteles?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora conhece Domingos Sávio de Castro?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora conhece Alessandro Stefanutto?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora conhece Eric Fidelis?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora conhece Fernando Bittar?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora conhece Fábio Luiz?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora conhece Roberta Luchsinger?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora conhece Virgílio Antônio Ribeiro?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Nelmar Batista?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Tiago Schettini?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Tá.

Deixe eu lhe dizer...

Aqui... *(Pausa.)*

Não, tá.

Volta.

Deixe eu dizer: eu não vou pegar a senhora pela palavra, nem estou atrás da senhora. Aqui tem fatos que ligam a senhora a todos eles, mas isso não me interessa não. Não é a senhora que eu quero ver atrás das grades, está certo?

Me diga uma coisa: a senhora já comprou passagem para Carolina Fonteles?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Que eu me lembre, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Para Daniella Fonteles?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora já comprou passagem para o Sr. Alessandro Stefanutto?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora já comprou passagem para o Sr. Eric Fidelis?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - E para o Fernando Bittar?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Olha, aqui a gente tem um cruzamento de dados. É como eu disse, eu não vou apertar a senhora; não vou apertar, porque não é justo. Não vou fazer isso. A senhora era secretária.

A senhora pode me dizer que código é esse que a senhora usava, de contato, quando comprava passagem - o número 3?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não usava código nenhum. Eu comprava passagens por agências de viagem. Então, o contato que ficava, das passagens, era o contato da agência de viagem, do agente que me atendia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora não sabe explicar qual o motivo de a senhora usar o número 3 nos seus contatos?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu nunca usei o número 3 nos meus contatos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Nunca usou.

Está bom. Fecho aqui.

A senhora poderia me dizer qual o papel que o senhor Domingos Sávio exercia lá no escritório?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Ele era sócio da ACDS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Da ACDS.

A senhora poderia me dizer qual o papel da senhora...

Volta lá que eu esqueci o nome. *(Pausa.)*

... Carolina Fonteles.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Ela trabalhou no escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Ela trabalhou no escritório exercendo qual função lá?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Ela trabalhava na área de *marketing*.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - De *marketing*.

A senhora, quando chegou lá, ela já se encontrava?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Não? Ela começou a trabalhar lá a partir de que época?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não vou me lembrar com certeza, mas, talvez, no fim de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Danielle Fonteles. Enquanto a senhora esteve lá, ela esteve quantas vezes lá na Brasília Consultoria?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Não se lembra?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Se lembra se foram mais de 5, mais de 10, mais de 15?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu acho que não chegou a ser mais de cinco, mas eu não me lembro a quantidade exata.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora sabe, já que a senhora cuidava... Olha o que é a senhora falou aqui: a senhora cuidava das coisas pessoais do Sr. Antônio Carlos.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Principalmente relacionadas à família.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu ouvi alguma coisa - não sei se foi a senhora que disse aqui ou em algum documento - que a senhora falou que cuidava também questão de imóveis dele.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora pode me dizer se o Sr. Antônio Carlos Camilo comprou um imóvel da Sr. Danielle Fonteles?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Prefiro não falar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Me diga uma coisa: a senhora responder se um terceiro comprou imóvel de outro terceiro a incrimina?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu tive conhecimento de que ele tinha comprado um imóvel, posteriormente eu fiquei sabendo de quem era, não sabia de quem era.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Pronto. Olha como fica muito mais fácil para nós dialogarmos.

A senhora poderia me dizer qual foi o valor desse imóvel?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não sei, valores nunca me eram informados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora pode dizer qual foi a época em que ele comprou esse imóvel?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu acredito que no fim de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - No fim de 2024. Isso é muito importante.

A senhora tem ideia de onde ficava situado esse imóvel? *(Pausa.)*

A senhora pode dizer onde ficava esse imóvel?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Em Trancoso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora já foi lá alguma vez?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Pronto.

A senhora pode me dizer qual foi a data em que esteve lá?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Foi início de 2025.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora esteve lá com quem?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Com a governanta da Casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Chegou lá através de quê? Carro, ônibus, avião, jatinho, helicóptero?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Avião, no aeroporto de Porto Seguro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Tá.

Essa casa já estava sob a posse do Sr. Careca?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não tenho certeza se a casa já era completamente dele ou os trâmites da compra... se haviam sido finalizados ou não. Eu estive lá para treinar a governanta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora esteve lá para treinar a governanta. E a governanta era de onde?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - De lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - De lá? A senhora pode me dizer especificamente o endereço desse imóvel?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - E como é que a senhora chegou lá?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Um funcionário me buscou no aeroporto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora sabe dizer se o Sr. Antônio Carlos Camilo frequentou esse imóvel?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu acredito que uma vez.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Pode me dizer a data?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora recorda de algum pagamento que a senhora operacionalizou em relação a esse imóvel?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, eu não operacionalizava nenhum tipo de pagamento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Quer dizer que pagamento a senhora não fazia, né?

Volta lá, por favor.

A senhora conhece algum político que frequentava a Brasília Consultoria?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Que eu saiba que fosse político, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Passa aqui, volta lá, só para eu fazer uma pergunta a ela. *(Pausa.)*

Baixa aqui. Mais para cima. Não, não, para cima.

Isso.

O Tiago Schettini a senhora conhece de onde?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - De vê-lo lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - De vê-lo lá.

Qual era a função que ele exercia?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Lá, nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Lá, nenhuma?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não que eu saiba.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - E ele mantinha contato com quem lá?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Com o Antônio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Com o Antônio?

A senhora já viu alguma vez Roberta Luchsinger lá?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não que eu me lembre.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora recorda, de algum desses personagens, de a senhora ter efetivado alguma ligação telefônica?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não. Ele não me passava nomes ou ligações telefônicas para eu fazer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Tá.

Qual a sua relação com a Acca Consultoria?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - A Brasília Consultoria, posteriormente, o plano era que fizesse parte da Acca, mas a minha, direta, nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora, quando chegou lá na Brasília Consultoria, a senhora recebia quanto?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Ah, prefiro não falar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Olha só, eu tenho aqui o afastamento do seu sigilo e a senhora passou, a partir de 11 de 2024, até a data da operação, a receber por volta de R$30 mil. É a quebra de sigilo, é o afastamento.

O que fez a senhora sair de um patamar para esse patamar de R$30 mil por mês? A senhora passou a assumir quais funções?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - A função de gestão, da coordenação de gestão de pessoas da ACDS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora recorda quantas pessoas tinha na ACDS?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Por volta de 160.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Qual o papel dessas pessoas? É muito importante isso.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Algumas eram atividades administrativas e prestação de serviços de *telemarketing*.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Esse *telemarketing*, vamos falar sobre o *telemarketing*. Esse *telemarketing* era direcionado a quê?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não vou saber precisar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Poxa, a senhora é coordenadora de gestão de pessoas...

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - De gestão de pessoas, não de atividades.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - E a senhora não sabia qual a função do *telemarketing*?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Até a época, de fato, em que eu assumi a função de gestão de pessoas, eu nunca tinha pisado na ACDS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Mas a senhora terminou pisando por um bom tempo. Seis meses, oito meses. Pelo menos está aqui. Pelo menos oito meses. A senhora nunca viu um telefonema sendo atendido ou efetivado para dizer qual a função desempenhada?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, eu não ficava lá. Eu ficava no Setor Bancário Norte.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Então, pronto, a senhora assumiu uma função relevante. Seu salário saiu de um patamar para 30 mil - a senhora, como gestora de pessoas, de RH -, mas lá a senhora não botava nem o pé?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu ia para dar orientação à minha equipe. Eu tinha uma equipe, eu não sou especialista em gestão de pessoas, mas eu tinha uma equipe.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Está bem, mas a senhora pode dizer qual é a função do *telemarketing* lá?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Que eu saiba, era prestação de serviços, atendimento a...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A quem? Eu só estou perguntando isso: a quem? Que tipo de...

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - A associações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Pronto, associações - deixe-me tentar esclarecer -, associações eram associações de aposentados e pensionistas, é isso?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não tenho certeza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Não tem certeza, né?

A senhora disse que cuidava dos imóveis. A senhora pode me dizer quantos imóveis residenciais tinha o Sr. Careca do INSS?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora pode me dizer quantos imóveis comerciais tinha o Sr. Careca do INSS?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Vou ficar em silêncio, porque eu não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora pode me dizer qual é a participação do Seu Romeu Antunes na Brasília Consultoria?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Vou ficar em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Relator, me permita aqui só uma observação ao Dr. Leandro e à Sra. Aline, o seguinte: a senhora está aqui na condição de testemunha, não é investigada nem pela Polícia Federal nem por esta Comissão. Mas, quando a senhora não souber dos fatos, a senhora, por favor, responda "não sei" ou "prefiro não responder". Isso vai evitar que, futuramente, no relatório, a senhora venha a constar como investigada, porque, uma vez que a senhora sabe e declina de responder, o Relator, naturalmente, diante da quebra de sigilo e das informações todas, poderá, futuramente, colocá-la como investigada. Não é essa a intenção do convite que foi feito à senhora - da convocação, desculpe, que foi feita à senhora aqui. A senhora está sendo tratada com toda a educação, todo o respeito, mas eu gostaria que a senhora fosse clara, por gentileza. Quando não souber, "não sei".

Agora, quanto a ficar em silêncio - está sendo muito bem orientada pelo Dr. Leandro -, mas pense nessas consequências, porque daqui sairá um relatório que poderá torná-la investigada ou não, dependendo das respostas que a senhora trouxer.

O Relator, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - D. Aline, a senhora pagava o IPVA dos carros ou recebia esse IPVA para alguém pagar os carros do Sr. Antônio?

Eu tenho testemunha aqui, queria ouvir da senhora.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu puxava alguns IPVAs dos carros de que eu tinha informação e passava para o financeiro pagar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora pode me citar que carros eram esses?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - BMW, Porsche, Audi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Quando a senhora chegou lá na empresa para trabalhar, esses carros já existiam?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, não que eu saiba.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora sabe como foi efetivado o pagamento desses veículos? A senhora teve participação nisso aí?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não tive participação e eu não sei como era feito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu estou com a testemunha - e não fui eu que coloquei a testemunha... Estou com a testemunha, e uma operação da Polícia Federal também constatou... Na Brasília Consultoria tinha um cofre?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Tinha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Pronto. Para a senhora não se enrolar, vamos parar por aí.

Esse cofre ficava na sala de quem?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Do Antônio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora pode me dizer quem tinha acesso a esse cofre?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Quando eu cheguei lá, o acesso era feito pelo Antônio e pelo Rubens, exclusivamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora, em algum momento, passou a ter acesso a esse cofre?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A partir de que mês?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Me diga uma coisa: no cofre, guarda o que lá? Estou falando lá, guardava o quê?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Dinheiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Muito bem.

Qual foi a recomendação que a senhora recebeu para ter acesso ao cofre?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não recebi recomendação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - E quem lhe deu acesso ao cofre?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - O Antônio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Com qual finalidade?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Fazer compras do escritório, de insumos para o escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora pode relatar que insumos eram esses?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Compras de café... Enfim, papel, impressora, qualquer coisa que fosse mais urgente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Quanto ele mantinha, de forma homogênea, no cofre?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Não sabe?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, eu não contava.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - E a senhora não pegava dinheiro lá?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu pegava dinheiro, eu não contava o total do quanto tinha lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - E a senhora via pouco ou muito dinheiro?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Às vezes muito, às vezes pouco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Está bom. Então, para a gente não se perder nisso aí, o que significa muito para a senhora?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Muito, que eu digo, é o que eu via. Visualmente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Exatamente.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - ..., mas eu não sei precisar porque, às vezes, eram, sei lá, notas de vinte. Então, eu não sei quanto tinha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora não sabe, não é? E a senhora pegava e deixava anotado quanto tirou?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Não? E prestava contas a quem?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Somente a ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu estou com uma testemunha aqui, e essa testemunha disse que a senhora era quem separava o dinheiro para o motorista do Sr. Antônio pagar propina. Só quero uma pergunta, não estou dizendo que é verdade, não. *(Pausa.)*

Para a senhora não ser surpreendida: a senhora já retirou, alguma vez, dinheiro do cofre para repassar para esse motorista do Sr. Antônio?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Olha só, eu já disse à senhora: a senhora, aqui, não é investigada nem a senhora é criminosa. A senhora estava exercendo uma função de secretária ou gestora de RH. Não estou defronte a uma bandida, não. Estou defronte a uma mulher que lutou muito para poder sobreviver, e eu não acho justo - eu não acho justo - a senhora pagar pelo pecado de quem quer que seja, de quem mudou de vida, de quem ficou rico, de quem ficou multimilionário... Não quero essa imagem para a senhora. A senhora tem toda uma vida pela frente e não quero aqui fazer pegadinha para a senhora.

A pergunta é muito simples e eu acho que a senhora, como uma mulher decente, uma mulher trabalhadora, que desde cedo luta, eu não acho que a senhora deveria matar nos peitos B.O. de quem quer que seja. Mas, também, se a senhora quiser matar nos peitos isso aí, não vou ser eu que vou salvar a senhora, não.

A senhora já pegou dinheiro no cofre para repassar para o motorista do Sr. Antônio Camilo?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Pode ser que sim, mas eu não vou ter certeza. Eu não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Sim, senhora.

A senhora, mesmo não tendo certeza, a senhora se recorda de quantas vezes isso aconteceu?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Quais eram as pessoas, fora a senhora, que, depois de a senhora ter acesso ao cofre, essas pessoas também tinham acesso a essa senha?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Depois que eu passei para a parte de gestão de pessoas, eu não tinha mais acesso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Ué...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Relator, me permite uma pergunta aqui?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Sra. Aline, quem determinava à senhora pegar dinheiro no cofre para passar para o motorista?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não me lembro as vezes que aconteceu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Não, mas, não...

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Mas, se aconteceu, eu só tinha acesso e autorização para pegar dinheiro com a autorização do Antônio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não. E o valor que seria retirado do cofre para ser repassado ao motorista, quem determinava para a senhora?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - O Antônio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Muito bem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Sr. Presidente, eu estou pedindo aí para botar a apresentação do Careca.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu tenho muitas perguntas a fazer a ela aqui, mas deixa eu lhe perguntar uma coisa: quem é Gabriel Mota?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Meu esposo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Seu esposo. O seu esposo é advogado?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - O seu esposo já advogou para entidades associativas de aposentados e pensionistas?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Ele trabalhou em um escritório, e eu acredito que sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu aqui pergunto à senhora, mas aqui tem umas anotações dizendo que ele foi advogado dessas empresas. Eu podia perguntar à senhora se foi através da senhora que seu esposo advogou para essas entidades associativas? Ou foi só mera coincidência?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Tinha um advogado que ia no Antônio, e uma vez ele conversou comigo, e eu falei do meu esposo.

Então, ele contratou o meu esposo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Olha como a senhora está falando a verdade. Está vendo como é bom? Quem não deve, não teme. A senhora pode dizer o nome desse advogado?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Anderson. Só lembro o primeiro nome.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Quanto foi pago ao seu esposo por esses serviços?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Cinco mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora se recorda qual foi o tipo de serviço que foi prestado?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não sei, eu não costumava falar sobre trabalho com o meu esposo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Então, aqui a gente está respondendo à primeira pergunta. A primeira pergunta é que o seu esposo foi advogado da Unaspub e da Abapen, que estão até o topo envolvidos em fraude e desvio milionário.

Eu pensava que o seu esposo estava na fraude e era um dos cabeças. A senhora aqui está esclarecendo. Quem colocou o seu esposo, que botou a bola para ele bater o pênalti, foi a senhora; mas a senhora fez isso de boa-fé, não é isso?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (*Fora do microfone*.) - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Então, isso é bom porque aí já evita um problema, pelo menos para o seu esposo.

Qual a relação do seu esposo com a ACDS Call Center, já que ele recebeu dinheiro da ACDS Call Center?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Posteriormente, ele foi contratado pela ACDS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Para desempenhar que tipo de função?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Para acompanhar o serviço desse escritório, para fazer como se fosse um acompanhamento de que o escritório estava prestando o serviço corretamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora já viu esses dois personagens lá no escritório? *(Pausa.)*

Olhe bem.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (*Fora do microfone*.) - Não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Não se recorda?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (*Fora do microfone*.) - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - O Sr. Milton Salvador já pediu à senhora alguma vez para empacotar uma quantidade x de dinheiro? Ô, D. Aline, pense bem.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu estou pensando bem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Sim.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - E eu vou falar do que eu me lembro, da minha verdade, e não do que você quer escutar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Opa!

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Não, senhora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora está parecendo quando minha esposa briga comigo, eu vou aceitar. *(Risos.)*

Mas, respeitando a senhora, eu queria que a senhora respondesse isto: se o Seu Milton, em algum momento, determinou que a senhora empacotasse uma quantidade de dinheiro.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Tá.

A senhora participou... A senhora participou, alguma vez, de um saque de mais de 1 milhão ou um pouco menos de 1 milhão com o Sr. Rubens Oliveira Costa, a mesma pessoa que lhe contratou?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu nunca participei de saques.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Nunca participou de saque. Muito bem.

Qual o motivo de a senhora ter depositado dinheiro, enquanto pessoa física, para a Acca Consultoria?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não me lembro de ter depositado dinheiro para a Acca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora já foi a alguma viagem acompanhada do Sr. Antônio Carlos Camilo?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora fez alguma viagem internacional a pedido do Sr. Antônio Carlos Camilo?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Então, vou resumir: a senhora já fez alguma viagem internacional?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Para onde.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Para Orlando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Com quem?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Minha mãe e meu esposo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Sra. Aline, a Polícia Federal atribui à senhora anotações, juntamente com o Sr. Careca do INSS, de percentuais: 5% para um; 30% para outro; Justiça do Distrito Federal, 15%, 40%.

A senhora fez essas anotações?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora viu essas anotações?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora participou dessas anotações?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora estava junto com o Sr. Camilo, ele fazendo essas anotações?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora poderia me dizer se ouviu falar na Operação Sem Desconto?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim, depois que aconteceu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - No dia que aconteceu a Operação Sem Desconto, a senhora estava onde?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu estava em casa e eu fui até o escritório, quando eu fiquei sabendo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Pronto. Quando a senhora foi ao escritório, a senhora pode dizer se o Sr. Carlos Camilo estava lá?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Ele estava onde?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Em Portugal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Muito bem. A senhora agora está respondendo exatamente o que eu quero.

Quem comprou a passagem do Sr. Antônio Carlos Camilo naquela oportunidade para ir para Portugal?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não fui eu, já não emitia passagem desde setembro de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Olha, depois de eu mostrar aquele gráfico todinho da senhora emitindo passagem, essa passagem a senhora não emitiu?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não emitia mais passagens.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora sabia que ele estava em Portugal?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora tomou conhecimento de que ele estava indo para Portugal em que data?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Provavelmente perto da data. Ele não passava informações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Ele comunicou à senhora?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Se ele comunicou, foi próximo da data.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Mas a pergunta não é essa. A pergunta é: ele comunicou à senhora?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Não recorda?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora pode me dizer se alguém avisou ao Sr. Antônio Carlos Camilo sobre a operação da Polícia Federal e, por isso, ele viajou?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora já foi a Curitiba alguma vez?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora conhece o Sr. Nelson Wilians?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora conhece a Sra. Anne Wilians?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora já foi a São Paulo acompanhada do Sr. Antônio Carlos Camilo?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não. Eu estive em São Paulo, no início de janeiro de 2024, para a abertura da filial, da BSB.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora pode dizer se o Sr. Antônio Carlos Camilo tem alguma empresa de maconha medicinal?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Como é o nome?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - World Cannabis.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora cuidava também de algo relacionado à World Cannabis?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Não.

A senhora já foi na casa do Sr. Antônio Carlos Camilo, na casa aqui de Brasília?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Fora essa casa de Brasília, aqui, a senhora poderia dizer em quais outras casas do Sr. Antônio Camilo a senhora esteve?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Nenhuma outra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Puxa, a senhora falou que foi para Trancoso.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Ah, sim, estive em Trancoso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Então, fora a daqui, a senhora só esteve na de Trancoso?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Me fala um pouco sobre Tiago Schettini Batista.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Tiago era uma pessoa que eu via lá às vezes, mas o Antônio não tinha o costume de me apresentar a ninguém ou me falar nomes. O Tiago, eu sabia porque era uma pessoa que, às vezes, eu falava com a secretária.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Falava o quê?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Às vezes, ele pedia dados de viagens do Antônio, essas coisas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Falando em dados de viagem, a senhora conhece a empresa Barão Tur?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Mas a senhora já fez uma série de ligações para essa empresa.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Por esse nome, eu não conheço, não sei que empresa é essa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora conhece Raphael Otero de Abreu?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Pelo nome, eu não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Não conhece? *(Pausa.)*

Tá.

Aqui está Antônio Carlos Camilo Antunes - bilhões de reais passaram pela mão desse criminoso -, e a senhora era a Secretária dele. A pergunta que eu faço: a senhora sabia que o dinheiro que estava lhe pagando, a senhora sabia que o dinheiro que estava no cofre, a senhora sabia que o dinheiro que a senhora via dos bens dele era dinheiro roubado de aposentado e pensionista?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, nunca soube, nunca desconfiei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - E a senhora, já que não sabia... O que é que passava na sua cabeça: de onde vinha tanta riqueza, qual era o trabalho realizado por ele?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Quando ele me contratou, ele se apresentou para mim como um empresário de sucesso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Sim.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Então, não tinha, até então, por que eu questionar de onde vinha o dinheiro. Eu era uma secretária, não tinha por que eu investigar a vida dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Tá.

Thaisa Hoffmann, a senhora conheceu?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Alexandre Guimarães?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim, eu vi lá algumas vezes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Esse Alexandre Guimarães, alguma vez, orientou a senhora a pegar dinheiro?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Tá.

A senhora trabalhava na Brasília Consultoria.

Qual a sua relação com a Curitiba Consultoria?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Com a Prospect Consultoria.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Com a Prospect, nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora sabia onde ficava a Prospect?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Endereço de...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Quer dizer onde a senhora trabalhava com o Sr. Careca...

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Era a BSB.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A Prospect não estava nesse local?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não que eu saiba.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora nunca foi à Prospect?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A Vênus Consultoria, a senhora conhecia?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Quem era o contador do Sr. Antônio?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Era a Voga.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A Voga?

Quem era o contador responsável pela Voga?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Que eu saiba, Alexandre.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Alexandre Guimarães ou Caetano?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não sei o sobrenome.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora, em algum momento, movimentou Imposto de Renda do Sr. Antônio?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não. Às vezes, passou por mim para eu encaminhar para o financeiro. Mas, assim, eu não mexia com isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Olha, vou...

Presidente, como eu disse, não quero aqui... Não quero aqui adentrar muito com essa depoente, porque essa depoente era uma coadjuvante do Sr. Cecílio.

A primeira pergunta, Presidente, é: o Sr. Cecílio vai vir hoje?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Estamos aguardando o contato da Polícia Federal, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Obrigado, Sr. Presidente.

E a segunda, Sr. Presidente, é que nós estamos na República democrática e ninguém vai forçar - não é? - essa moça a falar. Mas essa moça foi braço direito do Sr. Antônio Carlos Camilo. Vamos deixar as investigações adiantarem. Passou por todos os núcleos de propina e de safadeza que o Sr. Antônio Carlos Camilo... Infelizmente, safadeza com o dinheiro público. Mas realmente está uma pessoa que... Em nome das secretárias de bem do meu país, não vou mais adiante.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Obrigado, Excelência.

Vou suspender a sessão por 15 minutos.

(Soa a campainha.)

(Suspensa às 18 horas e 27 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 47 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Está reaberta a reunião.

Vamos dar início aos Srs. Deputados e Senadores, Senadoras e Deputadas inscritas.

A Deputada Adriana Ventura trocou com o Deputado Marcel van Hattem, será a primeira.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) - Ah, o Izalci não vai fazer pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Ele também saiu, Excelência. Pediu para ser substituído até o final.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) - Obrigada. Obrigada, Presidente.

Eu cumprimento a Sra. Aline e o seu advogado, o Sr. Leandro.

Sra. Aline, a senhora não está aqui hoje por acaso. Eu sei que deve ser uma situação muito desagradável, assim, pela situação toda, mas seu nome aparece reiteradamente, nas oitivas da CPMI, como aquela pessoa de confiança do Seu Antônio Camilo, que realmente é o que é. Você, como Secretária - eu acho que secretária é aquela pessoa que a gente tem próxima, que cuida da nossa vida, né? Eu tive a felicidade de ter excelentes secretárias, eu sei muito bem -, é uma pessoa de confiança que cuida da nossa vida de maneira ampla.

Eu vou ser muito objetiva até, até porque a senhora mostrou uma excelente disposição para responder, foi direta nas respostas - eu acho isso muito salutar, até para te proteger -, mas, segundo alguns depoimentos já prestados nesta Comissão, você foi secretária pessoal e, depois, você falou que foi para o RH e cuidava de coisas administrativas, pelo que eu entendi.

Então, a minha primeira pergunta é assim: você cuidava só dos recursos humanos ou você cuidava da parte administrativa de maneira ampla?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu vou ficar em silêncio.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - O.k.

Então, eu acho que, pelo seu silêncio, eu consigo entender que essa parte administrativa, além da do RH, talvez estivesse inclusa, mas, se eu entendi bem, existia um núcleo operacional, e você estava no centro dele.

Então, a gente está falando do Careca do INSS, Sr. Antônio Camilo, e você era uma pessoa de confiança dele, a gente está falando de um estelionatário que roubou milhares de aposentados, que pagava propina para um monte de funcionário público e que tinha relações próximas com pessoas ligadas ao núcleo íntimo, inclusive com o filho do Presidente da República, e a senhora era braço direito desse estelionatário.

Então, isso é fato - isso eu não estou perguntando nem nada, porque era fato. Uma pessoa que abre o cofre? Eu fiquei pensando: quantas secretárias minhas abriram cofre meu? Uma, de várias que eu tive. Então, quem abre o cofre para pegar dinheiro e só presta conta para eles - que foi o que você relatou -, com toda certeza, é o braço direito e é de extrema confiança.

Agora, em relação às viagens, para mim ficou uma dúvida enorme, porque você, com certeza, sabe as viagens que ele fez, as pessoas a quem ele pagou passagem, as reuniões que ele frequentava... Você tinha acesso a agenda, passagem, reserva, pagamento e tudo mais.

Então, minha pergunta é: quando a senhora deixou de ser secretária, passou para gerente de RH e depois passou a gerente administrativa... Eu acho que eu errei alguma coisa. Vou te dar tempo para você corrigir. Eu não quero colocar a palavra aqui se estiver errado, o.k.? Depois eu te dou toda a liberdade para fazer a correção.

A minha pergunta é: quando você fez toda essa transição e foi mudando de função, você continuou tendo acesso ao cofre dele?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu vou ficar em silêncio.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu acho uma pena, mas vamos continuar, porque, assim...

Quero falar especificamente sobre as anotações que foram apreendidas pela Polícia Federal, em que tinha percentuais, assim, atribuídos às pessoas muito conhecidas dessa CPMI, né? O Stefan, o Virgílio, esses que passaram por aqui, que você deve... Algumas referências sobre Justiça do DF... E o próprio Careca...

Então, assim... O próprio Careca afirmou que aquelas anotações feitas poderiam ser suas. Então, eu acho, assim, bem triste que você queira ficar em silêncio, porque eu acho que você tinha, pelo menos, que se defender, pelo menos tinha que falar algo em contrário, porque a senhora não era uma funcionária periférica, D. Aline, você não era nem um pouco periférica. Você está ali no olho do furacão, no centro administrativo disso, você era a pessoa de confiança dele, o braço direito que tinha acesso ao cofre. Então, eu acho que a senhora tem muito para explicar.

Você pode ficar em silêncio, é um direito constitucional, você pode querer, mas eu acho lamentável você ficar em silêncio, porque você pode se incriminar à toa.

Agora, de uma maneira muito objetiva: em relação às passagens e às hospedagens das viagens que você comprava, qual era a justificativa formal, quando a senhora era secretária, que falou: "Ah, eu comprava as passagens". Minha pergunta é: que justificativa formal saía internamente dessas viagens? Era viagem de negócios, estavam registradas como viagens de negócios? Que tipo de negócio exatamente?

Presidente, cada pergunta tem consulta? Funciona assim?

O.k. Só para eu entender.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Sim, Excelência, ela tem direito a consultar o advogado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu também acho que tenha, mas é só...

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu vou ficar em silêncio.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - O.k.

Meu outro ponto é o seguinte: a senhora comprou essas passagens do Lulinha, na ocasião em que ele acompanhou o Careca?

Você falou que não. Eu só quero confirmar se a sua resposta continua sendo que você não foi responsável pela compra das passagens e reserva do hotel do Sr. Lulinha.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu já respondi a essa pergunta e, por isso, eu vou ficar em silêncio.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Você já respondeu a essa pergunta e você afirmou que você estava lá, até setembro de 24, que você não comprava mais passagem, correto? Correto isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Por favor, sim ou não, Sra. Aline.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim, correto.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Então, a minha pergunta é: a senhora falou que não comprou a passagem para Lisboa, essa da primeira classe, que custou mais de 80 mil, essa do hotel, você falou que você não estava lá, porque saiu em setembro de 24. Agora, a minha pergunta é: como é que a senhora sabe que essa passagem foi comprada depois de setembro de 24?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Está na imprensa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu acho que consultar o advogado, tudo bem; agora, ditar a resposta, eu acho que não é permitido aqui, Presidente. Você me desculpe. E com todo o respeito que estou falando ao advogado. É só para a gente ter uma linha aqui. Então, ele pode falar para ela "não responda". Agora, ditar a resposta eu não acho correto também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Concordo plenamente, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Então, assim, acho só que eu fui a primeira aqui, muitas outras pessoas vão perguntar, assim, para ele dar resposta para ela não tem o menor cabimento; orientar eu acho que faz parte do seu papel; agora, ditar a resposta, não, que foi o que o senhor fez agora.

Então, Sra. Aline, eu vou falar: a senhora tem filho?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu fico realmente, assim... Cada vez que vem uma pessoa depor aqui, principalmente uma pessoa que é peixinho pequeno...

Eu não acho que a senhora seja peixinho pequeno, eu tenho que ser muito sincera, porque aqui a gente tem os peixes grandes, aqueles que estão blindados, tantos os operadores, o Camisotti, como o Careca do INSS, e tem os peixinhos, o laranja do laranja do laranja.

Eu não acho que você seja laranja. Eu acho que você sabe de muita coisa, eu tenho certeza de que você sabe muito, muito, muito.

Você tinha acesso ao cofre do cara, o cara que pagou propina, o cara que levou o filho do Presidente, de primeira classe, para Lisboa, o cara que tem mansão em Trancoso, um monte de imóvel e tal.

Então, você sabe muito mais do que está falando.

Eu acho que, no mínimo, a senhora tinha que se resguardar, até sobre coisas que foram faladas aqui da sua caligrafia, até porque você é nova - você é nova -, você tem uma vida pela frente, está aqui, está numa situação que eu acho extremamente desagradável, eu consigo entender essa pressão que você está tendo, mas eu acho que você começou muito bem e depois se perdeu no seu silêncio e nas suas respostas evasivas. Acho uma pena.

E eu quero finalizar minha fala realmente agradecendo ao Deputado do PT, daquele que eu não vou dizer o nome, a "Pimenta Malagueta", que há alguns dias sugeriu que eu lesse mais reportagens. Presidente, eu quero falar para o Deputado do PT...

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - ... que eu segui o conselho dele e, curiosamente, dia sim e dia também, tem reportagem nova falando do Lulinha nos jornais. E a última, gente, é muito, muito, muito interessante - muito interessante! -, relata que o filho do Presidente admitiu a interlocutores que teve voo em primeira classe e hotel em Lisboa pagos pelo Careca do INSS, de quem você foi braço direito e pessoa de confiança que mexia no cofre. Hotel pago e voo em primeira classe com o dinheiro a gente sabe muito bem de quem: dos aposentados. Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, vocês sabem que esse voo de R$80 mil, esse hotel que custa talvez uns US$5 mil uma noite - eu não sei -, tudo foi pago pelo operador do esquema que lesou os aposentados - tudo foi pago! Então, enquanto milhões de brasileiros têm descontos indevidos, o Careca bancava viagem internacional de primeira classe para o filho do Presidente, e ainda querem dizer que a gente está exagerando! Então, nós não estamos. Estamos finalizando, estamos conectando os fatos. Os fatos estão nos jornais, dia sim e dia não também.

E quero pedir, Sra. Aline: a senhora pode dar muito mais resposta do que está dando. Então, é um pedido que eu faço para a senhora: se proteja.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

Na troca com o Deputado Orlando Silva, o Deputado Paulo Pimenta, com a palavra.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) - Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, essa Sra. Aline, que foi secretária do Sr. Antonio, poderia aqui, caso tivesse disposição de falar, nos trazer muitas informações. No entanto, fica evidente, pelo teor das perguntas que foram feitas para ela até agora, que de fato não há interesse, por parte dos integrantes desta Comissão, em investigar, de fato, quem foram os mandantes do esquema criminoso montado dentro do Governo Bolsonaro no INSS.

Esta CPI já avançou muito, nós já descobrimos que esse esquema criminoso que roubou bilhões de reais de aposentados e aposentadas só foi possível graças às mudanças que foram feitas em portarias e normativas dentro do INSS, normativas assinadas pelo Onyx Lorenzoni, pelo José Carlos Oliveira, pelo Paulo Guedes, pelo Bolsonaro.

Sem essas mudanças, aquele conjunto de empresas-fantasmas que passaram a roubar os aposentados e aposentadas não teria, jamais, conseguido saquear bilhões de reais. Empresas-fantasmas que tiveram acesso a bancos de dados de aposentados, aposentadas, pensionistas, tudo isso a CPI já descobriu. Já sabemos que existe um núcleo de servidores corruptos dentro desta história, que eles tinham funções de comando dentro do Governo Bolsonaro - alguns deles permaneceram na transição para o nosso Governo.

Sabemos também que, em diversas oportunidades, o Governo anterior foi alertado desse esquema criminoso. Desde 2019, já existia o Grupo de Trabalho do Ministério Público Federal, mas, mesmo assim, houve uma omissão e uma cumplicidade.

E já sabemos também que esse esquema criminoso acaba a partir do momento em que a CGU, a Polícia Federal têm independência, conseguem investigar, a quadrilha é desbaratada, o esquema criminoso acaba, o Presidente Lula determina que seja devolvido o dinheiro roubado para os aposentados e aposentadas - mesmo que as investigações ainda estejam avançando -, mas nós queremos que esses milhões de brasileiros e brasileiras lesados e lesadas possam receber o seu dinheiro o mais rapidamente possível. E mais de 4 milhões de brasileiros e brasileiras já receberam. Já conhecemos os núcleos, são quatro ou cinco núcleos que operavam dentro do INSS.

O que falta a gente saber? Quem foram os mandantes. Eu não acredito que um esquema criminoso destas proporções pudesse operar dentro da estrutura do Estado brasileiro, dentro da máquina do Estado brasileiro, sem que tivesse uma retaguarda política muito forte. Eu não acredito que aquelas alterações que foram feitas, medidas provisórias que foram editadas para afrouxar a fiscalização, para reduzir a necessidade de renovar autorizações... Eu não acredito, Sr. Presidente, que uma medida provisória, uma portaria, um decreto assinado pelo Presidente da República fossem feitos sem que tivesse uma retaguarda política.

O que a gente sabe até agora? A gente sabe do Onyx Lorenzoni, que recebeu dinheiro dos "*golden boys*" na conta dele de campanha. Mas e os demais, Sr. Presidente? Quem são os envolvidos? Quem são os políticos? Quem é o núcleo político desse esquema criminoso, que promoveu todas essas mudanças, que permitiu que o Estado brasileiro fosse capturado por esse esquema criminoso que nós ajudamos - aqui na nossa Comissão - a desbaratar?

Mas veja bem, Sr. Presidente: algumas pessoas, como eu, estão aqui para investigar isso. E tenho me dedicado em todas as sessões, estudo, procuro informações, ajudo na investigação para que a gente possa chegar a estas respostas. Quem são os cabeças que, dentro do Governo Bolsonaro, permitiram que esse esquema criminoso pudesse tomar a proporção que tomou?

Por outro lado, Presidente, a gente assiste aqui, claramente, a Parlamentares que vêm para esta Comissão para tentar, o tempo inteiro, "lacrar", fazer videozinho para a internet, videozinho de um minuto, muitas vezes sem nenhum respeito pelas pessoas que estão aqui depondo. Normalmente, são muito covardes quando as depoentes são mulheres. Chegam à frente do Nelson Wilians, e "sim, senhor", "meu senhor"; chegam à frente dos advogados poderosos, só faltam pedir autógrafo, convidar para fazer curso nas empresas que eles têm, mas, quando vem uma servidora, alguém que era uma secretária ou cumpria uma função, que, todo mundo aqui sabe - todo mundo aqui sabe - que uma pessoa como essa não era chefe de esquema criminoso nenhum, aí são autoritários, aí tentam impor, de uma forma covarde, uma narrativa, fazer com que ela tenha que dizer coisas que ela não disse. Mas isso é um método, Sr. Presidente - é um método. Como é um método também mentir - mentir.

Então, agora, eles estão repetindo aqui uma ladainha mentirosa de que o filho do Presidente Lula teria afirmado... Então, eu desafio: ele falou para quem? Quem é a pessoa? Para quem ele falou? Ah, "são interlocutores". Sim, mas quem são os interlocutores? Qual é a fonte dessa informação? Ah, "uma matéria de jornal disse que, possivelmente, um interlocutor"... Mas quem são os interlocutores? Não tem. A matéria se baseia numa *fake news*. "Teria falado a interlocutores." O "teria falado a interlocutores", na mão da má-fé, se torna verdade. E aí a má-fé, sem compromisso nenhum com a verdade, já parte da preliminar de que esse fato seja verdadeiro e omite, inclusive, nas suas falas, a verdade, mais uma vez, como método. A oposição bolsonarista tem a mentira como método. E é por isso que eles pegam uma matéria sem fonte, sem origem, que fale "possivelmente, interlocutores teriam", e tornam isso fato. E, a partir de um fato que não existe, a partir de uma premissa falsa, constroem uma narrativa mentirosa.

Isso não é novo, Presidente. Isso é um método. Fizeram isso, por exemplo, com relação às urnas eletrônicas. Quando perderam a eleição, mentiram, mentiram, mentiram. Criaram, inclusive, todo um movimento no país para deslegitimar o resultado da eleição. O que aconteceu, Presidente, com tudo isso? O chefe do esquema criminoso foi parar lá na Papudinha.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Então, esse método, que usa a mentira, que alimenta o discurso contra as instituições, que desrespeita a democracia, que viola o Estado democrático de direito, é um método autoritário, é um método que, lamentavelmente, não é novo - a gente já conhece -, mas que acaba sendo repetido aqui muitas vezes.

Isso só prova aquilo que eu tenho dito aqui: enquanto nós temos aqui um grupo de Parlamentares que se dedicam e têm como objetivo levar para o Brasil as informações de quem, de fato, foram os mandantes, dentro do Governo Bolsonaro, desse esquema criminoso, outros vêm aqui para fazer a gente passar vergonha e diminuir a importância do Parlamento perante o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Muito obrigado, Excelência.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) - Minha Sra. Aline, boa noite. Aline? Aline, boa noite.

Sra. Aline, nesse tempo em que a senhora está com o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, a senhora comprou passagem para o filho do Presidente Lula, o Lulinha, com o dinheiro do Careca do INSS?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (Para depor.) - Não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - Não? A senhora, por um acaso, tirou dinheiro do cofre e entregou para o Lulinha, filho do Lula?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - Então, o que a senhora falou aqui não vai servir em nada para o relatório, nem para a Presidência desta Casa, porque esse era o objetivo, mas, então, vamos conversar sobre quem era o Careca do INSS e o que ele, de fato, fez.

Eu pediria que colocasse uma tela, que é repetitiva, mas importante, porque eu vou chegar nela.

A senhora chegou a conhecer a Ambec, a associação de que o Careca fazia parte?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Vou ficar em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - Vai ficar em silêncio? E o Maurício Camisotti, amigo, chefe do Careca?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Vou ficar em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - Vai ficar em silêncio.

Ambec, Cebap e Unsbras são as três entidades que faturaram R$50 milhões por mês. O Camisotti, sobre quem a senhora prefere ficar em silêncio, apareceu no escândalo da CPI da Covid, ele foi o responsável por intermediar a vacina superfaturada Covaxin. O Camisotti era sócio oculto da operação junto com Danilo Trento e Francisco Maximiano. A senhora já ouviu falar em algum deles?

Não.

Na mesma época, Flávio Bolsonaro - a senhora já ouviu falar nele - arrumou uma agenda para o Danilo Trento e o Maximiano no BNDES, em plena pandemia, e viajou com ele para Las Vegas, Flávio Bolsonaro. Está aqui: "Flávio Bolsonaro [também] pediu que presidente do BNDES recebesse dono da Precisa", isso foi noticiado em toda a imprensa. Também, "Flávio Bolsonaro viajou aos EUA com diretor da Precisa", que é aquele escândalo de baratear e superfaturar os preços da Covaxin, que na época o Governo Bolsonaro queria comprar.

E o Danilo Trento reapareceu depois, no aeroporto de Congonhas, recentemente, com o Sr. Virgílio, Procurador do INSS. O Sr. Virgílio deu o aval para essas entidades a que eu me referi, que foram fraudulentas, junto com José Carlos Oliveira.

O José Carlos Oliveira... A senhora já ouviu falar nele, D. Aline? José Carlos Oliveira?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Está fazendo uma pergunta à senhora.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - A senhora já ouviu falar no José Carlos Oliveira? Já esteve lá com a senhora?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Nunca ouviu falar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - Nunca ouviu falar.

O José Carlos Oliveira, inclusive, levou, para o Ministério da Previdência para ser o seu consultor jurídico, o Sr. Virgílio, que foi quem fez estas empresas que eu coloquei aqui - Ambec, Cebap e Unsbras -, que a senhora prefere não... Não se lembra ou prefere não dizer sobre elas, mas foram essas empresas que enriqueceram o Careca; o Careca ficou rico a partir dessas empresas.

Para se ter uma ideia, a Ambec - vamos lembrar disso, pessoal, a Ambec - tinha três filiados. Quando ela ganhou o ACT, em 2021, ganhou o ACT de quem? José Carlos Oliveira. Governo de quem? Jair Bolsonaro. E passou para 30 milhões depois. Sai de uma arrecadação irrisória de R$135 para 30 milhões. A Ambec. Desde 2021 que ela recebeu esse ACT. Foi aí que ele foi enriquecendo, e também o Careca, e formou esse império.

Mas esse passado, não sei se interessa para a relatoria, porque nada foi lembrado em relação a isso. Apenas queriam saber a resposta, que a senhora já disse que não, que o Lulinha não tinha a ver com isso. Decepcionou muito quem fez as perguntas.

A Polícia Federal identificou Alexandre dos Reis agora, e eu vou chegar aí, como sócio de uma *offshore* do Careca do INSS, a Camilo & Antunes Ltda., que é sediada nas Ilhas Britânicas. Essa empresa, Camilo & Antunes Ltda., nas Ilhas Britânicas, a senhora sabe que pertence ao Antônio do INSS, Antônio Careca?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Vou ficar em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - Vai ficar em silêncio. Pois pertence a ele.

Aí nós vamos fazer as ligações que estão ali, olha, e que o Presidente nunca coloca para nós podermos investigar. Por isso que deu aquela confusão toda na reunião passada, a senhora deve ter acompanhado. Deu um tumulto danado, porque a votação foi fraudada, e, ao mesmo tempo, nós não pudemos colocar os nossos requerimentos. Inclusive esse aí, olha. Eu vou, mais uma vez, apresentar, para ver, a ligação é tão clara com esse caso, e dizer que isso não tem nada a ver com o Careca do INSS. Mas o Lulinha tem, porque ouviu dizer isso e aquilo. Mas esse aí é claro. Vamos ver. Mais uma vez.

Isso, sem falar no Zettel, no Vorcaro, que tiveram também uma relação muito promíscua, inclusive com a Clava Forte Bank. E é dinheiro que veio dos aposentados do Banco Master, que foi formado, esse banco, a partir do Governo Bolsonaro, e dado crédito consignado no Governo Bolsonaro. E esse crédito consignado foi parar lá na Clava Forte Bank. E eu não posso quebrar o sigilo da Clava Forte Bank, porque não é votado o requerimento aqui. Mas é muito importante que isso aconteça, porque nós vamos ver a ligação do dinheiro do aposentado que foi parar no Clava Forte Bank, que é um banco de uma igreja, por incrível que pareça.

Mas voltando ao Flávio Bolsonaro, para não ficar apenas no Zettel... Assim, tem que falar nesse caso do Zettel, porque o Zettel é cunhado do Vorcaro. E o Zettel era pastor, ou é pastor na Igreja da Lagoinha. Então as relações entre Zettel e Vorcaro são imensas. Se o Vorcaro é convocado, e o sigilo é quebrado, por que é que não se pode quebrar do Zettel, que é o sócio e quem organiza toda a economia inclusive, que acontecia?

Mas, no caso do Flávio Bolsonaro, é muito claro. Ele formou uma advocacia, isso depois de comprar uma casa de 6 milhões, que ele disse que era por causa de uma loja de chocolate, agora, depois justificou que era por causa dessa advocacia, mas a advocacia só existiu depois disso. E ele contratou uma pessoa, não sei se a senhora já ouviu falar, já esteve lá, Letícia Caetano dos Reis. A senhora já ouviu falar, já esteve lá?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Nunca ouvi falar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - Essa Letícia Caetano dos Reis foi agora e é administradora do escritório de advocacia. E ela é irmã do Alexandre Caetano dos Reis, que é esse a que me referi aqui, sócio do Careca do INSS, aquele lá.

E nessa brincadeira, essa Camilo & Antunes Ltda., que tem lá nas Ilhas Cayman, ou sei lá onde, num paraíso fiscal... Ilhas Virgens Britânicas. Essa operadora acabou passando um recurso de R$120 mil, fora onde funciona a mansão, que funciona o escritório do Flávio Bolsonaro, que foi facilitado também pelo BRB, que é um banco ligado ao Governador Ibaneis, que tem tudo a ver também com a existência do Banco Master, do Vorcaro.

Isso aí é um caso grave, precisa ser analisado: como essa mansão foi adquirida por empréstimo suspeito, no BRB; como esse escritório de advocacia contratou a Letícia Caetano, que é irmã do Alexandre Caetano dos Reis, que já estava no caso da Covaxin e como isso chegou até Careca do INSS, que é sócio desse Alexandre. Essa é uma coisa importante que a gente precisa de ver aqui durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Mas é sempre bom repetir - e o Deputado Pimenta colocou isso aqui muito claro - que essas coisas não começaram agora, em 2023. Esse enriquecimento e essa roubalheira do INSS começaram há muito tempo, especialmente com entidades picaretas como essa Ambec, do Careca e do Camisotti. Começou lá atrás, no Governo Temer - e este caso específico no Governo Bolsonaro - e veio até agora.

Está sendo desvendado agora, no Governo Presidente Lula, porque denúncias foram feitas...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - ... no Governo Bolsonaro - e isso já ficou tão claro aqui, que é até chato ficar repetindo -, mas apenas agora é que isso está sendo verificado, porque se impedia, na época, de verificar.

Teve um Senador atualmente, que era ministro na época. Ele foi retirado do ministério porque estava investigando a família, inclusive o Sr. Flávio Bolsonaro. Ele foi então demitido do Governo Bolsonaro. Isso também... Nós já vimos essa história. É antiga. O fato é que todo esse passado levou a este quadro de dívida, dentro do INSS, aos aposentados, que agora, felizmente, estão recebendo o recurso de volta, mas, é claro, fica prejuízo ao Erário - por mais que a gente ainda consiga trazer os recursos que foram roubados.

Se a senhora pudesse ajudar, talvez mais recursos nós pudéssemos trazer do rombo que o Careca do INSS deu, para que o Erário público sofra menos com isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Obrigado, Excelência.

O Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Para interpelar.) - Sr. Presidente, boa noite - e à depoente, ao Relator, à mesa, ao Vice-Presidente Duarte.

Eu quero primeiro rebater um ponto, que foi colocado aqui pelo Líder do Governo, de que a Oposição ou o Relator seriam duros com mulheres. Eu vou falar por mim mesmo. Das três vezes que eu pedi - e todas as vezes fui acompanhado pelo Relator e pelo Presidente - prisão de alguém que estava depondo aqui, e todos os três saíram presos, todos os três eram homens. Então, não sou duro com mulher, eu sou duro com bandido. Se for criminoso, independentemente do sexo, a gente vai pedir a prisão - e todos eles, até agora, foram presos.

Lamento, inclusive, todo o vitimismo que foi feito em relação ao último depoimento da mulher que aqui depôs, porque, façam-me o favor, os colegas: alguém realmente acredita que uma mulher que tinha uma empresa de cento e cinquenta e tantos milhões de reais, da qual ela própria fazia as movimentações financeiras, não tinha nada a ver, que era só o marido? E que ainda, na hora - o que até ficou cômico, Deputado Alfredo - de justificar: "Mas você achou que o seu marido estava ficando rico com o quê?", com, aspas, "consultoria da vida". Alguém realmente acredita que essa mulher não sabia o que estava fazendo? Todas as empresas no nome dela, o dinheiro sendo movimentado por ela. Enfim.

Então, eu acho que o primeiro ponto que precisa ficar claro aqui é que não existe nenhuma diferença de tratamento em relação a ser homem ou mulher. Tem diferença de tratamento de quem é culpado, quem é inocente, de quem tem indício de ser culpado, de quem tem indício de ser inocente. Ponto.

Outro ponto que foi colocado pelo Líder do Governo. Nós estamos aqui expondo o que foi amplamente divulgado pela imprensa: que o próprio Lulinha, segundo *O Estadão*, teria admitido que teve a sua viagem paga pelo careca do INSS. Aí diz o Líder do Governo: "A oposição fala de uma matéria sem fonte". Achei curiosa essa posição. O Líder do Governo é jornalista, ele quer acabar com o direito constitucional do sigilo da fonte? Em toda matéria, agora, o jornalista vai ser obrigado a conceder a fonte. Isso é coisa de estado de exceção, Excelência, é coisa que o Governo diz combater. E eu acho que a Constituição Federal seria uma boa leitura para um Deputado.

Pois muito bem, passando aqui para o nosso depoimento. Quero perguntar para a senhora de quais bancas, de quais empresas - ligadas ao Careca ou de propriedade do Careca -, a senhora tinha acesso a contas bancárias, extratos e autorizações de pagamento?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (Para depor.) - Vou ficar em silêncio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) - Bom, a gente começa mal, não é? Porque a senhora disse para o Relator que está envergonhada de estar em frente a homens que querem que você diga o que você não sabe. Essas foram as palavras usadas pela senhora. Se a senhora não sabe alguma coisa, a senhora poderia simplesmente dizer não sei.

Eu já fui - estou sendo agora, inclusive - objeto de processo criminal, dessa vez pelo Senador Weverton Rocha, das outras tantas vezes de outros adversários políticos. E quando eu sofro uma acusação criminal e eu não sei, eu digo "não sei". O silêncio só é utilizado como estratégia quando você sabe que está envolvido num crime e você não quer abrir informações em relação àquilo, porque você não tem obrigação de gerar prova contra si mesmo. Ninguém está obrigando você a dizer o que não sabe. Agora, quando você disse que você permanece em silêncio, não implica que você não sabe, implica que você geraria prova contra si mesma, porque tem envolvimento.

Então, eu vou te perguntar se era uma prática comum realizar, no mesmo dia de recebimento dos recursos... No dia em que o recurso era recebido na conta corrente de uma empresa do Careca, a que você tinha acesso, que você operava nos pagamentos que você fazia, se era comum manter o saldo baixo dessa conta para, imediatamente, transferir para outra?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu já respondi para o Relator, mas eu vou repetir. Eu não tinha acesso a contas bancárias e eu não fazia pagamentos.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) - Pronto, está vendo como é mais fácil falar a verdade?

A senhora confirma... E, mais uma vez, só para explicar para a senhora a dinâmica de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. A senhora ter respondido ou pensar ter respondido à pergunta de um Relator, de qualquer outro Parlamentar ou do Presidente, não desobriga a senhora a responder às perguntas dos Parlamentares que fizeram na sequência, mesmo

porque os Parlamentares podem fazer com uma outra linha de raciocínio, com outras palavras, querendo saber outras informações. Então, não é razão para se escusar, "ah, já respondi para alguém". Isso não interessa para a CPI e não é desculpa para ficar em silêncio. A única desculpa que a senhora tem para ficar em silêncio é na hipótese de não gerar prova contra si mesma. "Já respondi" não é escusa legal para você não responder.

Pois bem, dito isso, a senhora confirma ter feito anotações em cadernos, registros como: Stefanutto 30%, Virgílio 30% e Justiça do Distrito Federal, que, nós sabemos, investigadores da Polícia Federal analisam se isso era pagamento de propina - o que nos preocupa, principalmente em relação à Justiça, porque, se tem membro do Judiciário na folha de pagamento de roubo de dinheiro de aposentado, isso nos preocupa muito... Mas, enfim, a pergunta é: a senhora confirma ter feito essas anotações?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, eu nunca fiz tais anotações e, quando aconteceu a operação, não era eu a secretária dele.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) - Muito bem.

Já houve, alguma vez, orientação para fracionar pagamento, evitar registro formal ou operar de alguma maneira que dificultasse rastreamento bancário?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Para mim, nunca. Eu não operava nada financeiro.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) - Quando você...

Não, vamos lá. Não foi isso que ela disse. Ela disse que operava a compra de passagens, reserva de hotéis e por aí vai.

A senhora nunca operou nenhum pagamento em nome do Careca do INSS?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu fazia o pedido nas agências de viagem. Os pagamentos eram feitos pelo diretor financeiro. Eu não tinha acesso a contas.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) - Nunca nenhum pagamento em nome do Careca...

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Nunca.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) - ... seja por empresa, seja pela pessoa física...

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) - ... a senhora nunca fez?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Nunca fiz.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) - A empresa Prospect exercia atividade operacional real, compatível com aqueles contratos firmados, até o conhecimento da senhora, ou ela atuava essencialmente só como uma intermediária financeira?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não tenho conhecimento. Por isso, eu vou ficar em silêncio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) - A senhora participava de decisões estratégicas sobre destinação de recursos ou só cumpria as ordens diretas do Careca do INSS?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não participava.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) - Bom, até para aliviar para a senhora e fazer uma recomendação, obviamente que a senhora está sendo muito bem assessorada juridicamente, mas, só para falar sobre um fato dessa CPI, a maioria esmagadora das pessoas que vieram aqui, prestaram depoimento e responderam abertamente a todas as perguntas que foram feitas estão soltas. A maioria das pessoas que responderam a todas as perguntas abertamente, a maioria das pessoas que vieram até aqui e que em nenhum momento disseram "vou ficar em silêncio" estão soltas.

Por outro lado, a maioria das pessoas que vieram aqui, prestaram depoimento e em algum momento disseram "vou ficar calada" estão presas. E eu digo isso por uma constatação de que, em a senhora não sendo um dos elos principais do escândalo, em a senhora não sendo uma operadora de grande importância dentro desse esquema, nós já sabemos que Virgílio, Stefanutto e o Careca estão negociando acordos de relação premiada.

Se, ao fim e ao cabo, for descoberto que a senhora teve algum envolvimento...

(Soa a campainha.)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) - ... não vai sobrar nenhuma informação relevante para você prestar. Em não havendo nenhuma informação relevante para você prestar e em você não tendo um nível que grandes ladrões têm para ter grande blindagem política e não serem presos, a senhora, por esses ladrões, será instrumentalizada e esquecida na prisão, em a senhora sendo culpada, em a senhora não entregando informações relevantes, porque, daí, você não interessa nem para os grandes, que vão querer te descartar, nem para quem faz a investigação, nem para quem julga, nem para quem conduz o inquérito, porque não terá informação relevante a prestar.

Com isso, eu finalizo meus questionamentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Com a palavra, por dez minutos, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) - Presidente, eu tenho acompanhado algumas CPIs, CPMIs e, muitas vezes, eu vejo o advogado defendendo muito mais os interesses de outras pessoas, que estão mais complicadas, do que propriamente da pessoa que está sendo a depoente. Então, eu perguntaria - nem sei se é normal, eu não sou advogado -: quem contratou o advogado? Foi você ou foi alguém? Quem contratou? Não posso perguntar isso, não?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Senador Izalci, como advogado...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Não, se não puder, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Só, apenas para que, como foi feito o questionamento, mas só para que todos saibam: existe um sigilo entre cliente e advogado. Então, nesse caso, caso queira responder, é possível, mas não precisa responder, em razão do sigilo, por ser um direito do advogado previsto no Estatuto da Advocacia da OAB, Lei 8.906, de 1994.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Se me der mais um minutinho aí, eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Mai 30 segundos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Eu estou dizendo isso, Presidente, porque, de fato, pelo depoimento que eu vi até agora, Aline, você realmente é uma trabalhadora, secretária, faz o que o patrão manda. Agora, você realmente omitir ou não dizer muita coisa aqui, você está, na prática, ajudando o Careca e prejudicando você. Então, não sei se... Não vou questionar a questão do advogado aqui, mas, de fato, eu acho que você poderia falar tudo o que você sabe; você vai sair daqui limpa, sem dificuldade. Daqui a pouco, você está sendo presa em função do depoimento, mas vamos pra lá.

A Polícia Federal, como disse ali o nosso Deputado, encontrou os cadernos. Eu estou falando - vou voltar a esses percentuais aqui - do Stefan, 5%; Virgílio, 5%; Justiça do DF, de 15% a 40%. O Careca disse aqui, o Careca esteve aqui... E o Careca disse aqui e afirmou que esses cadernos eram seus. Está no depoimento do dia em que ele veio aqui. Isso era percentual... Pelo menos você ficou sabendo disso, não? Desses percentuais que foram encontrados pela Polícia Federal?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (Para depor.) - Eu vou ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Pois é, está vendo? Eu acho que você está sendo prejudicada. Eu estou só avisando que, daqui a pouco, você vai se arrepender lá na frente disso aí, mas tudo bem.

Bem, você viu dinheiro e não sabe dizer quanto tinha. Você disse aqui que viu o cofre e que tinha dinheiro lá, mas você não sabia quanto é que tinha. Você trabalha para um grupo de empresas, mas também não sabe dizer quais são, nem viu essas empresas.

Bem, você também foi gerente administrativa, ou não foi? Gerente administrativa e, depois, recursos humanos.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, eu era gerente administrativa, responsável por gestão de pessoas. Eu não cuidava de nenhuma parte financeira.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - É porque, normalmente, quem cuida de recursos humanos - eu sou contador, conheço as empresas todas.... Gerente administrativa é uma coisa; recursos humanos é outra. Não existe gerente administrativa de recursos humanos, mas tudo bem.

Bem, então, talvez, você pode dizer: você consegue comprovar que todos esses funcionários eram reais, das empresas do Careca? Não estou só dizendo da Brasília, não. Estou falando das... Porque são centenas de empresas. Você tem conhecimento de várias outras empresas do Careca...

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não tenho conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Só do Brasília? Você acha que o Careca só tinha a Brasília Consultoria e a... Qual outra?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - A Brasília e ACDS.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Só essas duas que você acha? *(Pausa.)*

E você confirma que esses funcionários que lá estavam, são 115 funcionários, eram funcionários reais? Não eram fantasmas, não? Não era laranja que era contratado, não?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu vou ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Hein? Não entendi.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (*Fora do microfone*.) - Pode responder?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim, eram funcionários reais, celetistas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Bem, a gente viu aqui o roubo de R$2,7 bilhões dos aposentados. Eu estou dizendo isso porque, Ambec, Abrasprev, Abapen, Cebap, são várias as associações de que vocês emitiram nota de prestação de serviço, de consultoria técnica, e todos vocês que passam aqui nunca conseguem comprovar que esses serviços realmente eram prestados. Mas sempre são pagos, e pagos com dinheiro dos aposentados.

Talvez você possa ser a primeira que possa comprovar aqui. Só a Ambec, foram R$499 milhões dessa tal consultoria. E que consultoria cara, né? Como você é gestora de compras e operações, ou já foi... Sim, você comprava passagem e outras... E pagava, inclusive, comprava café, comprava isso, atendendo os familiares... Você disse isso aqui.

Você é responsável, também, por comprovar esse serviço. Você tem como comprovar? Tem documento de que essas consultorias da Brasília Consultoria foram prestadas? Nota fiscal? Tem algum material que foi colocado ou não? Ou vídeo? *(Pausa.)*

Puxa o microfone aí.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu vou ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Quem cala consente, mas tudo bem.

Bem, dentro do esquema, o Rubens Costa era o operador que fazia saques superiores a R$3 milhões - o Rubens -, depósitos de quase R$1 milhão na conta do Careca, mas ele foi substituído pelo Milton Salvador, concorda? O Milton substituiu o Rubens. Você sabe disso? *(Pausa.)*

Tá. Então, ele passou a ser o novo operador. Depois que o Rubens começou a pedir nota fiscal, porque ele estava pagando um monte, milhões e milhões, sem nota fiscal... Aí, quando ele exigiu nota fiscal, tiraram ele e botaram o Milton. Então, eu não preciso dizer aqui todos os possíveis crimes envolvidos na ausência de nota: sonegação, lavagem de dinheiro...

Quem autorizava os pagamentos sem nota fiscal? Você lembra quando você trabalhou com o Rubens? Quando o Rubens trabalhou lá com vocês teve pagamento sem nota fiscal?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não sei dizer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Não lembra? Mas você chegou a pagar alguma coisa ou não?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu nunca fiz nenhum pagamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Você tem certeza de que você nunca entregou para o motorista pagar alguém, por exemplo?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Nunca botou dinheiro? Nunca pegou dinheiro e botou...

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Para pagar ninguém.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Não. Para entregar para o motorista, você lembra?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Para entregar para o motorista fazer compras, sim. Para pagar alguém, nunca.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Não... Como é que você garante que ele foi fazer compras? Ele tinha nota fiscal?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Ele emitia nota fiscal e prestava conta com você?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, com o financeiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Então você não tem...

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Ué, mas ele chegava com as compras...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Bem, as investigações aqui apontam que, aqui em Brasília, aqui no Lago Sul, tinha uma casa de propina, administrada pelo Careca do INSS. Tinha também o Maurício Camisotti e o Domingos Sávio. Esses três usavam essa casa de propina. Esse grupo tinha fortes laços na cúpula do INSS, como Alexandre Guimarães, André Fidelis, e eles pagavam por serviços estranhos. Por exemplo: para o Eric, inclusive tem até palestra - coisa antiga, né? -, pagavam por palestra do Eric. Mas tem aqui também, pagamento aqui... Serviços estranhos, material intelectual, aulas médicas, no valor de R$1,460 milhão. Mais de R$7,5 milhões foram pagos para a empresa da Thaisa Hoffmann. Você conheceu a Thaisa? Ouviu falar dela? *(Pausa.)*

Nunca ouviu falar na Thaisa, esposa do Virgílio, que recebia nota fiscal, ou emitia a nota lá para a empresa? Não? *(Pausa.)*

Você tem alguma forma de comprovar que isso não é dinheiro dos aposentados sendo usado, esse que estava no cofre? Esse dinheiro que você via constantemente no cofre lá do Careca, você sabe de onde veio esse dinheiro, ou não? Como é que...

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, eu não sei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Mas tinha lá muito dinheiro? Você não sabia por que tinha nota de 20, nota de 50?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Vou ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Aline, o seu chefe, o Careca do INSS, tinha uma renda declarada de R$24 mil. Mesmo com essa remuneração, ele e o grupo de que ele fazia parte adquiriram uma fazenda por R$40 milhões e uma frota de carros de luxo - Ferrari, Mercedes, Porsche, BMW. Esses eram os carros que ele usava? Você chegou a ver isso? Quais eram os carros do Careca quando trabalhou contigo?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Ferrari eu nunca vi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Mas viu Porsche, Mercedes?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Porsche, Mercedes, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Muito bem. Todos registrados em nome da locadora DRPL. Conhece essa locadora? Já ouviu falar sobre ela?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Sim... Pois é, o DRPL, que nunca alugou um único carro sequer, não alugou... Sendo gestora de compras, que você foi, ou comprou alguma coisa...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - ... você chegou a participar dessa compra dos carros, de contratação de veículos da locadora?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Vou ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Quando fala que vai ficar em silêncio, é porque realmente concorda. Então, só para saber.

Você é responsável pelo milagre salarial. Você é do recursos humanos, você viu o salto salarial do Romeu Carvalho Antunes, que é o filho do Careca, que, em 2023, ganhava R$1.685, e, em 2024, passou para R$107.678 - um aumento de quase 6.000%. Ele realmente teve um trabalho exemplar que justifique esse aumento de salário? Você lembra o que aconteceu para justificar esse aumento, você que era do recursos humanos?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu era responsável pelo recursos humanos da ACDS que lidava com os celetistas. Em relação a salários, outros salários, eu não decidia, e eu não determinava valor, e eu não sabia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Mas você sabe que ele teve um aumento significativo, você é do recursos humanos. O salário dele era de 1,6 mil, para 107 mil.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não tinha acesso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - Não teve acesso? *(Pausa.)*

Presidente, tenho mais algumas perguntas aqui, mas infelizmente o tempo, não é, não permite...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) - ... mas eu vou reservar aqui, porque, quem sabe, depois de todo mundo, eu possa voltar a algumas perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Agradeço ao Senador Izalci e passo, por dez minutos, a palavra para o Coronel Chrisóstomo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) - Presidente, pela ordem. Quais são as ordens dos inscritos? Porque, depois do Rogério Correia, era a Deputada Adriana, e depois eu.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Eu estava... Eu estou seguindo exatamente a lista que está...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Não, mas o Izalci era o primeiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone*.) - Era o primeiro, saí, e pedi para...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Só para eu entender a ordem, para saber que hora eu vou falar, porque agora...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - É o próximo... Próximo não, é o nono, é o nono da lista.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Não, não é o próximo, é o nono, o próximo é o oitavo...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Mas o Izalci falou no lugar de quem? Trocou com quem, o Senador?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - O Izalci...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Não, tudo bem, era o primeiro, por isso mesmo, passaram os... Quero só para eu entender a ordem, qual que está agora.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - O Izalci era o primeiro da lista.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Sim, mas ele não estava na hora.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Como ele... Estou respondendo, o Izalci era o primeiro da lista, como ele não estava presente, assim que ele chegou...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Não, quando a pessoa não está, ela perde a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Não, não perde.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Regra nova na Presidência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Espera aí! Eu posso chegar a qualquer hora para falar?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Deputado Pimenta, não perde. Você tem que se inscrever para fazer uso da palavra...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone*.) - Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Eu estou respondendo, Coronel, só um minutinho, por gentileza.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Nepotismo, dá um tempo, nepotismo.

Por favor, Presidente, pode responder.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Primeira vez, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Podemos continuar com os trabalhos?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Claro, mas é a primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Eu já respondi. Alguma dúvida?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Sim, eu tenho dúvida. Quero saber a ordem das falas.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - A ordem é exatamente essa que está em sua mão. O primeiro inscrito, o primeiro a chegar aqui foi o Senador Izalci. Ele comunicou a saída e, como aconteceu desde o primeiro dia de reunião, assim que ele retornou, ele informou que faria uso da palavra. Como ele era o primeiro da ordem, assim que ele chegou, ele falou.

O próximo da lista é o Coronel Chrisóstomo; em seguida, seria o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Só para eu entender, a regra é esta: está inscrito; se não está aqui na hora, quando chegar pede a inscrição e é o próximo a falar?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Nós estamos no último mês de CPMI. Essa regra é a mesma desde o primeiro dia.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Eu não tinha... Eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Mas é, desde o primeiro dia...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Estou aprendendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Então, que bom que aprendeu.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Presidente, caso...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Se eu chegar e pedir, eu falo na hora!

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Não, não, você tem que chegar cedo, registrar a presença, fazer a inscrição. Chegou cedo, vai ser o primeiro a falar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Se estiver inscrito e não estiver na hora que for chamado...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Se não chegar cedo, Deputado Pimenta, não falará.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Não, se estiver inscrito...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Se chegar tarde, vai ser o último a falar.

Eu acredito que já ficou claro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Se estiver inscrito e não estiver na hora em que for chamado...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Não, se for inscrito, falará.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Se estiver inscrito...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Se for inscrito, falará.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Se estiver inscrito e não estiver aqui na hora em que for chamado, na hora em que chegar pede...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Se for inscrito, falará.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Se saiu e comunicou, ele, ao comunicar, ele vai falar assim que chegar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - O que eu estou perguntando é isso.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Já foi informado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Se estiver inscrito e na hora não estiver presente...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Com a palavra por dez minutos, Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Presidente...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Já falou...

(Soa a campainha.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - ... eu posso abrir mão, caso...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Seu tempo está contando, Coronel. Por gentileza, por dez minutos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Para interpelar.) - Então, está bem. Vamos zerar lá, Presidente, por favor? Eu apenas ia resolver esse problema do conflito aí. Poderia zerar, por favor? *(Pausa.)*

Olá, Rondônia! Olá, Brasil!

Meu boa-noite, Presidente, Srs. Parlamentares, Dr. Leandro, Sra. Aline Bárbara.

Fico prestando atenção na senhora, todos nós, e a gente vê uma apreensão. É natural, em qualquer oitiva, mesmo que seja de uma simples testemunha, todos nós que sentamos aí, certamente, ficamos apreensivos.

Presidente, eu fui magistrado, magistrado do Tribunal Militar da União e fui Presidente do Tribunal Militar em Porto Alegre, Luiz Lima, e fui Presidente do Tribunal Militar da União em Manaus. Fui magistrado por duas oportunidades e vi muito isso acontecer. Julguei, soltei, prendi, sempre seguindo as regras.

Hoje, vivemos uma situação muito parecida, e cada pessoa que se senta aqui apresenta um semblante. É natural que a senhora está muito apreensiva. Mas deixe-me perguntar, Sra. Aline Bárbara: como a senhora se sente, neste momento, vendo todo esse roubo no Brasil de velhinhos, pessoas doentes, aposentadas, crianças atípicas, pessoas com deficiência física? O que a senhora tem que dizer, sentando-se aí, para o Brasil?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (Para depor.) - Vou ficar em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - A senhora sabe que quem está sendo roubado de bilionários... É bilionário, Sra. Aline, roubando pobre! Bilionário! Roubando aposentados, pessoas velhinhas, idosos.

Certamente, até a senhora deve ter um pai idoso ou avós. Eles, certamente, estão sendo roubados. E nós aqui estamos buscando justiça.

Para a senhora ter até conhecimento, a senhora sabe quem iniciou esse movimento? *(Pausa.)*

Este Deputado, Doutor, foi quem iniciou e criou a CPI do roubo dos aposentados.

O senhor sabia, Doutor?

Foi este Deputado Coronel Chrisóstomo.

Iniciei a caminhada 23 de abril de 2025, colhi a primeira assinatura, para que pudéssemos fazer justiça no Brasil para esses que estão roubando o nosso povo mais vulnerável.

Eu me orgulho pela justiça, mas me envergonho de tudo que nós estamos descobrindo aqui.

Infelizmente, eu digo para a senhora, Sra. Aline Bárbara - eu digo para a senhora -, que a senhora está dentro desse emaranhado, porque o Careca do INSS está envolvido além do pescoço, mas a senhora veio para não falar quase nada.

Eu digo para a senhora o seguinte: o momento é agora de esclarecer tudo. Tudo aquilo que a senhora tiver fale, Sra. Aline. Vai ser melhor para a senhora.

A senhora tire o peso e a responsabilidade da senhora, porque, com certeza, o rolo não foi a senhora que fez. Participou ou levou o dinheiro? Mas não era o dinheiro da senhora e nem foi a senhora que levou o dinheiro para lá.

A senhora tinha acesso ao cofre - que devia estar abarrotado de dinheiro -, mas eu acredito que a senhora também não botou um dinheiro lá dentro.

Por isso, Sra. Aline Bárbara, solte o verbo, fale, se livre desse peso. Quem está sofrendo são os nossos velhinhos aposentados - esses que estão sofrendo -, as crianças deficientes, as crianças atípicas, as pessoas atípicas. É isso o que está acontecendo.

Solte, fale, porque, se a senhora não fizer isso, a senhora vai ultrapassar aquela porta e a senhora vai continuar no foco desse roubo dos aposentados e pensionistas. Por isso, é apenas uma sugestão para a senhora.

Perguntar muitas coisas aqui para a senhora não vai adiantar. A senhora veio para não falar, a senhora está orientada para isso. A gente sabe como funciona isso.

Sra. Aline Bárbara, a senhora desconfiava desse rolo do roubo dos aposentados?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu vou ficar em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Então, Dr. Leandro, eu vou me permitir não fazer mais pergunta para a sua cliente, porque ela veio para não falar. E a minha sugestão, ratifico, seria bom que a senhora falasse. É melhor para a senhora.

Mas estava na Paulista ontem, e o povo de São Paulo, Luiz Lima, veio em massa para falar comigo, por integrar esta Comissão, dizendo que nós estamos no caminho certo para fazer justiça aos idosos, aposentados, pensionistas e aos atípicos. Eu me orgulhei por isso.

E as pessoas querem saber as verdades. Elas fazem pergunta do que está acontecendo aqui. Isso, lá em São Paulo.

E todos nós... As pessoas estão observando o que nós estamos fazendo aqui. Por isso, Srs. Parlamentares, vamos avançar, vamos trazer todos os que roubaram os mais vulneráveis, para que a gente apresente esse resultado através do relatório do grande Relator. Tomara que daqui a... Depois de março, mais dois meses, para que a gente possa concluir o melhor relatório possível.

Por falar em relatório, Presidente, vou falar algo aqui, só para constar, que ainda não foi falado.

O senhor sabe, Relator...

O senhor sabe por que que o Relator está sentado aqui e o Presidente? Porque eu iniciei essa mudança.

Quando eu soube que iria ter um Presidente da esquerda e um Relator da esquerda, junto com os assessores Fabiano - vou nominar, para fazer parte da história: Fabiano, Emanuel, Bia Kicis, que eu chamei, e Roberta, Marcos, e Zé Trovão, que eu chamei, com Rafael, Deputado Fernando Rodolfo, que eu chamei, Deputada Coronel Fernanda, que iniciou a CPMI, e a equipe dela, Natália e Renan, eu e o Deputado Sóstenes -, quando eu observei que não iria adiantar nada com aqueles Srs. Parlamentares, eu convidei todos esses e disse assim: "Vamos mudar essa mesa!". E assim eu fiz, junto com esses Parlamentares que eu citei aqui, Srs. Parlamentares.

E, dessa forma, lá pelas 22h, saiu o nome do Senador Viana. Desse grupo discutido aqui, lá no PL saiu o nome do Viana.

(Soa a campainha.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Você está vendo o que nós fizemos para mudar a história desta CPI mista?

E, graças a Deus, hoje, temos um grande Relator e um grande Presidente.

Depois o Sóstenes foi e abraçou o Líder aqui do PL, do Senado, e saiu tudo isso que nós estamos vendo.

Parabéns ao Relator! Parabéns ao Presidente! Parabéns a todos os Parlamentares que nos ajudaram a mudar esta mesa. E parabéns até ao senhor, Vice-Presidente.

Infelizmente, as respostas que a gente gostaria de ter nós não temos, mas eu volto a falar para a senhora: fale tudo o que a senhora, sabe para os brasileiros ficarem mais tranquilos e nós buscarmos justiça.

Obrigado, Presidente.

Fiquem com Deus!

Um forte abraço a todo o meu povo de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - De acordo com a ordem de inscrição, agora seria o meu momento de fala, em razão da troca com o Deputado Marcel van Hattem.

Em razão da aparente pressa do Deputado Alencar Santana, eu questiono se gostaria de fazer uso da palavra logo agora.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Se for minha vez, sim.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - A sua vez é a vez seguinte.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Então pode falar aqui na vez. Eu quero saber só da minha vez. Não quero falar na frente de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - É a próxima vez, mas caso o senhor queira falar logo agora, fique à vontade.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Presidente, quem é que fala agora, na ordem?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - No caso, é o momento da minha fala, mas eu estou presidindo os trabalhos.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Não, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Então pronto.

Então, pode colocar os dez minutos, por gentileza?

Sra. Aline Bárbara, ouvindo...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Presidente, o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Exatamente essas questões que eu estou mencionando. Não há nada no Regimento que impeça. Por essa razão que eu...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - O senhor está na qualidade de Presidente. Escolhe passar para alguém e vem falar fora.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Deputado Alencar, isso já aconteceu diversas vezes. Se V. Exa. apresentar um artigo no Regimento que impeça, por favor, cite.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Eu quero perguntar ao Regimento, na mesa, se quem é suplente pode fazer parte da mesa.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - De qualquer forma, inicialmente, eu perguntei se V. Exa. gostaria de falar.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Falei que não, que eu iria esperar a vez.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Você gostaria de falar?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Não.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Então, eu vou passar para o terceiro, após V. Exa., porque o senhor não quer falar.

V. Exa. vai falar?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Presidente, eu quero falar na minha vez.

É a minha vez? Se for a minha vez, eu falo. Lógico que, se for a minha vez, eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Com dez minutos, eu estou concedendo a V. Exa. a palavra. V. Exa. disse que não quer falar.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Falei que não quero falar na frente de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - É a sua vez de fala, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Se for a minha vez, tudo bem. Lógico que eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - V. Exa. vai querer ou não vai querer falar?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Presidente, o senhor me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Eu estou respeitando V. Exa.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Eu vou falar na minha vez. Se for a minha vez, eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - É a sua vez de falar. V. Exa. vai querer ou não vai querer falar?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Quando o senhor me conceder a palavra, eu falarei.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Eu estou concedendo a palavra desde o primeiro momento.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Você está perguntando se eu quero falar. Eu falei que não quero falar na frente de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Eu estou questionando: V. Exa. vai falar ou não?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Se eu for chamado, falarei.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Então, com a palavra o Deputado Alencar Santana, por dez minutos.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Eu quero já fazer uma questão de ordem para a mesa se uma pessoa pode...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Por dez minutos, Deputado Alencar Santana, com a palavra.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) - Quero fazer uma questão de ordem se Deputado ou Senador, Vice-Presidente... Suplente pode fazer parte da mesa. Queria que depois fosse levado ao conhecimento da mesa, para que trouxesse a resposta para nós.

Sra. Aline, a senhora aqui trouxe respostas. Talvez eles quisessem mais. Foi objetiva, é verdade, não se estendeu nos seus argumentos e respostas.

Mas você sabe que tem gente que até agora deu carona para um foragido que tem mandado de prisão e até agora não disse por que deu a carona? Tem um Senador aqui, que faz parte desta Comissão.

Para quem não sabe, eu vou colocar na rede depois essa história de novo, que ela nos acompanhe.

O Senador, chofer do Presidente da Conafer - do foragido da Conafer - deu carona, e até agora ele está calado. Ele não explicou por que ele deu carona.

Se quem cala, consente, tem culpa, será que ele tem culpa? Que ele nos responda, traga a resposta para esta Comissão, claramente, por que ele deu carona e qual a razão que ainda foi dirigindo o seu carro, abrindo a porta para o foragido da Conafer. Queremos saber.

Sra. Aline, o Sr. Antônio Carlos Antunes, o Careca do INSS, assim popularmente chamado pela imprensa... A senhora sabe da relação dele com a Ambec?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (Para depor.) - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - A Ambec assinou o contrato em 2021, quando o José Carlos Oliveira era Diretor de Benefícios. Gestão Bolsonaro.

Depois, da CBPA, também uma entidade vinculada ao Sr. Careca, foi, em 2022, assinado o contrato autorizando a fazer desconto pelo Sr. Edson Yamada - que ninguém traz aqui -, Diretor de Benefícios da gestão Bolsonaro, sócio do Oliveira, e ninguém traz ele para o depoimento. Está caladinho.

Depois nós tivemos a AP Brasil, em 2022, também Yamada era Diretor de Benefícios do INSS, cujo Ministro era o Oliveira.

Depois, a Cebap, também em 2022, Diretor Yamada, e até agora, ele não sentou para dar depoimento.

Parece que ninguém quer ouvi-lo. Ninguém quer ouvi-lo, o Diretor de Benefícios da época do Bolsonaro que assinou inúmeros contratos, por exemplo, com as empresas vinculadas ao Careca.

Depois, a Unaspub... Aí já mudou, era um outro Diretor, Sebastião Faustino de Paula, também em 2022.

Olhem só, senhoras, a maioria dos contratos, todos, foram na gestão Bolsonaro. Essas são as entidades parceiras, aliadas ou sócias do senhor Careca do INSS.

É importante as pessoas se atentarem a isso.

Por isso que tem gente que tenta esconder e não traz algumas pessoas a serem ouvidas.

A senhora falou que chegou a ver na empresa uma pessoa chamada Alexandre, correto?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - O nome dele era Alexandre Caetano? Ou dos Reis?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não sei o sobrenome.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Era o contador?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu tenho que ver foto para saber.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Se eu mostrar a foto, a senhora consegue identificar?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (*Fora do microfone*.) - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Por favor, providencie uma foto para mim? Para identificar se é o Alexandre, por favor.

Deixe ela depor.

O Sr. Alexandre é irmão da Letícia, Letícia Caetano dos Reis. A senhora ouviu falar esse nome?

Mas o Sr. Alexandre era sócio e contador do Careca. Sócio e contador do Careca, atuava com ele.

Se puder passar no vídeo, por favor, agradeço. Enquanto isso, eu vou...

Era sócio da Letícia.

A Letícia, por sua vez, a irmã do sócio do Careca, é contadora e sócia do Senador Flávio Bolsonaro.

O Sr. Alexandre Caetano...

Eu apresentei requerimento e alguns outros Deputados e Senadores.

Nós tivemos requerimento dele, Deputado Paulo Pimenta, aprovado desde setembro e até agora ele não foi convocado, não se marcou a data para vir dar o depoimento. Então, aqui estou requerendo ao Presidente Duarte que possa marcar essa data do Sr. Alexandre Caetano vir aqui, dar depoimento para nós, porque já está aprovado o requerimento de convocação, e o irmão da sócia do Flávio Bolsonaro ninguém traz.

Está aqui. Muito bem, Rogério. Olhem só!

Sabe que o Alexandre Caetano, Rogério, já está convocado e ninguém marca o depoimento.

E a sua irmã, que é sócia, Deputado Paulo Pimenta, do escritório do Flávio Bolsonaro, ninguém deixa pautar sequer o requerimento para convocar. A protegida.

Tem um chofer de um foragido e tem a protegida. E também um protegido, o Sr. Alexandre.

Porque a senhora, que era uma secretária, gerente de recursos humanos, está aqui. Mas o contador que foi aprovado, não. O sócio que foi convocado não está.

E dizem que outros querem blindar.

Querem blindar quando não traz uma pessoa da importância dele, que movimentou o dinheiro, o sócio. Contador tem informação para não dar o depoimento. Quando impede que o requerimento da irmã dele entre na pauta. Entre na pauta.

Essa é a proteção que querem fazer, só porque ela é sócia do Flávio Bolsonaro.

A senhora reconhece ele? Sei que a foto não está muito nítida.

A senhora reconhece, Sra. Aline? A senhora reconhece?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - É ele?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu já vi essa pessoa.

Esse é o Sr. Alexandre Caetano, o contador do Careca, já convocado, e ninguém marcou o depoimento desde setembro. Estamos no mês de março. E da irmã dele, a Sra. Letícia, a sócia do clã Bolsonaro, ninguém marca a data do depoimento.

Está aqui, como disse o Rogério. Isso aqui define muito bem.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) - É ele.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - É ele, e ninguém traz ele.

Espero que o Presidente fique mais um tempo aí na Presidência para que possa convocá-lo - Alexandre Caetano, o CEO da Voga Serviços Contábeis. Esperamos que traga, porque o Presidente outro não quer marcar e não marca. Quem sabe, na nova Presidência, a gente pode já ter um anúncio, nesta sessão, da data de depoimento, aqui, do Sr. Alexandre Caetano? Seria bom e importante, porque aqui tem muita ligação - está aqui e é muito claro. É importante as pessoas depois verem na rede.

Rogério já mostrou muito bem e nós vamos mostrar também na nossa, porque as pessoas têm que ter direito à informação, à transparência; e nós vamos ter que levar essa informação. E eles são também os amigos do Zettel, de quem também não colocam o requerimento de convocação na pauta. É uma proteção, uma blindagem - uma blindagem. Isso, sim, é blindagem.

E tem alguns aqui que têm o papel de orientar a investigação e falam blá-blá-blá-blá-blá-blá-blá-blá-blá-blá-blá-blá-blá-blá-blá, mas não chegam aonde tem que chegar. Fica aqui fazendo perseguição política, porque blinda seus amigos, blinda o seu candidato a Presidente, blinda o clã Bolsonaro, blinda os seus sócios. Essa é a turma que está blindando e fica fazendo discurso paralelo, achando que está fazendo o máximo.

Vamos ver o relatório final e quais elementos terão de prova, porque alguns aqui querem perseguir. Tem um alvo e querem perseguir, não querem investigar. Se quisessem investigar, eles marcariam uma data do Sr. Alexandre Caetano para dar depoimento. Se quisessem investigar, iam colocar o requerimento da Sra. Letícia, a sócia do Senador Flávio, para ser deliberado. Pode até ser reprovado, mas as pessoas terão a oportunidade de votar "sim" ou "não". E com razão, porque tem elementos. Isso aqui não é criação, não é suposição, Deputado Rogério. Isso aqui são provas, são elementos, são documentos. Essa turma esconde a verdade e...

Sra. Aline, Sra. Aline, o seu antigo chefe, ou ainda - não sei como é que está a situação na empresa -, doou para a campanha do Presidente Bolsonaro, naquela campanha que houve ali para tentar mobilizar eleitores, enfim, apoiadores. A senhora sabe disso?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Nem pela imprensa depois, que ele teria doado para a campanha?

(Soa a campainha.)

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Ouvi falar pela imprensa.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - A senhora ouviu falar pela imprensa que ele doou? É isso? Que ele doou?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (*Fora do microfone*.) - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Não, você responde no microfone, por favor?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - É, então, o Careca doou para a campanha do Bolsonaro.

Que bom que a senhora tem essa informação precisa. Ele doou.

Ele pediu voto para qual candidato a Presidente na campanha? A senhora lembra?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu certamente não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Tá.

Ela não sabe, mas sabe que doou pelo menos, da mesma maneira que o Zettel doou 3 milhões, o sócio do Master, para a campanha de Bolsonaro, e, aliás, o Presidente do PL admite isso e diz claramente - o Presidente do PL -: "Não, eu conheço até os amigos que procuraram as prefeituras para vender serviço do Master, CDB do Master"; quer dizer, ele sabe quem estava na operação do roubo, mas não dá nome.

Eu estou representando ele à Justiça para que ele dê os nomes de quem ele sabe.

Será que a CPMI quer trazer ele aqui, para saber os nomes? Com certeza eles não querem, mas nós vamos atrás e vamos saber.

Então, Sra. Letícia, mais uma vez, obrigado pela resposta, Sra. Aline. A Letícia é a que nós queremos convocar e eles não marcam.

Mas parabéns aí pela resposta, confirmou a doação do Careca para o Sr. Bolsonaro, candidato a Presidente à época, presidiário; e a participação do clã...

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - ... do Alexandre, com a irmã dele, Letícia, que é sócia do Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Agradeço ao Deputado Alencar Santana.

Sobre o pedido apresentado aqui para sugestão de nomes de convocação para que seja realizada a oitiva... Eu sei que o Deputado Alencar sabe que quem está presidindo os trabalhos é o Senador Carlos Viana. Neste momento, estou como Vice-Presidente, presidindo esta reunião. Eu, inclusive, vou sugerir ao Presidente que tanto a Liderança do Governo como a Liderança da Oposição possam, em razão de estarmos nas últimas semanas da previsão de findar a CPMI - a previsão é findar no dia 26 de março, salvo engano -, que tanto a Liderança da Oposição quanto a do Governo possam sugerir as suas oitivas prioritárias.

Se cada um sugerir cinco oitivas prioritárias, acredito que a gente possa fazer até uma força-tarefa, não só de oitiva na segunda e quinta-feira, mas podendo fazer oitiva segunda, terça, quarta e quinta-feira - fazer essa força-tarefa nessas últimas semanas.

Na minha visão, na minha avaliação, tanto os dois nomes que foram citados têm total razoabilidade para que possam ser aqui ouvidos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Passo a palavra, agora...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) - Presidente.

Fica a sugestão, então. Nós estamos esperando uma pessoa que foi convocada, que é o Sr. Romeu Zema. Embora tenha muita chuva em Belo Horizonte, como ele está em São Paulo fazendo campanha política, ele pode vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Tudo bem, Deputado Rogério.

Passo a palavra, por dez...

Repito, para ficar registrado, consignado, ratificado e reafirmado, que, na minha avaliação, tanto a sua sugestão como a sugestão da oposição seriam acatadas. Agora, a gente precisa ter tempo suficiente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Passo a palavra...

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) - Presidente, só para deixar registrado também - para depois não dizer que o Relator, porque foi pedido meu e foi aprovado -, gostaria que se desse também prioridade aos dez presidentes de banco que, até agora, não prestaram depoimento.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. *Fora do microfone*.) - O Lulinha...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) - Perfeito.

Feito o registro dos presidentes das instituições financeiras que têm total relação tanto com o escândalo do INSS, como também com o escândalo do Banco Master e dos empréstimos consignados.

Passo a palavra, por dez minutos - retornando aqui, havia registrado -, para o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) - Impressionante a fixação que o PT tem pelo Zema, em especial em Minas Gerais. Ele era um cara desconhecido da política e conseguiu derrotar o Pimentel, do PT, que destruiu o Estado de Minas Gerais, e hoje é quarto suplente da Bancada do PT.

Não se elegeu Deputado Federal; não ficou na primeira suplência, não ficou na segunda suplência, não ficou na terceira suplência. Ele é quarto suplente de Deputado Federal. Ó a fixação que a turma do PT... Fixação e medo! Pré candidato à Presidência da República...

Então, estão aqui fazendo uma campanha, na verdade, a favor do Zema, toda vez que falam o nome dele, porque me obrigam a falar sobre os feitos dele em Minas Gerais, inclusive porque o Pimentel, por meio dos consignados lá em Minas Gerais, antes de o Zema assumir, colocou os funcionários públicos de Minas Gerais no SPC. Acredita nisso, Caveira? Pegava o consignado nos bancos - o funcionário público -, e o Pimentel não repassou o dinheiro que os funcionários públicos passaram para pagar os bancos. E foram parar sabe onde? No SPC. Esse é o Zema, de quem essa turma do PT tem tanto medo. Nós votamos a favor da convocação para ver que ele vai dar um *show* na turma, como deu nas urnas, duas vezes, eleito em primeiro turno na última eleição. Tragam o Zema aqui. Vai ser uma perda de tempo para a CPI, porque a gente quer saber de investigação de roubo a aposentado, mas talvez ele possa trazer aqui mais informações sobre o que o Pimentel fez na época com o servidor lá em Minas Gerais, sem falar que não pagava em dia, inclusive, o salário de servidores, e hoje paga. PT é assim, perda total - perda total.

Bom, Sr. Presidente, nós estamos aqui mais um dia no trabalho da CPMI do INSS, e eu só queria dizer... Estava o Deputado...

Só me dá um minutinho, Presidente, se puder parar o meu tempo, que está ocorrendo uma votação no Plenário da Câmara, só um minutinho.

Aliás, os demais Deputados devem estar também com essa mesma demanda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Peço que suspendam o tempo do Deputado Van Hattem, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Obrigado, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - O.k.? Reiniciado o tempo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O.k., da minha parte, sim. Não sei os demais, se todo mundo votou...

Bom, o Presidente que o antecedeu, o Deputado Duarte, ele mencionou aqui que a CPMI pediu para priorizar algumas oitivas até o final do mês, Sr. Presidente. Agora, eu não queria... Eu entendo a situação da mesa de querer priorizar algumas oitivas, mas eu não queria que se tratasse como provável algo que é ilegal, que é a não prorrogação da CPMI. Então, entendo a ânsia de fazer algum tipo de previsão até o final do mês, mas este é o momento que nós vivemos no nosso país, porque, assim, algo que é absolutamente líquido e certo, que é a prorrogação da CPMI, de acordo com as regras do jogo, agora já está sendo tratado como algo talvez até improvável.

Espero que esta Presidência não trate esse assunto dessa forma, como não tem tratado - inclusive, já disse que entrará no STF -, mas nós precisamos ver essa CPMI prorrogada.

Pois bem. Nós estamos aqui com a Secretária Aline na condição de testemunha, que falou aqui... Que respondeu às perguntas do Deputado Alfredo Gaspar, não todas, em algumas preferiu permanecer em silêncio, outras disse que não sabia as respostas, mas nós percebemos aqui, Aline, que você gozava de uma confiança muito grande do Careca do INSS - ou do Antônio Camilo -, tão grande que, como a senhora disse aqui mesmo agora há pouco, buscava dinheiro no cofre a mando dele, não anotava o valor que retirava do cofre e repassava para terceiros, às vezes o motorista, alguém que, segundo relatos que chegaram ao Relator e também investigações da Polícia Federal, seria dinheiro utilizado para pagar propina.

Então, é correto dizer que o Careca do INSS confiava muito em V. Sa., não é isso?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (Para depor.) - Vou ficar em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Me surpreende, Sr. Relator, porque me parece uma conclusão lógica. Não tem nenhuma subjetividade nessa pergunta, é bem objetiva. Ele confiava, porque a pessoa que pede para você buscar dinheiro vivo dentro de um cofre, sem conferir quanto dinheiro tinha no cofre... Porque você mesmo disse: ah, uma hora tinha muito, uma hora tinha pouco. Quanto é muito e quanto é pouco? Não sei precisar. Vai lá, pega o dinheiro, tira o dinheiro do cofre, leva para uma terceira pessoa, não anota em nenhum lugar... Para mim, é uma pessoa que tem uma confiança muito grande do seu chefe.

E é interessante, porque... - aí eu queria até lhe dar a oportunidade de esclarecer para nós - porque, em um momento, no início da fala, a senhora disse que não se lembrava de ter entregado dinheiro ao motorista, mas mais tarde disse que o Careca teria orientado a levar dinheiro ao motorista.

Então, a senhora não lembra ou lembra e levou dinheiro ao motorista?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não me lembro com certeza.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu não entendi. "Não me lembro com certeza". Então quer dizer que com certeza a senhora não se lembra então?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não me lembro. Eu não me lembro, de fato, se fiz ou se não fiz. Eu não me lembro.

O Relator me disse que eu fiz, mas eu não me lembro. Falar assim: "Ah, eu me lembro de ter feito isso?". Não me lembro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Hum-hum.

Fala, Relator, o senhor quer fazer uma pergunta?

Eu lhe dou espaço, sem problema. Porque eu fiquei confuso aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - O Relator não diz nada. O Relator pergunta e escuta.

Na minha vez, ela disse que não recordava. Depois afirmou que repassava dinheiro, e depois disse que não recordava de novo, mas sabia que dava dinheiro para a compra de insumos.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim, para a compra, sim, de insumos.

Então, era uma quantidade específica de dinheiro - R$500, R$1 mil, no máximo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas não era para levar para o motorista dinheiro para eventualmente pagar propina?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não levava dinheiro para o motorista. O motorista trabalhava lá. Ele pegava comigo, eu não ia até nenhum lugar levar dinheiro para ele.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, tudo bem, mas você entregava dinheiro para o motorista.

Se levava até o carro, se ele vinha até a sua mesa, isso para mim é irrelevante, mas você entregava - vamos mudar o português: você entregava dinheiro para o motorista. É isso?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Para a compra de insumos do escritório, sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O.k.

Bom, Presidente, eu...

E depois que soube de tudo o que aconteceu, da operação da Polícia Federal? Porque, se ele confiava em você, você confiava nele, eu imagino. Como é que ficou essa relação de confiança com o Careca do INSS, com o Sr. Antônio Camilo? Você chegou a contatar ele depois, falou mais vezes? Como é que ficou essa...?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu vou ficar em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, eu, eu... assim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ... ouvi a testemunha, acho que o Relator foi muito respeitoso, ela buscou responder as perguntas aqui, mas, sinceramente, eu até estranho que não esteja na condição realmente de investigado, porque, na minha opinião, uma pessoa que vem aqui e não responde a todas as perguntas quando poderia colaborar, dada a magnitude deste roubo que foi feito também no INSS...

Aliás, qual foi a sua reação quando soube que era um roubo tão descarado e escancarado de dinheiro dos aposentados brasileiros? Como é que você se sentiu quando soube dessa notícia?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Estou até hoje tratando de transtorno de ansiedade generalizado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Hã-Hã.

E aí a senhora... como é que a senhora se vê como parte desse enredo todo? Qual é a sua participação nisso tudo, pessoalmente, pensando?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não tenho parte nesse enredo. Eu fui vítima também de ter trabalhado num lugar. Eu fui... fiz parte de um processo seletivo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Certo.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - ... e fui contratada para trabalhar como Secretária, então eu não sabia.

Quando o Antônio me contratou, ele se apresentou para mim como um empresário de sucesso. Eu não sabia de onde vinha o dinheiro, eu não sabia de onde ele tinha conseguido o dinheiro, de onde vinha a riqueza dele.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - A regra aqui é que, quando a pessoa acha que pode se incriminar, ela fica em silêncio.

E aí é que eu me pergunto: se você pode colaborar, não se sente parte - ou diz que não é parte categoricamente disso -, por que não colaborar com a CPI e responder todas as perguntas? Por que às vezes ficar em silêncio?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu estou colaborando...

(Soa a campainha.)

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - ... mas tem perguntas que me constrangem, e me constrangem da forma que são feitas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas não tem constrangimento aqui.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Tem constrangimento!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Está todo mundo super-respeitoso aqui, inclusive, diante das circunstâncias...

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - A pergunta, quando é feita como acusação, me constrange, sim...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas ninguém fez pergunta...

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - ... porque eu já me sinto constrangida por ter trabalhado no lugar, por ter a minha imagem exposta dessa forma como secretária, é difícil para mim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu queria entender, o seu advogado é do mesmo escritório de Danyelle Galvão, se pudesse me responder.

O advogado pode dar a resposta para a pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Mas ele vai ter que dizer para ela se "sim" ou se "não", não é, Excelência?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu também acho.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu vou ficar em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Ué, mas é informação pública, Danyelle Galvão é a namorada do Zé Dirceu, que assumiu a defesa do Careca do INSS, e o seu advogado é do mesmo escritório da pessoa que defende o Careca. Assim, serviço do advogado, aliás, está orientando muito bem, mas você chegar aqui, na condição de testemunha, dizendo que não tem envolvimento, que quer participar, mas tem um advogado do mesmo escritório da namorada do Zé Dirceu, é o quê?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. LEANDRO RACA (*Fora do microfone*.) - Eu fui violado no exercício da profissão e vou acionar a Comissão de...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) - Existem regras, mas o tempo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, mas é que eu perdi um minuto e pouco aqui que foi interrompido, antes o tempo correu, então eu peço só para repor esse um minuto final.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) - Regra não tem, mas tempo tem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Para concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu não entendi o que o advogado queria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Ele está resguardado no sigilo profissional dele, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Lógico, mas ninguém está questionando o sigilo profissional do advogado, mas é uma informação pública. Eu não entendo por que a pessoa que está aqui, na condição de testemunha, que diz que não teve parte, mas que está se sentindo constrangida por perguntas feitas de forma muito educada por todo mundo e muitas vezes mantém a reserva do direito ao silêncio, que é constitucional, mas apenas para não incriminação, não assinou o termo de compromisso, e tem um advogado que defende também o Careca, que é do escritório da namorada do Zé Dirceu, por quê que, sabe, então no fim...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Dá um tempo, pô, deixa eu terminar, pô.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Para encerrar, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas é que assim não dá, eu estou tentando encerrar o raciocínio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Está fora do tempo...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - Votação agora...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Isso aqui não é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Para encerrar, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Isso é coisa séria, pessoal.

Petista não quer investigar, quer aqui só esculhambar...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Presidente, questão de ordem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ... só fazer confusão, só bater nos outros.

Só para concluir então, Presidente, frase final aqui. Parabéns ao seu trabalho, mais uma vez, Presidente e Relator, e eu lamento, eu, na minha opinião...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Senhores, vamos deixar o Parlamentar terminar, por favor. Senhores, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) - O Presidente faz o que quer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Todos nós, todos nós aqui temos sido condescendentes com todos, eu tenho sido condescendente com todos e respeito a todos, até mesmo quando estão falando da Presidência. Pode, por favor, encerrar, Deputado Van Hattem, por gentileza.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Ó, Presidente, falou em Zé Dirceu, falou em Lula, falou em Lulinha, olha aqui como levanta a voz, olha como fazem confusão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É só falar na turma do PT que roubou dos aposentados, dos velhinhos e deficientes, que a turma fica doida. Então, aqui, Presidente, na minha opinião, a Aline, que veio aqui, estava...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Cento e onze...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Na minha opinião, está escondendo coisa, poderia ajudar a CPI, e, na minha opinião, o Relator vai ter um trabalho muito importante a fazer sobre esse caso em seu relatório.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Muito obrigado, Excelência.

Deputado Luiz Lima, com a palavra, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Qual é o artigo, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Sr. Presidente, é o artigo que diz respeito à forma de tratamento com os depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Posso falar? Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Sim, senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para questão de ordem.) - O Regimento prevê que os depoentes aqui têm que ser tratados de uma forma respeitosa. E o que nós assistimos agora aqui, Presidente, foi uma tentativa clara de intimidação da testemunha.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Qual é o artigo...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Nós não assistimos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Senhores, por favor, por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - O que nós assistimos aqui, Sr. Presidente, foi uma tentativa covarde de intimidação da testemunha. Aliás, Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Covardia é roubar de aposentado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Excelência...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Mas não bater em ninguém, não é, não bater em ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Excelência... Excelência...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Não bater em ninguém, não é? Não bater em ninguém, não é?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Bateram na cara do Luiz Lima semana passada...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Senhores, por favor, se é uma... Já que é para...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Dois minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Já que é para nós seguirmos como todos têm reclamado...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Art. 206.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Então, coloque a questão de ordem, por favor, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - O.k. A minha questão é que V. Exa., na condição de Presidente, deve zelar pelo cumprimento do Regimento, e, no Regimento, não há previsão para que ninguém aqui seja tratado de forma desrespeitosa e intimidatória.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Isso fica evidente quando ninguém, até hoje aqui - ninguém! -, quando veio depor... Em um ou outro caso, houve um questionamento no sentido de tentar constranger, inclusive, o trabalho do advogado que está presente. E o que é pior, Sr. Presidente? Criaram aqui, agora, uma tentativa de uma narrativa a que até agora, em nenhum momento, nós havíamos assistido nesta CPMI: saber quem namora advogado de quem, quem é casado com quem. Sr. Presidente, jamais!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas está na imprensa - está na imprensa!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Excelência, deixe-o terminar a questão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Eu vou poder falar ou não, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Perfeitamente. Pode dar sequência, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Isso é uma forma desonesta, isso é uma forma mesquinha. Se refere a uma advogada, uma profissional respeitada, mas no sentido de tentar desqualificá-la. Tenta nomeá-la como se ela fosse namorada do fulano ou do sicrano. Isso é uma forma misógina, covarde, de se referir a uma profissional advogada como se ela tivesse que aqui ser nomeada como a namorada do sicrano ou como a esposa do fulano, e utilizando isso claramente no sentido de constranger o advogado e a depoente. Ou qual seria o motivo? De constrangê-lo. Isso não foi feito com relação a ninguém. Pelo contrário, normalmente, são uns cordeirinhos, quando vêm aqui fazer perguntas contra escritórios poderosos de advogados e assim por diante.

Então, eu me insurjo, sim, porque eu não me calo diante da covardia nem da injustiça, e é isso a que eu assisti ser feito aqui agora, tanto em relação a Sra. Aline, como em relação a essa senhora advogada, que não é a advogada dela. Foi feita uma ilação aqui perversa no sentido de chamar para o debate uma pessoa que não é advogada, tentando fazer ilação de que isso tivesse alguma coisa a ver com alguém com que ela tem um relacionamento pessoal. Isso é postura adequada, Sr. Presidente, para uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional?

Então, eu me insurjo contra isso...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - ... denuncio essa conduta, repudio essa conduta e chamo V. Exa. para que não permita esse tipo de tratamento desrespeitoso que foi feito aqui com relação a essa senhora e também em relação a essa advogada que nem sequer está presente aqui para se defender.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Art. 14, X, "c".

A advogada a que eu me referi...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Foi, sim, porque foi falada uma mentira aqui.

Impetrou o *habeas corpus*...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, o senhor não me citou, não é esse o ponto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Deputado Van Hattem...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Ela impetrou o *habeas corpus* em nome da paciente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Deputado Van Hattem, por gentileza.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É para contraditar, Presidente. Questão de ordem tem contradita.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para contraditar.) - Não é isso?

Obrigado, Presidente.

Ninguém aqui está questionando o trabalho de advogado, não. Pelo contrário, eu elogiei. Está aconselhando muito bem a sua paciente aqui, a sua cliente. Está indo bem o advogado no papel dele. Eu tenho a minha opinião sobre os fatos, mas ele está fazendo um trabalho, na minha opinião, muito profissional. Não estou dizendo que não é bom o trabalho, mas ele é do mesmo escritório.

Não vou falar, então, em namorada do Zé Dirceu - assim saiu na imprensa. Saiu na imprensa. Não vou falar quem é a pessoa na PF, na pessoa física, mas o nome da advogada Danyelle Galvão - que é sócia do advogado muito competente que está aqui hoje - também estava assinando um *habeas corpus* para a Sra. Aline. Então, a informação que trouxe aqui o Deputado que me antecedeu não é verdadeira, é mentirosa, de que essa advogada não estaria defendendo a Aline. E mais: é o mesmo escritório, sim, que está defendendo o Careca, Sr. Presidente.

Então, aqui não se trata de um juízo de valor do trabalho do advogado, mas a pessoa que está sentada nessa mesa aqui, na condição de testemunha, que diz que não tem nada com o caso, está sendo defendida pelos mesmos advogados que defendem aquele que hoje está preso pelo roubo no INSS. Não estou fazendo juízo de valor, Presidente. Eu não estou atacando ninguém. Aliás, pelo contrário, repito: o *Habeas Corpus* - aqui para trazer ao conhecimento de todos - 268957 foi impetrado no Supremo Tribunal Federal pela Dra. Danyelle Galvão, cujo trabalho como advogada eu não conheço, e deve ser muito boa, inclusive, apesar de o seu cliente estar preso hoje, o Careca, mas está preso pelos atos dele. Aliás, deveria estar... Enfim, nem vou falar o que eu acho que ele deveria estar sofrendo neste momento, o Careca do INSS, mas está lá, preso. Agora, é o seguinte: dizer aqui que - porque eu só trouxe a público um fato que é dado pela imprensa - é atacar a advocacia, isso é me atacar no meu direito, como Parlamentar, de trazer a lume, para a população, os fatos todos.

Então, Sr. Presidente, eu - até para não continuar aqui na polêmica - só queria pedir que, assim... Essa questão de ordem foi claramente para tumultuar. O senhor tem sido muito condescendente, muitas vezes, e elegante com quem não está contribuindo com V. Exa. nem conosco na elucidação dos fatos. Agora, é uma verdade, a imprensa disse. Está aqui, olha, é manchete, não sou eu dizendo: "Namorada de Zé Dirceu assume defesa de Careca do INSS". Danyelle Galvão, a advogada que é do mesmo escritório do competente advogado Leandro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ... Raca, que até agora, repito, tem orientado bem a cliente. Escolheu bem o advogado. Agora, profissional bom, mas do mesmo escritório que defende o Careca, e a depoente diz que se sente aqui, sem...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) - Constrangida.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ... parte da coisa, mas que está sendo constrangida por perguntas que nós estamos fazendo para elucidar o caso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Ninguém aqui constrangeu ninguém, todo mundo aqui quer só a verdade.

E, sinceramente, D. Aline: assim, escolhe o advogado que quiser - não sou eu que vou dar conselho aqui, aliás, repito, está sendo competente -, mas que, para quem enxerga daqui, de casa, é estranho o mesmo escritório que defende o Careca, que é claramente investigado pelo roubo aos aposentados, e também a secretária, que diz que não tem nada com isso... É algo que, para quem assiste, fica muito suspeito.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Bem, colocada a questão de ordem - que faz parte do Código de Processo Penal - e também a contradita, esta Presidência não recolhe a questão, porque não vi, em momento algum, qualquer destrato à depoente e, quando citado o advogado que fez a reclamação, o Parlamentar imediatamente deixou de citar. Então, entendo que a questão está resolvida.

Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) - Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Obrigado, Aline, pela presença, Leandro.

Esse apontamento que o Deputado Marcel van Hattem fez é um apontamento importantíssimo. Não há nada de ilegal nisso. Nada. Eu considero como uma estratégia ruim. Eu, que estou sentado aqui já são 35 sessões... Eu vi, inclusive, um piloto de avião sentar aqui sem advogado, e fez um depoimento maravilhoso, e se livrou, saiu limpo - saiu limpo.

Então, essa ligação com o mesmo escritório, que diz aqui o *Poder360*, que a advogada Danyelle Galvão, namorada do Ministro-Chefe da Casa Civil José Dirceu, não há nada de ilegal nisso, mas, por o mesmo escritório estar defendendo você, isso pode causar uma confusão até de proteção para o Antônio, e não para você. Isso é batata; não precisa ser formado em Direito para notar.

E, Aline, você está aqui... Não precisa ficar chateada com a gente. Você está no meio de um furacão muito barulhento, e o nosso dever é fiscalizar. A gente cria, altera, revoga leis. E, se a gente não fizer perguntas a você, não tem por que a gente estar aqui.

Tudo isso começou, Aline... Pessoal do PT, eu vou recapitular, porque tem muitos senhores e senhoras vendo em casa, e é bom que eles saibam o que aconteceu.

Em 2017, quando o Governo Temer suspende as contribuições obrigatórias em relação às contribuições sindicais, todos esses sindicatos - Sindnapi, Conafer, Contag - recebiam, de mão beijada, em média R$73 por ano de cada aposentado, o que é um dia de contribuição de trabalho do ano todo. A média salarial era R$2,1 mil, R$2,3 mil. Em 2018, o STF valida isso. O Presidente Bolsonaro ganha a eleição em outubro de 2018 e, desde 2019, ele tenta criar mecanismos de proteção para que se impeçam esquemas como esse que nasceram em 2019.

Então, o seu patrão, o Antônio Camilo, era um operador financeiro de um esquema, junto com Camisotti, que foi com certeza garimpado, alçado de recebedores de propina do INSS junto com os próprios sindicatos. E, aí, criaram essas contribuições não reconhecidas para chegar a essa contribuição de R$73, que era a média, que caía do céu todo ano. Só que eles não tiravam R$73 dos aposentados por ano; tiravam todo mês. E o Presidente Bolsonaro queria, rapidamente, que essas contribuições fossem interrompidas com um simples telefonema desses aposentados para a central do INSS, para que fossem interrompidas. Só que a gente não conseguia porque nenhum Deputado do PT votava conosco para a gente implementar esses obstáculos. Nenhum Deputado do PT subiu na tribuna para fazer apontamento negativo, durante a gestão do Governo Bolsonaro, em relação ao INSS e às contribuições indevidas. Nenhum! Não tem nenhuma fala na tribuna de nenhum Deputado do PT, do PSOL, do PDT, que tem ligação com a Conafer, falando sobre isso.

Mas, Aline, você tem três situações: já que você tinha acesso ao cofre - o que é um simbolismo e que é real; você falou que pegava até dinheiro para pagar o cafezinho -, se você não sabe de nada da origem do dinheiro, você não cometeu crime algum; se você ignorou sinais claros, você pode responder; e, se você sabia, você vai responder. Isso é óbvio. Então, tem essas três opções.

Tem muitas evidências que a gente observa aqui de contatos de telefone, apresentados pelo Relator Alfredo Gaspar, de contatos que você fazia e de que tudo levava a crer que uma pessoa com um mínimo de informação teria uma suspeita sobre esses recursos. O que me chamou a atenção também é que, nos dados aqui do Antônio - e me chamou a atenção também como você se refere a ele, "Antônio", e não "Sr. Antônio", que é o Antônio Carlos Camilo Antunes -, nos seus dados aqui, tanto de endereço como de *e-mail*, tem o seu *e-mail*: aline.cabral@prospect-consultoria.com. Isso aqui é um sinal de que você era muito próxima a ele. Então, tinha um *e-mail* que era antoniocamiloantunes@gmail.com e gestao.femandos.iva... É que eu estou enxergando mal, gmail.com, e o seu *e-mail*. Isso aqui é um sinal de que você era muito próxima a ele - não é? -, a ponto de você pegar os recursos no cofre e não precisar anotar ou prestar contas daquela quantia que você está retirando.

Qual é a sua ocupação atual, Aline?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (Para depor.) - Desempregada.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - Está desempregada. A partir de que mês você ficou desempregada?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Outubro de 2025.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - Outubro. A operação foi em março, abril? Tá.

Então, entre abril e outubro você continua com a sua função?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (*Fora do microfone*.) - Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - Não?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu estava na função de gestão de pessoas. Então, até outubro, até o fechamento da empresa, eu continuei nessa função.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - E nesse período, em que foi desencadeada a operação, até outubro, você continuava com acesso ao cofre?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu já não tinha mais acesso ao cofre desde que eu deixei de ser secretária dele, em setembro de 2024.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - Entendi. Então, no período da operação, você não tinha mais acesso a cofre algum?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - É isso. Está ótimo.

A gente teve aqui o Milton Salvador e o Sr. Rubens. O Sr. Milton Salvador disse que recebia em torno de R$23 mil no emprego anterior e passou a receber 60 mil de salário do Careca do INSS. O Sr. Milton tinha o mesmo grau de proximidade, com o Sr. Antônio, que você tinha, de acesso também ao cofre?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não sei qual era o grau de proximidade. Eu sei que ele fazia todas as operações financeiras.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - Está ótimo.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - ... eu vou encerrar por aqui, mas... Vou encerrar só fazendo aqui um apontamento a *O Estado de S. Paulo*, porque a reportagem foi desclassificada hoje aqui pelo Governo, pelos representantes do Governo aqui na CPMI.

O Estado de S. Paulo: "Lulinha admite que Careca do INSS pagou [...] viagem a Portugal [...]". E aqui uma reportagem bem grande: "Lulinha admite [...] voo e hotel pagos pelo Careca do INSS em viagem a Portugal".

Foram desqualificados dois jornalistas: o Sr. Luiz Vassallo e o Sr. Aguirre Toledo... Talento, Aguirre Talento, perdão.

O Sr. Luiz Vassallo é um renomado jornalista brasileiro, atualmente repórter especial de economia do jornal *O Estado de S. Paulo*. Com passagem em destaque pelo portal *Metrópoles*, especializado em política judiciária e econômica, ganhou o prêmio IREE de 2024 pela série Farra do INSS, que investigou fraudes bilionárias.

Investigações. Vassallo revelou esquemas de desconto indevidos em aposentadorias, Operação Sem Desconto da PF enquanto estava no *Metrópoles*. Atuação recente no *Estadão* tem focado em investigações sobre movimentações

financeiras envolvendo figuras do Judiciário e do mercado financeiro, incluindo reportagem sobre o Banco Master e o Ministro Dias Toffoli.

Carreira. Antes de 2025, passou pela revista *Crusoé*, cobrindo temas como o orçamento paralelo e a CPI da Covid.

E aqui um fato que me chamou muita atenção, para ver como esse jornalista é corajoso. Em 2025, foi alvo de inquérito da Polícia Civil de São Paulo, após reportagem sobre o patrimônio de um delegado, caso que gerou repercussão nacional sobre a liberdade de imprensa, e foi arquivado. Então, esse jornalista é corajoso e competente.

Então esta reportagem aqui é mais um indício fortíssimo de relação do filho do Presidente da República, Aline, com seu ex-chefe, o maior operador financeiro do roubo do INSS.

Aline, fica...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - ... absolutamente tranquila. Eu desejo a você boa sorte. Se for a verdade tudo isso que está falando, que você está dizendo, se Deus quiser, se for verdade, que você seja absolvida. Você não está respondendo por nada ainda, mas que você seja não incluída nesse rolo todo, está bom?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - A pedido da defesa da depoente, a reunião está suspensa por 15 minutos.

(Suspensa às 20 horas e 37 minutos, a reunião é reaberta às 20 horas e 52 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Está reaberta a reunião.

Na sequência das falas, o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) - Sra. Aline, eu gostaria de, neste momento em que eu faço os questionamentos, deixar a senhora bem tranquila. No momento em que se sentir incriminada por algum questionamento, que permaneça calada; é um exercício do seu direito constitucional. Mas eu quero aqui lembrar que esta é uma oportunidade que a senhora tem de ajudar as investigações.

Quando, no início da sua fala, a senhora menciona que tem apenas 38 anos, é jovem, fez um processo seletivo para trabalhar em uma dessas empresas do Antônio Antunes, e hoje se vê aqui, numa CPMI, com essa visibilidade não positiva, com uma visibilidade negativa, é claro que não é uma situação fácil. Não é uma situação que a gente gostaria de ver ninguém querido... Não gostaria de passar por uma situação dessas. Mas eu quero dizer que existe a presunção de inocência. Até que se prove o contrário, você está aqui como testemunha, e eu gostaria muito de contar com a sua colaboração.

Pode ter certeza que, da minha parte, não vai haver nenhum tipo de questionamento acusando a senhora, fazendo qualquer tipo de constrangimento. Mas, pelo contrário, eu também gostaria que você compreendesse a minha função, enquanto Parlamentar, de tentar ajudar nessas investigações, de colaborar. Mas tenha certeza de que eu vou fazer de tudo para que você tenha as condições necessárias para fazer as respostas aos questionamentos.

Sr. Presidente, eu percebo que ela está um pouco... Poderia suspender por dois minutos?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (*Fora do microfone*.) - Não...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Posso?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (*Fora do microfone*.) - Pode.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Perfeito.

Eu queria saber se você conhece o Sr. Milton Salvador.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (*Fora do microfone*.) - Conheço.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - O Sr. Milton Salvador trabalhou em alguma dessas empresas com você?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim, na Brasília.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Qual era a função do Milton Salvador?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Ele foi o diretor financeiro que substituiu o Rubens.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Você sabe por qual razão você foi convidada a estar, neste momento, aqui na CPMI? Qual foi o fato gerador?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - O motivo fundamental de você estar aqui hoje foi porque o Milton Salvador esteve aqui na CPMI e, no momento da oitiva dele, ele afirmou que você era responsável por todos os pagamentos, no dia 18 de setembro de 2025. O Milton Salvador afirmou que você exerceu a função de secretária do Antônio Carlos Antunes, o Careca do INSS, tendo, posteriormente, sido promovida a gerente administrativa e que, nesse cargo, você era responsável pela gestão operacional, cuidando de compras, recursos humanos e departamento pessoal.

Então, quando eu trago essa memória histórica das investigações, é porque eu tenho certeza também que a senhora conhece o Romeu Antunes.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Conheço.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - O Romeu Antunes é filho do Antônio Antunes?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Conhece também a Tânia Carvalho dos Santos?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Ela é esposa do Antônio Antunes, correto?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Correto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Por que que eu estou trazendo toda essa lembrança? Eu trago essa lembrança porque, nessas últimas semanas, tanto o Romeu Antunes quanto a Tânia Carvalho dos Santos, a esposa e marido... Ou melhor, a esposa e o filho do Careca do INSS, ambos estão presos. E estão presos exatamente porque o nome deles foi utilizado para figurar como sócios nessas empresas para lavagem do dinheiro que foi tirado da conta dos aposentados. E, no momento em que você... O Milton Salvador afirma que fazia esses pagamentos... É muito importante que você aproveite essa oportunidade para poder esclarecer esses fatos.

A senhora realizava pagamentos por essas empresas?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, eu nunca realizei pagamentos. Eu nunca tive acesso a contas, a faturamentos, a dinheiro que tinha nas contas... Nunca.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Não sabia de nenhum tipo de movimentação financeira dessas empresas?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, não sabia.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Sabia, quando teve acesso ao cofre - que você já aqui confirmou - e olhou aquela quantidade de dinheiro que lá estava, aquilo lhe chamou atenção?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Chamou, mas, como eu mesma disse, o Antônio se colocava como uma pessoa de sucesso, um empresário bem-sucedido.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - E você, obviamente, acreditava que ele estava falando a verdade?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim, até então eu não tinha por que desconfiar.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Em nenhum momento, em nenhum momento, no transcorrer da sua atividade operacional, do exercício da sua atividade laboral enquanto empregada, funcionária, em nenhum momento teve alguma coisa que aconteceu que lhe chamou atenção de que aquilo ali não era algo lícito?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, até porque ele limitava muito o meu acesso a algumas informações, no sentido de: o diretor financeiro era responsável pelas operações financeiras, eu não tinha acesso... Então, assim, ele não ficava muito em Brasília, ele viajava muito. Então, às vezes eu via ele na segunda-feira, e ele ia para São Paulo...

Enfim, meu contato com ele, a maioria das vezes, enquanto secretária, era por telefone, para emitir ou trocar passagens.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - A senhora tinha algum hábito de fazer anotações? Não apenas em computador, mas anotações manuscritas em algum caderno?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - A informação que surgiu, de acordo com a investigação da Polícia Federal, mencionando 30% para o Stefanutto, 30% para o Virgílio, 15% ou 40% para a Justiça do Distrito Federal, dando a entender que eram percentuais de propina a essas pessoas, a esses órgãos, você chegou, em algum momento, a escrever isso em algum papel?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Nunca. Eu nunca escrevi isso. Ele nunca me passou a informação de dar nada pra ninguém.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Você chegou, em algum momento, a ler algo parecido? Não necessariamente essa informação, mas, em algum momento, na atividade que você exercia, chegou a ler alguma informação semelhante a essa?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não que eu me lembre.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - A senhora já falou sobre a questão dos veículos importados. Também existem as informações de que os veículos registrados em nome de terceiros eram utilizados por funcionários da empresa.

A senhora, em algum momento, viu na empresa algum desses veículos? Ou algum funcionário que, em algum dia, chegou com algum carro fora do padrão popular?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - A senhora, quando ia para a empresa, ia de carro? Ou de transporte...

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Ia de carro.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Todos estacionavam no mesmo local?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim, no mesmo local

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - E lá não tinha nenhum carro importado estacionado? Ou era só carro popular?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Tinha os carros dele.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Do próprio Antônio Antunes?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - E como a senhora fala carros, no plural... Ele não tem como ir em mais de um carro, não é?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Então, além dele, quem mais utilizava esses carros?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - O Romeu.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - O filho?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - É. E só. De utilização dos carros dele...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - A senhora falou que não fazia nenhum tipo de pagamento através das contas.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - O pagamento que você realizava era para o motorista ou para alguma pessoa que pegava o recurso em dinheiro para fazer compras de materiais de expediente para o escritório.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Correto?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim, que era, normalmente, o motorista. Fazia uma lista de compras, café, insumos, material de limpeza... Eu retirava esse dinheiro e passava ali a quantidade. O motorista sempre voltava com uma nota fiscal do supermercado e entregava para o setor financeiro.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Essas compras eram semanais, ou quinzenais, ou mensais?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Mais ou menos, quinzenais.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - E mais ou menos... Qual era o valor que você pegava no cofre para passar para ele, para ele fazer as compras?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Entre 500 e mil.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Quinhentos a mil reais?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - É.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Essa forma de comprar em dinheiro, tirar do cofre, dar em dinheiro para comprar em dinheiro, durou quanto tempo mais ou menos?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não vou saber falar quanto tempo, mas, enquanto eu estive na função de secretária, era comum.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Qual foi o período?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - De junho de 2023 a setembro de 24.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Certo.

Será que essa... Aqui fica o questionamento: essa utilização de dinheiro vivo pode até ser utilização de recurso desviado para não ter ali o rastreamento, por isso não há utilização de cartão de débito, crédito ou até mesmo a utilização de Pix.

A senhora afirma a esta CPMI que, mesmo sendo gerente administrativa dessas 22 empresas, não tinha o conhecimento dessas movimentações milionárias, correto?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não. Eu era gerente administrativa, mas ligada à gestão de pessoas. A parte administrativa que eu mais fazia, fora a gestão de pessoas, era referente às obras dele, às reformas, à compra de material de obra, compra de concreto, eu lidava com o mestre de obras...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - E quem ocupava essa função? Porque você recebia por essa empresa. Então, quando eram questões financeiras, você se direcionava a quem dentro dessa empresa?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Ao Milton.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Ao Milton?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - É.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Perfeito.

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - Sr. Presidente, há presunção de inocência. A gente já fez várias oitivas aqui e são algumas coisas que chamam a atenção, até a forma como ela responde aos questionamentos, mas o que se percebe, e aqui foi mencionado por outros Parlamentares, a mesma equipe de advogados que faz a defesa dela é o mesmo corpo jurídico que faz a defesa do Antônio Antunes.

E aqui, eu sou advogado, exerço advocacia, mas me chama a atenção a maldade por trás desse crime onde poderosos, pessoas que têm muito dinheiro, tirando dinheiro de pessoas que vivem em estado de vulnerabilidade.

Eu não vou aqui fazer o questionamento de quem está pagando, porque existe o segredo da relação cliente e advogado. Não vou fazer questionamentos, porque não posso fazer esses questionamentos, porque é a mesma equipe de advogados, mas, assim como há presunção de inocência, eu não posso me calar e não posso deixar aqui de levantar uma dúvida, uma suspeita sobre essa relação; mas me parece que quem realiza essa atuação técnica, para fins de defesa, quem financia ou eventualmente vem a financiar, está mais preocupado com a sua própria defesa, com resguardar o seu próprio segredo, do que resguardar o segredo, do que resguardar a defesa técnica da Sra. Aline. Essa é a nossa percepção sobre essa situação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência, pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - E, para concluir aqui, eu realmente torço para que a Aline consiga trazer a sua verdade aos fatos, porque, infelizmente, o que não pode acontecer e a gente aqui não pode aceitar é que aqueles que menos têm, que aqueles que, de fato, são vítimas dessa orquestra criminosa, possam ser sancionados no lugar daqueles que, de fato, pensaram, lucraram, financiaram...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) - ... e obtiveram aumento dos seus lucros em razão dessa prática criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Muito obrigado, Excelência.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de também fazer coro aqui com o Deputado Duarte Jr., pela presunção de inocência.

Realmente, é uma estranha coincidência, Sra. Aline, o mesmo escritório de advocacia do Careca do INSS, que todo mundo aqui está careca de saber o que representa, que a senhora chama de Antônio, ser o mesmo escritório da namorada do Zé Dirceu.

Quer dizer, é algo que não tem como a gente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Sr. Presidente, eu gostaria de saber o que é que o advogado aí está...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - O advogado está questionando aqui sobre a citação da defesa, e eu estou lembrando a ele que essa informação é pública...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Pública, é pública...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - ... tanto dos *habeas corpus* quanto...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - E nós vamos aqui expor, o nosso papel aqui, pelo menos, se a Sra. Aline não quer falar - colaborou até certo momento -, mas o nosso papel aqui é expor exatamente as coincidências estranhas que acontecem.

É um escritório de advocacia o mesmo do Careca; é o escritório de advocacia o mesmo da namorada do Zé Dirceu, que é outro conhecido do Brasil, ligado ao PT.

Aliás, quando o PT, Sr. Presidente, algumas pessoas do partido, colegas nossos, vêm falar aqui que não se deve atacar, que não se deve... tratar bem a depoente, que tem que tratar... quem é que fez alguma coisa aqui que não tratou bem, desde o início desta sessão?

Isso é factoide, eles são craques em fazer factoide. Quer um exemplo? Eles não falam da tragédia que aconteceu no Irã, com as mulheres lá do Irã, que, por não terem o cabelo preso, não usarem aquela indumentária, são mortas.

Cadê essa turma para defender as mulheres, quando você teve 30 mil manifestantes, no mês de janeiro, sendo brutalmente massacrados pelo líder, pelo ditador, que eles passam a mão na cabeça, Sr. Presidente?

Eu não vi nada do Presidente Lula falar sobre a questão do massacre de 30 mil manifestantes; sobre tratar a mulher lá no Irã como um animal - eles equivalem em algumas situações - e com relação aos homossexuais. Agora, essa turma vem falar aqui de tratar bem, de ter cuidado. É muita hipocrisia, Sr. Presidente, vamos combinar. O mundo está vendo o que está acontecendo.

Eu quero dizer que nada como um dia atrás do outro. O senhor não participou daquela CPI da Pandemia, da covid. Eu fui titular. O senhor acompanhou, sempre estava se inteirando, mas eu participei ativamente, e a gente viu - o Leandro aqui, seu assessor, sabe -, a gente viu como o mundo dá voltas, a maneira como mulheres eram tratadas por eles, da base do Governo Lula, que não era o Governo, mas estava lá querendo desgastar o Governo que era da época.

E nas reuniões... tinha reunião que saía na imprensa com o Lula - na época, candidato -, a cúpula da CPI. Era tudo politicagem. Agora, não chamaram o Consórcio do Nordeste, que deixou morrer - no nosso Nordeste, Relator Alfredo Gaspar - pessoas, porque esse dinheiro foi desviado pelos Governadores, nove Governadores, o consórcio.

E até hoje - até hoje - esse dinheiro evaporou, R$50 milhões quase. Disso, eles têm seletividade, amnésia seletiva.

Mas eu queria passar um vídeo. Queria pedir à nossa atenciosa Secretaria que passe um vídeo de um minuto.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Olha aí, Sra. Aline, o Camilo - que a senhora chama de Antônio, né? - ou Antônio, como a senhora chama, o seu chefe, é uma das peças que, segundo a Polícia Federal, lesou pessoas como essa senhora aqui. A senhora sabe que foram milhões de brasileiros.

A senhora tem essa informação também ou só viu pela imprensa?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Tive acesso pela imprensa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Milhões de brasileiros que foram roubados, deficientes, viúvas, velhinhos, velhinhas.

Um colega nosso fez uma pergunta aqui para a senhora, mais cedo, e a senhora não quis responder. Depois, a senhora respondeu a outro colega de uma forma diferente. Na sua resposta primeira, eu não senti nenhuma empatia da senhora com relação a essas pessoas.

O que é que a senhora teria a dizer? A senhora se incomodou com essa fraude bilionária que aconteceu?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu vou ficar em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Engraçado, da outra vez, um colega perguntou, e a senhora respondeu. É seletivo. Para o colega, a senhora disse até que isso tinha mexido no seu psicológico e tudo. Agora, a senhora já não quer responder a mesma pergunta.

Eu só fico, assim, preocupado com relação, por exemplo, a esse cafezinho, esse dinheiro do cafezinho, do cofre. Como é que era lá? Era por senha esse cofre ou era aquele antigo que você roda aquele negocinho e vai colocando lá? Como é que era esse cofre que tinha lá no gabinete?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Era senha.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Era senha. Aquelas que você digita, né? *(Pausa.)*

E, quando a senhora abria o cofre, a senhora via uma quantidade e não fazia ideia do que tinha lá?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não era um cofre grande.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Era um cofre de que tamanho? A senhora pode fazer, mais ou menos? *(Pausa.)*

Ah, o cofre era desse tamanho. Aí tinha cédula de 100 reais, de 50, é isso? E a senhora ia lá, pegava para os insumos e nunca saiu daquele cofre nada que seria de um volume que pudesse chamar de propina para funcionários públicos, para gente que estava roubando os aposentados.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Por minhas mãos, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Nunca lhe chamaram a atenção - a senhora acabou de responder ao colega - os carros importados que o Sr. Camilo tinha? Inclusive foi por uma denúncia da Senadora Damares Alves que a Polícia Federal foi lá e apreendeu os carros importados. Eu não sei nem os nomes daqueles carros lá, mas era coisa de 500 mil, de um milhão de reais, um carro daquele. Segundo a reportagem falava, se eu não me engano, Presidente, era uma coisa tão acintosa que a cada dia ele podia usar um carro daquele que estava parado lá, guardado.

Nunca lhe chamou a atenção, quando a senhora chegou lá, o volume desses carros que estava na garagem...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - ... e o volume de casas? Esse negócio de Trancoso, que a senhora foi lá contratar governanta, que é uma praia paradisíaca. Nunca lhe chamou a atenção que algo podia estar acontecendo errado?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não pelo discurso dele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Pelo discurso dele. E hoje, pelos fatos que estão marcados aí, expostos pra população do seu Antonio, a senhora se arrepende de ter entrado nesse emprego, de ter participado, não diretamente disso, porque eu acredito no que a senhora está falando, mas de ter, de uma certa forma, trabalhado com esse Sr. Careca do INSS?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - A senhora se arrepende?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Se pudesse voltar atrás, não teria entrado. Isso é importante, Sr. Presidente.

Eu quero lhe agradecer apenas, Presidente, nos segundos que me faltam, e dizer que nós tivemos aqui a revelação hoje na imprensa do ex-assessor do Hugo Motta, Presidente da Câmara dos Deputados, que movimentou R$3 milhões em seis meses. O salário dele é R$3 mil, e ele movimentou R$3 milhões, esse senhor, o Júnior do Peixe, de quem a gente já quebrou o sigilo, por isso que a gente está sabendo. Mas, Presidente, eu queria pedir para, na próxima sessão, quinta-feira, o senhor colocar... Nós estamos dando entrada agora num requerimento, para que possamos trazê-lo para esta cadeira que a Sra. Aline está aí. É importante ouvir esse senhor, porque ele tem muito a explicar sobre os poderosos que podem estar por trás disso tudo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Muito obrigado, Excelência.

Deputado Ribeiro Neto. *(Pausa.)*

Não vai falar, Excelência? *(Pausa.)*

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sra. Aline Bárbara, a depoente de hoje, eu acredito, Sr. Presidente, respeitando inclusive as escolhas que estão sendo feitas, que existem personagens mais relevantes e que nós poderíamos extrair desses personagens mais elementos que nos ajudassem a corroborar o juízo de valor do eminente Relator e de todos nós, por ocasião da votação do relatório final.

A Sra. Aline, claramente, era uma funcionária subalterna dentro da estrutura criminosa do Sr. Antonio Camilo e, apesar de ter conhecimento do dia a dia da empresa, talvez não tivesse conhecimento da complexidade ou do grau de periculosidade das ações que lá foram perpetradas e que passaram sob a sua visão.

Ela já foi aqui inquirida pelo Sr. Relator e por aqueles que me antecederam. Não acredito que algum questionamento que eu porventura faça vai acrescentar alguma coisa ao processo.

Apelo a V. Exa., inclusive, que, por ocasião das votações que ocorrerão na quinta-feira e também na definição dos próximos depoentes, que nós possamos centrar um pouco mais nessa questão dos consignados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) - ... uma vez que os descontos associativos, teoricamente seriam - ou teriam sido - a primeira parte da nossa ação.

E faltam pouco mais de 20 dias, caso não haja a prorrogação, que V. Exa. já se colocou como autor desse requerimento junto ao Ministro André Mendonça, e que nós vamos, inclusive, corroborar, vamos assinar junto com V. Exa.

Por isso, eu vou me dirigir a V. Exa., ao Relator, aos nossos pares, mas em especial àqueles que nos acompanham, para dizer que não desanimem, que não imaginem que o que nós estamos fazendo aqui será debalde, será em vão, porque nós pudemos, inclusive - fazendo uma volta no tempo -, fazer um balanço do que já aconteceu e os êxitos que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito conseguiu em prol da sociedade brasileira.

Aqui, a gente escuta todos os dias discursos que beiram a hipocrisia, mas faz parte do jogo da política. Tentarem criar uma cortina de fumaça e acusarem, por exemplo, o Flávio Bolsonaro, porque o administrativo do seu escritório - que ganha um salário mínimo - é parente de alguém que já está preso... Aliás, vamos trazer quem está preso. Nós sabemos que, para quem está preso, para vir para cá, nós precisaremos de uma licença especial do Sr. Ministro e virá para cá amparado pela possibilidade de nem sequer falar. É uma perda de tempo, é uma cortina de fumaça, é uma tentativa deliberada de impedir que cheguemos ao cerne da questão, mas as coisas já aconteceram, Sr. Presidente.

Passaram três meses dizendo que o Lulinha não tinha nada a ver com nada. Agora, a história já é "não tem a ver", mas é para outra coisa: era para fazer *lobby* dentro do Governo do pai. Passaram três meses, aqui, reclamando que a maneira como nós estávamos nos colocando colocava em risco a credibilidade ou a reputação de alguns que aqui vieram depor.

Esses estão presos, Sr. Presidente, e é, por coincidência, a espinha dorsal do INSS. O Diretor de Benefícios, o André Fidelis; o seu Procurador, o Sr. Virgílio; e o Presidente do INSS. Seu *staff* eram todos funcionários de carreira, que foram distinguidos ao longo da sua carreira com cargos relevantes pelo Partido dos Trabalhadores, pelo PT.

A gente escuta o Presidente Lula, vez por outra, quando é perguntado pela imprensa - agora diminuiu um pouco o tom -, afirmar com uma empáfia, com uma arrogância, com uma sensação de que ninguém vai duvidar da sua veemência, e que o seu Governo - o Governo do Lula - determinou a investigação. Ele mente de uma forma descarada. O Governo, na verdade, foi conivente, foi cúmplice, foi omisso.

A investigação só se deu após as notícias da imprensa, o estabelecimento de um inquérito por parte da Polícia Federal e a decisão da Justiça, que, por fim, afasta os servidores, contra a vontade, inclusive, do então Ministro Carlos Lupi, que

vem aqui e atesta que eram pessoas idôneas e que tinham a sua confiança - dele, Ministro -, que, por sua vez, tinha a confiança do Presidente Lula.

É um jogo de sombras, e eles vêm aqui dizer, e repetem, de forma disciplinada, Sr. Presidente, que o Bolsonaro, em 2019, começa o processo de roubo na Previdência. CPI apura roubo desde 1947. Eles têm uma memória seletiva a respeito do que é a Previdência. "Idosa descobriu que teve desconto indevido do INSS [...] 30 anos" após... Contag, Sr. Presidente, rouba essa moça há 30 anos. "Número de servidores demitidos por fraudes no INSS já supera o de 2006". Fraude ao INSS em 2006, o Presidente era o Sr. Lula. "Contribuição compulsória: aposentados são descontados sem saber e sindicatos faturam milhões". Em 2010, era o Sr. Lula, o Presidente. "Ex-Ministro Paulo Bernardo recebeu mais de [...] 7 milhões em propinas", dizem investigadores. Lula. Aliás, o marido da atual Ministra Gleisi Hoffmann. Ex-marido, desculpe. "INSS fará pente-fino em convênios [...]". E por aí vai.

Me desculpe estar repetindo aqui o que deveria ser absolutamente tranquilo. Dizer que o Presidente Bolsonaro, que começa o seu Governo combatendo fraudes, monta um esquema criminoso dentro da Previdência para beneficiar, locupletar sindicatos de esquerda, associações criminosas e picaretas que se perpetuaram ao longo do tempo, usufruindo do suor alheio, se aproveitando da falta de conhecimento, da fragilidade dessas pessoas, é um crime hediondo, Sr. Presidente. É um crime terrível.

E nós imaginamos que, neste momento, quem é Parlamentar tem que se abstrair, tem que deixar de lado o fato de que pertence a este ou àquele grupo político e tem um dever moral de se debruçar sobre o problema, encontrar os culpados, desde a estrutura burocrática que estava incrustada dentro da Previdência, os operadores empresários e o sistema político que recepcionou esses recursos e que deu apoio para que essa situação acontecesse ao longo do tempo.

Sr. Presidente, é sempre bom lembrar que essa narrativa é tão débil que ela se choca com a realidade. Eu quero lembrar V. Exa. que, quando explodiu o processo, o então Ministro da Justiça vai à imprensa, o Sr. Ricardo Lewandowski, e afirma com uma candura: "Olha, eu não vejo conflito de interesses pelo fato de o meu filho ser advogado de duas associações que estão sendo acusadas de fraude.". Ora, ele é o chefe, é o condutor, é o mandatário do processo de investigação, mas não vê conflito de interesses. E não me estranha, porque vem de um colegiado que não vê conflito de interesses quando um cônjuge, um parente próximo, atua em um processo em que um desses Ministros é juiz.

Nós estamos com um problema de inversão de valores morais. Pode ser legal. Pode ser legal - aliás, foi fruto de um acórdão no Supremo Tribunal Federal -, mas é moral, Sr. Presidente? Não cabe um questionamento da sociedade sobre se o sistema judiciário brasileiro está operando de tal forma como, de fato, tem que ser encarado? Com a imparcialidade que a sua função, o seu mister requer?

E aí vem o poder público. O poder público de um Governo que se notabilizou pelos "ãos". E eu falei há pouco aqui: petrolão, mensalão, aposentão... Um Governo que aparelha a máquina pública de maneira deliberada, acreditando que tudo é justificado em nome de um projeto de poder. Para se perpetuar um poder, vale tudo: a corrupção, os desvios, os desmandos, a perseguição de adversários políticos, inclusive roubar velhinhos.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) - Roubar velhinhos é como tirar doce de crianças.

A minha sensação hoje, depois de 35 sessões, Sr. Presidente, é de um pouco de exaustão, mas, ao mesmo tempo, de um sentimento de que nós estamos vencendo e que eles já perderam - eles já perderam. E "nós", que eu falo, Presidente, é a sociedade brasileira, porque não há maior satisfação a ser dada à sociedade e à população do que a prisão dos culpados, e que esse esquema criminoso, além de ser desbaratado, permita que se criem mecanismos que, no futuro, não possam ser ultrapassados, porque a gente está falando de um R$1 trilhão por ano de benefícios.

Então, é necessário eternamente sermos vigilantes; e a exposição deste problema, graças ao trabalho desta CPMI, e me permita, V. Exa., para concluir, com o trabalho corajoso que V. Exa. vem fazendo, corajoso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Muito obrigado, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) - ... e com o trabalho profícuo e com o espírito público do eminente Relator, nós certamente, Sr. Presidente, vamos ter um trabalho relevante a mostrar a essa sociedade, pelo bem do nosso país e da nossa democracia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Muito obrigado.

Como nosso último inscrito e...

O Delegado Caveira está como titular agora? *(Pausa.)*

Delegado Caveira, por favor, com a palavra.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. Para interpelar.) - Sr. Presidente, eminente Relator, primeiramente não poderia deixar de parabenizar, mais uma vez, V. Exa., por ser, de fato, um magistrado nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que vem, de forma justa e imparcial, com muita tranquilidade, mostrando ao Brasil a forma correta de conduzir uma CPMI.

Que sirva de exemplo eternamente para esta Casa, tanto a CPI quanto a CPMI, porque o que vemos aí, o que observamos durante as Comissões é que os Presidentes são totalmente parciais e não deixam, de fato, fluírem os trabalhos; e, no caso em tela, é uma das Comissões instaladas de maior relevância do Brasil, a maior roubalheira, desvio de dinheiro público que está sendo combatido com toda a força e com toda a garra, não só de V. Exa., mas também do nosso Relator, próximo Senador Alfredo Gaspar.

Não tenho dúvida de que essa dupla é uma dupla que deu certo e que está fazendo um trabalho hercúleo em defesa dos aposentados, dos pensionistas, de todos aqueles que foram roubados e que estão sendo ainda roubados por diversas figuras.

A Polícia Federal, que deveria diminuir um pouco do nosso trabalho aqui, na CPMI, por mais categórica que tenha sido, com as suas interceptações, busca e apreensão, mas não chegou ao êxito, ao núcleo das investigações centrais, que é - a meu ver, que sou Delegado de Polícia - a prisão, prender esses demônios, sejam tubarões, sejam sardinhas. Roubou o dinheiro de aposentados, eu não tenho dúvida, Sr. Presidente, deveria apodrecer na cadeia.

E vou além: nosso país tem que mudar muito, porque não há como Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS, voltar ao convívio social. No mínimo, Sr. Presidente, ele deveria apodrecer na cadeia, prisão perpétua. E é por isso que luto no Congresso Nacional, para que seja implantada a pena de morte, porque esse tipo de demônio jamais pode voltar ao convívio social - e vários outros: Domingos Sávio, Camisotti e, agora, o filho do ex-presidiário e "descondenado", Lula, que está envolvido até a tampa nesse emaranhado de corrupção. São R$300 mil mensais de "mensalinha", R$10 mil por dia que o Lulinha estava recebendo.

Eu não estou vendo mais o dia para que ele esteja aqui, ou esteja preso, igual o pai dele foi, igual o Careca está preso, ao Camisotti e a vários outros dessa quadrilha que roubou o povo brasileiro.

E aí me venho, hoje, Sr. Presidente, e tem aqui uma assessora direta, ou servidora, ou secretária do Careca do INSS, Sra. Aline Bárbara Mota de Sá Cabral. Será que ela é parente *(Pausa.)* do descobridor do Brasil? Será? Essa é uma das perguntas.

A senhora é parente do Pedro Álvares Cabral?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (Para depor.) - Não que eu saiba.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA) - Então, o nome é sugestivo e poderia dar um norte, porque era secretária do Careca do INSS. Inclusive, tinha a senha do cofre, poderia descobrir para a gente e revelar muitas coisas dessa trama de corrupção.

Eu acho que a história do Careca do INSS poderia ser revelada pela secretária. Eu imagino, inclusive, Sr. Presidente, que a secretária sabe muito - muito - e poderia colaborar com o povo que está sofrendo com tanta roubalheira. São pais, avós, pessoas com certas comorbidades, aposentados, que estão e foram roubados. Já que ela enfiava a mão no cofre do Careca do INSS, eu acho que ela sabe muita coisa. As perguntas, muito poucas foram feitas, e ela muito pouco falou. A maioria das vezes se recusou, inclusive, a responder perguntas básicas, coisa que testemunha não pode negar.

Está muito bem representada, o mesmo escritório do Careca do INSS... E aí eu pergunto: quem que está patrocinando o escritório de advocacia da senhora, a Sra. Aline Bárbara?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Deputado, essa é uma questão que tem sigilo profissional garantido. Ela não é obrigada a responder à pergunta.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA) - Já que tem, eu quero fazer algumas suposições e sugestões.

Eu acredito muito, Sr. Presidente, que vários sigilos devem ser quebrados - vários sigilos -, inclusive de alguns profissionais que estão sendo pagos com dinheiro roubado do Careca do INSS, e de outros que têm interesse em defender as pessoas para comprar o silêncio.

Essa secretária, Aline, eu acho que ela sabe muito, e poderia ser, sim, parente de Pedro Álvares Cabral, e revelar o Brasil do Careca do INSS, o que está nas entranhas, o que está dentro do cofre, as senhas, e a corrupção que foi paga com dinheiro roubado.

Tem que ter alguma forma de a CPMI...

(Soa a campainha.)

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA) - ... adentrar nessas informações, talvez não através da Sra. Aline, mas quem sabe de pessoas ligadas diretamente a ela? Quem sabe um pente-fino? Que ela está segurando um BO que às vezes não é dela, mas eu tenho certeza que o rastro do dinheiro roubado é só quebrar sigilo que nós vamos descobrir, dos parentes, dos amigos, dos irmãos... Quem sabe não é por aí? E aí, quando algum desses aí cair na gaiola, eu tenho certeza, Sr. Presidente... Que o passarinho, quando cai na gaiola, ele começa a cantar, inclusive o Careca já deve estar próximo a fazer uma delação premiada e entregar o restante dessa quadrilha, que deve apodrecer na cadeia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Obrigado, Excelência.

Só relembrando que há quase R$3,5 bilhões já apreendidos do dinheiro que foi desviado da Previdência, que está já à disposição da Justiça e que deverá ser colocado para ressarcir os cofres públicos.

O Relator tem uma pergunta.

Com a palavra, Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) - Obrigado, Presidente.

Sra. Aline, a senhora continuou recebendo até que mês das empresas do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, Careca do INSS?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (Para depor.) - Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Depois da operação da Polícia Federal, a Operação Sem Desconto, em abril de 2025, a senhora esteve quantas vezes com o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes e o Sr. Romeu Antunes?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Sra. Aline, a senhora participou de alguma festa aqui em Brasília em que estava presente o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Nessa festa em que estava presente o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, quais eram os políticos que lá estavam também?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Sra. Aline, qual foi a data em que a senhora deixou a Brasília Consultoria?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Em 31 de outubro de 2025.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Dia 31 de outubro?

A senhora já comprou passagem de avião ou reservou em agência de turismo para a ida do Sr. Careca do INSS para o Panamá?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora já comprou ou reservou passagem do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes para a Colômbia?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora já comprou ou reservou passagem para o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes para a Madri?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - As reuniões que o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes realizava na Brasília Consultoria era a senhora quem as marcava?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, ele mesmo marcava.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora não fazia marcação de agenda?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, eu não tinha o controle da agenda dele. A agenda dele ele mesmo fazia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu estou aqui com um carro que custou R$315 mil, que o Sr. Romeu Antunes comprou. A senhora pegou o IPVA desse carro do Sr. Romeu Antunes?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não vou saber falar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu vou dizer o carro para a senhora. Será que ajudaria a senhora?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não vou lembrar os IPVAs que eu busquei, até porque eu tinha uma equipe também comigo, de duas pessoas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora me disse uma coisa interessante, que foi a mais importante que a senhora me disse até agora. A senhora foi a Trancoso, não é isso?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Qual foi a companhia aérea em que a senhora voou para lá?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Qual foi a data em que a senhora voou para lá?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Início de 2025.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Essa casa era à beira-mar, era afastada, era térrea, era de primeiro andar? Como era esse imóvel?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Era... não era à beira-mar. Era num condomínio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Mas como era esse imóvel, a senhora poderia me dizer?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Era uma casa grande.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Mas uma casa grande de primeiro andar, térrea?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, dois andares.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - De dois andares?
A senhora recorda de quem era essa Casa?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Pelo que eu sei, era dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - E a senhora sabe quando ele adquiriu esse imóvel?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, eu não sei a data.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora sabe se ele adquiriu esse imóvel no ano de 2024, 25, 23, 26... A senhora saberia dizer?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Creio eu que foi em 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora sabe de quem ele adquiriu esse imóvel?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu soube pela mídia que foi da Fonteles.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Era comum a senhora encontrar a Sra. Danielle Fonteles lá na Brasília?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora chegou a vê-la algum momento lá na Brasília Consultoria?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - E a irmã dela trabalhava diretamente com o Seu Antônio?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Ela era parte da equipe do *marketing*, que era a maior equipe da empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A Sra. Carolina Fonteles trabalhava no *marketing* da empresa Brasília?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora sabe me dizer qual era o papel da equipe de *marketing* na Brasília Consultoria?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Promover eventos de prestação de serviço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Que tipo de prestação de serviço? Poderia me esclarecer?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Até onde eu sei, eram eventos para as associações que prestavam serviço, mas eu não sei quais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - As associações que prestavam serviço para quem?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - O *marketing* fazia eventos para as associações, prestando serviço de eventos para essas associações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Mas as associações a que a senhora se refere são as associações que lidavam com aposentados e pensionistas?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não sei quais eram as associações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Por exemplo, o seu esposo trabalhou para três associações ou duas, eu não me recordo. Era para esse tipo de associação?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não sei te falar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora nunca foi a um evento desses?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora pode me explicar como é que o Seu Antônio recomendou à senhora ir para Trancoso?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Porque precisava treinar a... como se fosse uma governanta lá da casa, que cuidava da casa; precisava treinar ela a fazer lançamentos de controle de compras, de compras assim, compra de produto de limpeza, compra da manutenção mesmo da casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Olha, acho interessante, eu não sabia, não tenho uma casa tão grande assim. Me diz como é que isso funciona?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Em que sentido?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Ela lançava onde isso?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - No Excel.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Quer dizer que lá tudo que ela comprava ela lançava. A senhora foi lá para isso, foi?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim, porque a gente teve dificuldade no mês anterior. Ela fez algumas compras e não fazia, não guardava nota fiscal, cupom fiscal e não tinha facilidade para lidar com computador. Então, às vezes, ela mandava notas apagadas... E eu fui lá para treinar ela em como ela poderia digitalizar para mandar para o financeiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Essa senhora estava fichada ou estava devidamente inscrita com a carteira dela de trabalho?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, ela era uma prestadora de serviço, porque ela prestava serviço para outras casas também do mesmo condomínio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora poderia me dizer o nome dela?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Mel.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Mel?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Aham.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Mas o nome...

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - A gente chamava ela de Maria Mel.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora tem o telefone dela?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, não tenho mais. Eu não tenho mais o aparelho que eu usava de trabalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Se eu precisar encontrar essa senhora, a única indicação que tem é essa de nome Mel?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim, Maria Mel. Ela mora em Trancoso, ela morava lá perto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Tá, mas a senhora não sabe indicar um telefone nem o endereço dela?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Muito bem.

Olha, só para fechar aqui, eu queria recordar com a senhora. Eu vi aqui pagamentos da ordem de R$300 mil, quase R$400 mil ou algo parecido. A senhora, quando houve a operação da Polícia Federal, continuou trabalhando para o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes até que mês?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu fiquei na empresa até outubro de 2025.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - E, até outubro de 2025, a senhora recebia através de quem?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Do Romeu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Do Romeu?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Do Romeu e do Silvio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Mas recebia em conta ou recebia em espécie?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Recebia em conta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Então, até outubro de 2025, a senhora permaneceu na empresa?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - De outubro de 2025 à presente data, a senhora esteve com o Romeu em alguma oportunidade?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não. Depois que eu recebi a ligação de desligamento, porque inclusive, um dia antes, estava na empresa, porque foi o mês em que meu avô faleceu, na mesma semana, então eu não estava. Ele me ligou e avisou do desligamento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Então, depois que a senhora saiu da empresa, em outubro, não teve mais contato com o Romeu, não é isso?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Ele teve contato comigo, sim, eu só não estive com ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Ele teve contato com a senhora em que mês?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Creio que no mês de novembro, pedindo apoio para fazer a desmobilização das salas da ACDS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Foi a última vez que a senhora falou com o Romeu?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Creio eu que sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Alexandre Guimarães, a senhora conhece?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Se for o que mostrou ali, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Não, não é aquele que mostrou, não. É outro.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Então, eu preciso ver o rosto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu não sei se eu perguntei à senhora, a senhora disse que conhecia a Daniela e a outra irmã... A Roberta Luchsinger, a senhora conhece? Ou também precisa ver a foto?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora poderia me dizer se a senhora conheceu uma pessoa chamada Maurício Camisotti?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não, eu não conheci.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Danilo Trento?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não conheci.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - A senhora pode me dizer qual foi a última vez que a esposa do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes falou com a senhora?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu nunca tive contato... Meu contato com ela era limitado. Eu falava mais com os filhos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Qual foi a última vez que a senhora falou com Milton Salvador?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Tem muito tempo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Mas muito tempo significa que... A senhora deixou em outubro. A senhora voltou a falar com Milton Salvador?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Não?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu perguntei do Danilo Trento, esqueci o que a senhora respondeu

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Que eu saiba, de nome, eu não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - E qual foi a última vez que a senhora falou com Tiago Schettini?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Tem muito tempo também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Mas esse muito tempo... Quando?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Ah... Eu creio que, meses antes de eu sair, eu já não... Nunca mais tive contato. Não sei se... Talvez enquanto eu era secretária. Não vou saber com certeza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu gostaria de fazer dois registros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Se me permite.

Primeiro registro, Sr. Presidente: estou estranhando muito a demora do repasse dos dados do Sr. Vorcaro. Não sei se eu entendi errado, se eu li errado, mas, lá na decisão, eu não vi nada para ser filtrado pela Polícia Federal. Até o presente momento, eu desconheço que os dados do Sr. Vorcaro tenham chegado. Pedi a V. Exa. para reforçar isso com o Ministro André Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu nunca vi tanta complicação para ter acesso a dados de uma pessoa como o Sr. Vorcaro. Acho que a República está tremendo.

Há outra coisa, Sr. Presidente, que também conversamos anteriormente, e o senhor me disse uma coisa que eu não esqueci. Eu disse: "Presidente, vamos convocar os donos de banco - os presidentes, aliás". E V. Exa. disse: "Vamos esperar a votação, porque tem uns que foram aprovados e outros não". Agora, todos estão aprovados. Eu ia pedir a V. Exa. para poder ter acesso a esses esclarecimentos... Que nós começássemos ouvindo os bancos que estavam blindados: PicPay, Santander, Crefisa e C6. De cada um, eu tenho arguições bastante pertinentes. Se na outra semana, Presidente, a gente poderia ouvir os representantes desses bancos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns aí pela condução.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Muito obrigado.

Como último inscrito, o Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) - Sr. Presidente, nobre Relator Alfredo Gaspar, só para fazer uma observação na pergunta que V. Exa. dirigiu à Sra. Aline.

No primeiro momento, o senhor perguntou se a Sra. Aline conhece a Roberta Luchsinger. Está nos *Anais* que a Sra. Aline respondeu que não. E agora, ela disse que iria ficar em silêncio. Portanto, tem um contraditório que eu repito para a Sra. Aline: a senhora fica com a primeira ou com a segunda resposta? Porque a senhora disse que... Na primeira pergunta, a senhora disse - está nos *Anais* da Casa -, a senhora disse que não.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (Para depor.) - Eu não conheço.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) - Agora, a senhora diz que não conhece.

Eu pergunto: qual a resposta que a senhora vai escolher? A senhora pode escolher.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Eu não conheço.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) - A senhora não conhece.

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL (*Fora do microfone.*) - Não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) - E por que a senhora ficou em silêncio quando o Relator lhe perguntou da última vez? Qual foi... O que lhe motivou essa decisão?

A SRA. ALINE BÁRBARA MOTA DE SÁ CABRAL - Porque eu não entendi bem a pergunta e, às vezes, quando se refere a nomes, eu preciso ver os rostos, porque...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) - Sr. Relator, fique registrado esse efeito contraditório, até porque o senhor repetiu, ali, muito claro. Roberta Luchsinger não tem duas. Portanto, é suspeita essa informação da confusão do nome, a qual não posso aceitar, em hipótese alguma.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquela frase dita então pelo hoje Vice-Presidente Geraldo Alckmin, de que eles queriam voltar para a cena do crime, isso é algo que nos impressiona, porque se tem a impressão que nem eles tinham dúvida de para onde eles queriam voltar. E o crime tem método.

E eles não estão roubando só neste Governo; eles são inteligentes, eles são estruturados.

E eles depredam a máquina pública há décadas, estando ou não no poder.

Dado esse - eu vou repetir o termo; é duro - esse adestramento ideológico que foi feito na sua militância, este Governo que está constituído aqui tem histórico de participar dessas teias e desses emaranhados.

São habilidosos, porque, além dos seus adestrados, eles também envolvem terceiros; são habilidosos.

Eles, que são discípulos aí de tantos escritores que inspiraram esses movimentos de esquerda, eles sabem infiltrar-se no Judiciário, na imprensa, na igreja, na política, no setor empresarial.

Portanto, este Governo do PT que está constituído é fruto dessa infiltração que eles fizeram, ao longo dos anos, para trabalhar como verdadeiros gafanhotos ou sanguessugas da máquina pública.

Em fevereiro de 23 - eu estou nesse caso -, eu alertei ao Sr. Ministro Lupi, com certeza um dos que vai terminar na cadeia, dada a comprovação do seu envolvimento, um grande operador do PT, ao longo do tempo, nesses roubos da República... Em fevereiro de 23, ele foi alertado. Não reagiu. Em março de 23, eu o convoquei à Comissão da Câmara.

Lá ele esteve e, naturalmente, negou e desconversou, porque eles são mentirosos, são dissimulados... São treinados. Realmente, impressiona esse treinamento que eles têm em algum campo de concentração - só pode ser.

Passando, ao longo do tempo, em agosto de 25, depois de todo esse período, na instalação da CPMI, eu tive a oportunidade de, em Plenário, fazer o registro de que, com certeza, nós iríamos caminhar para o envolvimento direto do Sr. Lulinha nesse roubo dos aposentados, porque estava ali, Sr. Relator, talvez a primeira ponta da linha para nós começarmos a compreender esse enriquecimento bilionário que esse senhor, até então de vida humilde, começou a ter; esse crescimento de enriquecimento, Caveira, depois que o seu pai chega à Presidência da República.

Naturalmente, quando eu falo isso, em agosto de 25 - nós não tínhamos nem iniciado a primeira audiência aqui na Comissão -, achavam que: "Não; o Evair está 'lacrando'. O Evair está fantasiando. Isso é heresia!". E eu dizia: "Vai vendo, Brasil. Nós vamos chegar ao Lulinha".

O tempo passou, e a coisa foi afunilando, foi afunilando... Até então, o Frei Chico, o irmão do Lula, esse lobista dos ladrões do INSS dentro do Governo - e, naturalmente, o cargo que foi dado a ele no sindicato, embora... O irmão também era a mesma coisa: era um demagogo, era um líder de nada; só tem narrativas e histórias. Naturalmente, o Sr. Frei Chico foi um dos grandes lobistas, em nome do Presidente da República - e nós vamos chegar a ele em breve, está muito perto; portanto, ele já está começando a desconversar sobre esse tema -, e nós vamos chegar ao Frei Chico, mas encontramos o DNA do Palácio do Planalto na digital do Sr. Lulinha nos roubos do INSS.

E eu me lembro muito bem do dia em que chegou a primeira denúncia aqui, a base do Governo do PT, o desespero em que estavam. Colocaram até a cabeça a prêmio para dizer da inocência do Sr. Lulinha e desse envolvimento.

O tempo se passou, a coisa foi se confirmando, a retórica foi sendo mudada, as narrativas foram mudadas, e o Brasil e o mundo viram o desespero, e eles usando todas as estratégias que eles passaram, porque PT, MST, Farc usam a mesma estratégia, porque a disciplina é a mesma, o pensador deles é o mesmo, o estrategista é o mesmo. O desespero deles... E o último é a violência. Eles não... E, assim, até contra os seus, internamente o histórico deles são registros de violência, em alguns casos, de três mortes que até hoje não têm explicação.

É impressionante como que as nossas polícias, quando é para investigar a morte de membros do partido do PT, não conseguem ter uma solução, isto tem que ser desvendado. Qual é o segredo da morte de um filiado do PT assassinado, no qual a polícia... Parece que são mais espertos do que a polícia.

Mas eles não economizam nessas agressões, usaram aqui da força, de palavras inescrupulosas, palavras ofensivas, mas, enfim, tiveram que ficar de joelhos porque, nesse mesmo momento, o bom senso, o equilíbrio... Agradecer a Deus esse homem iluminado que é o nosso Ministro André, já tinha autorizado lá a quebra do sigilo do Sr. Lulinha, foi um desespero e, naturalmente, a República passou o final de semana arrepiada.

O Lulinha... A coisa está apertando para ele. Sabendo que já tem todas as informações... Já foi dada publicidade aí que ele admite sim, agora, Sr. Relator, e aí o senhor tem todo o mérito, porque o senhor colocou o cargo de V. Exa. à disposição, disse que renunciaria ao mandato de Deputado, caso o Lulinha não tivesse viajado junto com o Sr. Careca do INSS.

Quero parabenizá-lo pela sua capacidade investigativa, pela sua coragem e pela sua até ousadia naquele momento, em que poucos documentos nós tínhamos que falavam do envolvimento desse Lulinha. E agora o Lulinha, cara de pau, vem admitir que o Sr. Careca esteve ao seu lado, pagou as suas passagens.

No dia em que eu disse aqui que a D. Roberta Luchsinger era amiga da esposa do Lulinha, a esquerda arrepiou, a base do Governo arrepiou, falando que era heresia, fantasia, e nós estávamos na mesma investigação. Então, a Roberta Luchsinger, não só aqui no Brasil, mas quando viaja à Europa, sabe onde fica e sabe com quem anda, e todo mundo ficou sabendo. Então, nós dissemos aqui, em primeira mão, da amizade e do relacionamento dele com a nora do Sr. Lula, que quer passar de "isentão", mas não vai conseguir ficar.

Portanto, nós estamos cumprindo um papel extraordinário.

Agora, não adianta espernear mais. A Polícia Federal... Por isso que foi questionada por mim aqui, na última semana, a ida do Diretor da Polícia Federal a uma viagem internacional com o Sr. Lula, sem nenhuma agenda, sem nenhum protocolo a ser realizado, sem nenhuma demanda específica, é claro, porque o Sr. Lula queria, ao longo dessa viagem... Ele aproveitou essa viagem para saber, ter informações privilegiadas e saber até como se comportar.

E eu esperava que, nesses dias, ele não estivesse aqui no Brasil, porque eu acho uma deselegância do Presidente Lula não ir ao Irã, no velório do seu amigo, do seu comparsa, do seu aliado. Eu acho que ele deveria ter ido lá. É uma deselegância. Mostra que é um homem que não tem sensibilidade, porque ele se diz amigo, se diz companheiro...

(Soa a campainha.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) - ... se diz aliado, e aí o irmão dele, o coleguinha dele, está dentro de um caixão, morto, e ele simplesmente não toca no assunto, vai a outra agenda.

O Lula me decepcionou. Eu não esperava dele essa atitude.

E eu já falei para a imprensa, Relator: eu esperava que os Deputados do PT que agrediram verbalmente V. Exa. e o Presidente em outra reunião terminassem a semana presos, porque até onde eu sei, Caveira, no Brasil do momento, questionar eleição, questionar resultado eleitoral é crime. Portanto, seguindo por essa lógica, tem gente infelizmente, neste momento, pessoas inocentes que estão presas por questionar o resultado eleitoral.

Eu esperei, na imprensa, e não aconteceu, tenho que pedir ao Alexandre de Moraes por que não aconteceu, porque os Deputados do PT que aqui questionaram o resultado eleitoral, usaram até da força física, foram agressivos, deveriam ter amanhecido segunda-feira na cadeia. E espero que dê tempo ainda.

Muito obrigado. Vai vendo, Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pergunto aos Líderes se farão uso do tempo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - Vou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) - Sr. Presidente, o escritório que representa o Sr. Fábio Luís publicou uma nota, informando que as informações veiculadas hoje, nessa matéria citada aqui na CPI, não tiveram, em nenhum momento, como fonte o Sr. Fábio Luís ou sua defesa. No entanto, a própria matéria reconhece que o Sr. Fábio Luís não tem nenhuma relação com o INSS e só soube do envolvimento do Sr. Antônio após a exposição da imprensa.

É importante salientar também, Sr. Presidente, que a defesa do Sr. Fábio ou o Sr. Fábio sequer foi procurada. Não foi ouvida. Um princípio elementar do jornalismo, que é ouvir as partes.

É importante também citar, Sr. Presidente, que o Sr. Fábio Luís já peticionou ao Supremo Tribunal Federal, já havia se colocado totalmente à disposição para, antes da quebra do sigilo, colaborar; portanto, em nenhum momento, qualquer questão relativa a INSS, desconto associativo preocupa ou, de alguma maneira, tentou impedir que ela fosse investigada.

O Sr. Fábio é o mesmo que já foi acusado de ter uma Ferrari de ouro por boa parte desses senhores que repetem mais essa mentira contra ele, de ser dono da JBS, de ter casas em Punta del Este, de ser dono de cabeças de gado em fazendas do Pará, de ser dono da Friboi ou da Oi.

Portanto, Sr. Presidente, ao que nós assistimos aqui é mais uma tentativa de uma técnica utilizada em períodos eleitorais, em outras circunstâncias, por esse mesmo grupo político, de disseminar calúnias, insultos, mentiras, *fake news*.

É importante também que se diga que, no Governo do Presidente Lula, a Polícia Federal tem total autonomia para investigar, diferente do Presidente anterior, que trocou cinco diretores da Polícia Federal, interferia diretamente nas investigações da Receita Federal, mudava superintendentes, capturou a CGU e a CGU para impedir que seus familiares, porque isso, ele publicamente manifestava, pudessem ser investigados.

Eu estranho, Sr. Presidente, que o senhor tenha resistido em colocar em votação o requerimento para trazer aqui a Sra. Letícia.

A Sra. Letícia, Sr. Presidente, que é secretária do escritório do Sr. Flávio Bolsonaro, é irmã do Sr. Alexandre Caetano dos Reis - contador da Voga, contador do Careca, contador de vários investigados -, e que, portanto, Sr. Presidente, teria muito o que contribuir com esta investigação.

O senhor sequer coloca em votação o requerimento da Letícia, claramente numa blindagem, para impedir que ela possa vir aqui e que nós possamos ouvir dela, que é irmã do contador do Careca e é administradora do escritório do Sr. Flávio Bolsonaro.

Por que razão, Sr. Presidente, dois pesos e duas medidas?

Por que razão, Sr. Presidente, o senhor não colocou, até hoje...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - ... em votação o requerimento do Sr. Zettel, cunhado do Vorcaro - a maior contribuição individual da campanha do Bolsonaro e do Tarcísio, R$5 milhões, foi feita por ele -, se nós ouvimos aqui o depoimento dos "*golden boys*", que pagaram a festa através, inclusive, dele, no estádio do Palmeiras, com dinheiro roubado do INSS, dos aposentados e das aposentadas?

Por que razão o senhor não coloca em votação o requerimento do Zettel, que tem todas as digitais e envolvimentos neste esquema criminoso do INSS, inclusive com a suspeita de que esse dinheiro que ele colocou na conta da campanha do Bolsonaro e do Tarcísio seja dinheiro roubado do INSS?

Isso é só um exemplo, uma demonstração da forma que tem sido manipulada a definição dos requerimentos da pauta desta CPI, claramente no sentido de proteger o grupo político de que o senhor faz parte, o grupo político do ex-Presidente Jair Bolsonaro e seus cúmplices, nesse esquema criminoso do INSS.

E cito esses exemplos para que fique claro contra o que nós nos insurgimos.

Aqui não há interesse de nossa parte de impedir que ninguém seja investigado. O que nos deixa indignados, inconformados, é que quem define a pauta é o senhor e que o senhor se nega a colocar em votação qualquer requerimento que, de uma forma ou de outra, possa chegar aos verdadeiros esquemas daqueles que comandaram politicamente esse roubo.

Nós suspeitamos que o Flávio Bolsonaro e suspeitamos que o Sr. Zettel estão diretamente envolvidos no roubo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) - E eu peço a V. Exa., como Líder aqui da nossa bancada, que V. Exa. nos dê a oportunidade de votar esses requerimentos do Zettel e da Letícia e que nós possamos trazê-los aqui; que o senhor não blinde a investigação; que o senhor não impeça que esta CPMI possa chegar ao comando do esquema criminoso que, dentro do Governo Bolsonaro, roubou o INSS e que, talvez, inclusive, tenha sido de lá desviado o dinheiro que foi depositado na campanha do Bolsonaro e na campanha do Tarcísio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

Líder Marinho, pela Liderança.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela Liderança.) - Sr. Presidente, desculpe estar sorrindo aqui. Não estou fazendo deboche com ninguém não, mas é engraçado a gente ouvir o argumento que esbarra na própria objetividade do que é razoável.

Esta é a 33ª sessão. Eu escutei aqui o Governo esbravejar, batendo no peito: "A Polícia Federal do Governo do PT investigou, a Polícia Federal do Governo do PT está fazendo a diferença, a Polícia Federal... " Como se a Polícia Federal pertencesse a um partido político.

Não, senhores, não é verdade. Como não é verdade que o que eles apontam aqui tem algum indício porque, ao contrário do que afirmam, a senhora Letícia, por exemplo, não tem nenhum dado comprobatório de que ela está envolvida nesse processo, apenas é irmã de um contador que está preso. A Polícia Federal do Presidente Lula não encontrou nada. A Polícia Federal não encontrou nada contra o Sr. Flávio Bolsonaro, mas encontrou contra o Sr. Lulinha.

Veja, Sr. Presidente - e aqueles que nos acompanham até esta hora -, que nós somos obrigados a dizer o óbvio, que nós somos obrigados a dizer o que está na frente de todos nós. Nós somos obrigados a demonstrar que a mentira, como método, é utilizada aqui sem nenhum decoro. Ele sequer fica enrubescido, Sr. Presidente, não treme, não pisca, não titubeia, não tergiversa. Ele afirma, Sr. Presidente, ele tece uma teia de intrigas para justificar o injustificável.

Ele pede a V. Exa. que, por vindita, por medo... Porque o PT está desesperadamente amedrontado por dois motivos. O primeiro é porque, em dezembro, afirmou diretamente, através de próceres, que a eleição estava garantida com a candidatura do Sr. Flávio Bolsonaro, que era papo resolvido, que a conta e a fatura já estavam equalizadas. E agora o desespero bateu. E, para justificar o desespero, a velha tática, a velha técnica, de desqualificação, a técnica de se enlamear o outro para dizer: "Nós todos somos ladrões, nós todos somos corruptos, nós somos iguais". Não, não nos meça por sua régua.

O PT tem um histórico de 17 anos de corrupção neste Estado brasileiro, no Governo brasileiro, no nosso país. Aliás, Aldemir Bendine, ex-Presidente da Petrobras do Brasil, foi preso. O Sr. Wagner Pinheiro, ex-Presidente dos Correios, do PT, foi preso. O Sr. Othon Silva, ex-Presidente da Eletronuclear, foi preso. Juquinha das Neves, ex-Presidente da Valec, foi preso, Renato Duque, ex-Diretor da Petrobras, foi preso. Nestor Cerveró, ex-Diretor da Petrobras, foi preso. Jorge Zelada, ex-Diretor da Petrobras, foi preso. Guilherme Lacerda, ex-Diretor do fundo de pensão de funcionários da Caixa e do BNDES, foi preso. Paulo Roberto Costa, Diretor de abastecimento da Petrobras, foi preso. O Sr. João Vaccari, ex-tesoureiro do PT, foi preso. O Sr. Paulo Ferreira, ex-Tesoureiro do PT, foi preso. Delúbio Soares, ex-Tesoureiro do PT, foi preso. O Paulo Bernardo, ex-Secretário do PT, foi preso. Chega me falta o fôlego, Sr. Presidente, mas não me faltam nomes. O Sr. Cândido Vaccarezza, ex-Líder do PT da Câmara dos Deputados, foi preso. O Sr. Delcídio do Amaral, ex-Líder do Governo do PT, no Senado, foi preso. José Dirceu, Ministro chefe da Casa Civil do Governo Lula, foi preso. Antonio Palocci, ex-Ministro da Fazenda do Governo Lula, foi preso. O Sr. Pedro Barusco, ex-Gerente Executivo...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) - de Engenharia da Petrobras, foi preso. O Sr. André Vargas, ex-Vice-Presidente na Câmara dos Deputados, no Governo Lula, foi preso. O Sr. Alessandro Stefanutto, o Sr. Virgílio Oliveira e o Sr. André Fidelis, todos da cúpula do INSS, estão presos. Sabem o que existe entre eles, de similaridade? O PT, o Partido dos Trabalhadores, indicação e militantes.

Escândalo dos bingos, Waldomiro Diniz, 2004, assessor do José Dirceu. Mensalão, 2005. Em 2006, aloprados. Em 2006, Palocci e o caseiro Francenildo. Em 2010, Operação Porto Seguro. Em 2011, Valec e Dnit, subfaturamento de propina. Em 2011, Erenice Guerra, propina do BNDES. Em 2012, convênio irregular do Ministério do Esporte. Em 2014, Lava Jato. Em 2015, Consist, consignado, Sr. Paulo Bernardo. Em 2016, fundos de pensão, Greenfield. Em 2015, mensalão do INSS.

Sr. Presidente, por favor, eu não tenho dúvida de que a V. Exa. tem uma paciência maior do que a minha. Veja, sou obrigado a ficar até essa hora para falar e dizer o que é absolutamente transparente e cristalino, que nós estamos diante de uma cortina de fumaça.

Este Governo se apropriou da maioria desta Comissão para blindar, para impedir que a investigação avance, e foram derrotados, Sr. Presidente. Derrotados. Eles já perderam. E qual é a forma como eles querem se defender? Passando por cima da própria investigação da Polícia Federal. A Polícia Federal, que é do Lula, que não encontrou nada contra essas pessoas, mas agora vale. Por quê? Para justificar a trama, a intriga, a artimanha, a cortina de fumaça.

Não passarão, Sr. Presidente! E não tenho dúvida de que V. Exa. vai usar os critérios que nós estabelecemos aqui. Quebrar a sigilo de alguém? Sim, se tiver alguma situação que leve a essa quebra. Chamar alguém aqui? Sim, se tiver alguma implicação nesse procedimento, e não enxovalhar a honra das pessoas como técnica, como tática de se desvencilhar da lama que encobre o PT.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) - Obrigado, Excelência.

Encerradas as falas, quero lembrar aos Srs. Parlamentares que todo e qualquer requerimento que é trazido é avaliado por mim e pelo Relator e é colocado em votação quando há, de fato, pertinência com as investigações, seja para quebra de sigilo, seja para convocação.

E tem sido assim desde o começo. Esse argumento, inclusive, foi usado várias vezes para justificar a não votação de argumentos pelos dois lados. E eu entendo que é o melhor critério de equilíbrio e de transparência.

Quanto à questão de lado político ou posicionamento, com toda sinceridade, o momento é complicado. É um momento em que nós estamos em ano eleitoral. Essa Presidência entende o posicionamento de todos eles, mas reforça que nós aqui vamos trabalhar com investigação, com profundidade, seriedade e transparência, e não por questões partidárias ou por questões políticas de qualquer natureza.

Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero lembrar aqui algo que atravessa séculos. O profeta Isaías escreveu o seguinte: "Aprendei a fazer o bem; [buscai a] justiça, repreendei ao opressor; [fazei justiça] ao órfão, [defendei] a causa [da viúva]". Está lá no livro de Isaías 1:17.

Essa CPMI não nasceu da narrativa política nem da disputa ideológica. Ela nasceu da indignação. Quando instalamos esta Comissão, havia denúncias isoladas, aposentados confusos analisando seus extratos, viúvas tentando entender por que o dinheiro estava sendo retirado de suas contas. Havia dor, revolta silenciosa e um ambiente que preferia que isso permanecesse escondido.

Foi a instalação dessa CPMI que rompeu o silêncio. Logo no início dos trabalhos, antes mesmo das grandes operações da Polícia Federal, esta Comissão aprovou pedidos de prisão de mais de 20 envolvidos no esquema. Fomos muito criticados, naquele momento, pela decisão. Disseram que estávamos exagerando. O tempo mostrou que estávamos totalmente corretos. Pedimos prisão antes das manchetes, antes das operações, antes do barulho.

Nos meses seguintes, a Polícia Federal realizou, pelo menos, 18 prisões relacionadas ao esquema investigado. Foram cumpridos dezenas de mandados de busca e apreensão, em diversos estados da Federação. Somente, em uma dessas fases, mais de 60 mandados. Esta CPMI aprovou 27 pedidos formais de prisão preventiva, com base em documentos, oitivas e quebras de sigilo, não em discurso político.

Aqui, nós enxergamos, no início, tudo o que aconteceria, e foi confirmado pelos fatos. Isso não é vaidade, é responsabilidade da nossa parte. Nós acompanhamos cada ação da Polícia Federal, cada mandado cumprido, cada prisão realizada, cada documento apreendido. Não estamos assistindo de longe, senhoras e senhores; estamos acompanhando de perto, porque temos compromisso com cada passo dessa investigação.

E, quando houve mentira diante desta Comissão, nós agimos. Esta Presidência agiu com firmeza, como sempre age. Determinamos prisão em flagrante. O Presidente da Conafer, por exemplo, foi preso aqui, nesta sala, por mentir à CPMI. Foi liberado, mediante fiança, e, até hoje, está foragido.

Aqui não há intimidação, aqui há enfrentamento. Reconheço: não acertamos em tudo, mas nunca nos omitimos, nunca blindamos ninguém. Esta Presidência nunca blindou ninguém. Agora, tentam inverter os papéis, tentam me acusar de fraude na votação.

Pois bem, eu tenho honra, senhores, eu tenho palavra. Fraude é retirar dinheiro de viúva. Fraude é descontar valor indevido de aposentado. Fraude é estruturar engrenagem para sugar quem trabalhou a vida inteira. Fraude, senhoras e senhores, é tentar blindar pessoas em qualquer etapa desta investigação. Isso é fraude.

Aqui seguimos o Regimento. Aqui temos orientação permanente da Advocacia do Senado. Aqui não há improviso. Não sou eu que blindo bandidos. Não sou eu que blindo banqueiros. Esta CPMI tem compromisso com o Brasil de verdade, com o Brasil real.

Neste final de semana, encontrei uma senhora de 74 anos, que segurou minha mão e disse: “Senador, eu só quero saber por que tiraram o dinheiro do meu remédio”. Ela não perguntou sobre partido, não me perguntou sobre votação, não me perguntou sobre lado político; ela me perguntou sobre justiça.

De um lado, aposentados contando moedas para comprar remédio; de outro, estruturas movimentando milhões. Eles contribuíram a vida inteira, gente. Fizeram um pacto com o Estado, acreditaram que, na velhice, teriam proteção. O que encontraram? Descontos indevidos, fragilidade, abandono.

Isso não é uma irregularidade administrativa, é ruptura de confiança, e tudo isso tem sido revelado nesta CPMI.

Quando a confiança na previdência é quebrada, rompe-se o elo entre o cidadão e a República. E é por isso que essa investigação incomoda. Ela revela método, revela organização, revela continuidade, revela estrutura política para blindagem de gente importante. E ninguém monta uma engrenagem dessa dimensão por acaso.

Não existe neutralidade em momento histórico: ou estamos do lado de quem foi lesado, ou seremos lembrados como os que relativizaram o roubo. A história não registra justificativas, a história registra posicionamentos, e é assim que eu quero ser lembrado pelos meus netos, pelos meus bisnetos, por aqueles que acompanham essa previdência. Nós temos lado: o lado de quem foi roubado, o lado da justiça.

Se alguém acha que isso é exagero, eu pergunto: é exagero para quem perdeu o remédio? É exagero para quem depende de um benefício mínimo para sobreviver? É exagero para quem viu o desconto aparecer sem nunca ter autorizado? Não é exagero, senhores, é justiça. Eu sei que há pressão, sei que há desconforto, mas essa Presidência não será instrumento de blindagem nem de intimidação.

E quero ainda deixar claro: se há aqueles que acham que as pessoas todas têm preço, com essa Presidência se enganaram profundamente. O preço que está aqui é o da verdade, da honra e de uma história que foi escrita em busca de servir este país com toda sinceridade, com toda civilidade. Estamos enfrentando interesses poderosos e a mim, senhores, não falta coragem. Posso escutar de tudo, mas as minhas decisões são decisões voltadas para o interesse do Brasil, não de partidos ou de grupos políticos.

Nós queremos dizer aos aposentados: não vamos desistir. Esclarecer os roubos é nossa determinação e espero que todos os Parlamentares me acompanhem. Não é disputa política, é responsabilidade moral. Se investigar incomoda, então vamos continuar incomodando. Se enfrentar pressões causa desconforto, eu continuarei, junto com o Relator e todos aqueles que têm coragem, enfrentando. Podem tentar desviar o foco, podem tentar criar cortina de fumaça, podem tentar transformar a investigação em disputa lateral, podem atacar essa Presidência, mas não conseguirão inverter a verdade. Aqui não se protege quem roubou o aposentado, aqui se protege quem trabalhou a vida inteira.

Esta CPMI não será lembrada pela discussão regimental, será lembrada pelo lado que cada um escolheu: o lado do aposentado ou o lado de quem se beneficiou da escuridão e acha que blindar vai gerar resultados para o Brasil. Não vai, senhores. O Brasil espera muito de nós, o Brasil espera transparência, verdade, o Brasil espera a punição daqueles que roubaram os aposentados brasileiros.

Nenhum passo atrás, senhores! Nenhum passo atrás! É o compromisso que eu tenho com os senhores. Nós vamos adiante, em nome de todos os brasileiros, especialmente dos aposentados que confiam no nosso trabalho. Nós não vamos decepcionar. Muito obrigado a todos.

Vamos encerrar isso aqui?

Obrigado, Relator.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada no dia 5 de março, às 9h da manhã.

Estão convocados: Rodrigo Ortiz d'Avila Assumpção, Presidente da Dataprev; Cecílio Galvão, advogado, mediante condução coercitiva; e também foi convocado o advogado Gilmar Stelo, o qual está cumprindo medidas cautelares determinadas pelo Ministro André Mendonça, que será oficiado a respeito do depoimento.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 16 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas e 23 minutos.)